



MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA

DNAJL – Departamento de
Tradução

LEI N° 15/2011

de 26 de Outubro

Cooperação Judiciária Internacional Penal

Preâmbulo

A crescente globalização do mundo moderno tem originado, como efeito imediato, uma maior circulação tanto de pessoas e bens, e como consequência desse intercâmbio entre distintas jurisdições, tem também crescido o número de litígios ou conflitos com dimensões não apenas mas globais. Neste quadro, o instituto da cooperação judiciária internacional permite uma assistência mútua entre Estados, com vista a salvaguardar a segurança e a estabilidade nas relações internacionais.

Assim, o presente diploma vem estabelecer diferentes formas de cooperação judiciária internacional em matéria penal, entre Timor-Leste e tribunais de outros países ou entre Timor-Leste e tribunais internacionais de organizações internacionais de que Timor-Leste seja Parte.

O Parlamento Nacional decreta, nos termos do previsto no n.º 1 e na alínea e) do n.º 2 do Artigo 95.º e na alínea b) do n.º 1 do Artigo 96.º da Constituição da República, para valer como Lei, o seguinte:

**TÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

**CAPÍTULO I
OBJECTO, PRINCÍPIOS E REGRAS GERAIS**

**Artigo 1.º
Objecto**

1. O presente diploma aplica-se às seguintes formas de cooperação judiciária internacional penal:
 - a) Extradução;
 - b) Transmissão de processos penais;

LEI N° 15/2011

26 Outubro

Kooperasaun Judisiária Internasionál Penál

Preámbulu

Globalizasaun mundu modernu ne'ebé moris buras nafatin hamosu tiha, hanesan efeito kedas, sirkulasaun luan-boot ema no sasán nian, no nu'udar konsekuénsia hosi interkâmbiu entre jurisdisaun diferente sira, moris buras mós número litíjiu ka konflitu ne'ebé la'ós ho dimensaun de'it maibé globál. Ba ida-ne'e, institutu kooperasaun judisiária internasionál permite assisténsia mútua ida entre Estadu sira atu salvaguarda seguransa no estabilidade iha relasaun internasionál sira.

Nune'e, diploma ida-ne'e moris-mai hodi estabelese forma oioin kooperasaun judisiária internasionál nian iha matéria penál, entre Timor-Leste ho tribunal hosi nasaun sira seluk ka entre Timor-Leste ho tribunál internasionál hosi organizasaun internasionál sira-ne'ebé Timor-Leste hola parte ba.

Parlamentu Nasionál dekreta, haktuir termu sira-ne'ebé prevee iha n° 1 no alínea e) n° 2 nian hosi Artigu 95° no alínea b) n° 1 nian hosi Artigu 96° Konstituisaun Repúblika, atu la'o ho kmanek nu'udar Lei, hanesan tuirmai:

**TÍTULO I
DISPOZISAUN JERÁL**

**KAPÍTULU I
OBJETU, PRINSÍPIU NO REGRA JERÁL**

**Artigu 1.º
Objetu**

1. Diploma ida-ne'e aplika ba forma kooperasaun judisiária internasionál penál sira tuirmai:



- c) Execução de sentenças penais;
 - d) Transferência de pessoas condenadas a penas e medidas de segurança privativas da liberdade;
 - e) Vigilância de pessoas condenadas ou libertadas condicionalmente;
 - f) Auxílio judiciário mútuo em matéria penal.
2. O disposto no número anterior aplica-se à cooperação de Timor-Leste com entidades judiciárias internacionais, estabelecida no âmbito de tratados que vinculem o Estado de Timor-Leste.
3. O presente diploma é subsidiariamente aplicável à cooperação em matéria de infracções de natureza penal, na fase em que tramitem perante autoridades administrativas, bem como de infracções que constituam ilícito de mera ordenação social, cujos processos admitam recurso judicial.
- a) Estradisaun;
 - b) Transmisaun prosesu penál sira;
 - c) Ezekusaun sentensa penál sira;
 - d) Transferénsia ema-kondenada sira-ne'ebé ho pena no medida seguransa privativa ba liberdade;
 - e) Vijilánsia ba ema-kondenada ka libertada sira-ne'ebé ho kondisaun;
 - f) Auslíu judisiáriu mútuu iha matéria penál.
2. Dispostu número liubá aplika ba kooperasaun Timor-Leste nian ho entidade judisiária internasionál sira, ne'ebé hatuur iha âmbito tratadu sira-ne'ebé vinkula Estadu Timor-Leste.
3. Diploma ida-ne'e aplika, ho subsidiáriu, ba kooperasaun iha matéria infrasaun sira ne'ebé ho natureza penál, iha faze ne'ebé tramita iha autoridade administrativa, hanesan mós infrasaun sira ne'ebé nu'udar ilísitu ordenasaun sosiál nian, ne'ebé ho prosesu admite rekursu judisiál.

Artigo 2.º **Princípios de aplicação**

1. O presente diploma subordina-se aos interesses da soberania, da segurança, da ordem pública e de outros interesses constitucionalmente definidos.
2. A presente lei não confere o direito de exigir qualquer forma de cooperação internacional penal.

Artigu 2.º **Prinsípiu aplikasaun nian**

1. Diploma ida-ne'e subordina ba interese sira soberania nian, seguransa, orden públika no interese hirak seluk ne'ebé define tiha tuir konstituisaun.
2. Lei ida-ne'e la fó direitu atu ejize forma kooperasaun internasionál penál sasé de'it.



Artigo 3.º
Prevalência dos tratados

1. As formas de cooperação a que se refere o artigo 1.º regem-se pelas normas dos tratados que vinculem Timor-Leste e, na sua falta, pelas disposições deste diploma.
2. São subsidiariamente aplicáveis as disposições do Código de Processo Penal.

Artigo 4.º
Princípio da reciprocidade

1. A cooperação regulada no presente diploma releva do princípio da reciprocidade.
2. O Ministério da Justiça solicita uma garantia de reciprocidade se as circunstâncias o exigirem e pode prestá-la a outros Estados, nos limites deste diploma.
3. A falta de reciprocidade não impede a satisfação de um pedido de cooperação, desde que essa cooperação:
 - a) Seja aconselhável em razão dos factos ou da natureza grave da criminalidade;
 - b) Possa contribuir para melhorar a situação do arguido ou para a sua reinserção social;
 - c) Sirva para esclarecer factos imputados a um cidadão timorense.

Artigo 5.º
Recusa de pedido de cooperação

1. pedido de cooperação é recusado quando:
 - a) O processo não respeitar os tratados de direitos humanos ratificados por Timor-Leste;
 - b) Houver fundamentos para crer que a cooperação é solicitada para perseguir ou punir uma pessoa em virtude da sua raça, religião, sexo, nacionalidade, língua, convicções políticas ou ideológicas ou da sua pertença a um grupo social determinado;

Artigu 3.º
Prevalénsia tratadu nian

1. Forma sira kooperasaun nian ne'ebé artigu 1.º refere, norma sira hosi tratadu ne'ebé vinkula Timor-Leste maka regula no, bainhira falta, dispozisaun diploma ida-ne'e nian maka regula.
2. Aplika ho subsidiáriu dispozisaun sira Kódigu Prosesu Penál nian.

Artigu 4.º
Prinsípiu resiprosidade nian

1. Kooperasaun ne'ebé regula iha diploma ida-ne'e releva prinsípiu resiprosidade.
2. Ministériu Justisa husu garantia resiprosidade ida, bainhira sirkunstánsia ejize nia no bele hatada ba Estadu hirak seluk, tuir limite sira diploma ida-ne'e nian.
3. Bainhira falta resiprosidade, la impede satisfasaun ba pedidu kooperasaun ida, naran katak kooperasaun ne'e:
 - a) Bele akonsella tanba faktu sira ka natureza grave kriminalidade nian;
 - b) Bele kontribui atu hadi'ak situasaun argidu nian ka ba nia reinsersaun sosiál;
 - c) Serve hodi esklarese faktu imputadu sira ba sidadaun timoroan ida.

Artigu 5.º
Rekuza pedidu kooperasaun

1. Rekuza pedidu kooperasaun bainhira:
 - a) Prosesu ne'e la respeita tratadu sira direitu umanu nian ne'ebé Timor-Leste ratifika tiha;
 - b) Iha fundamentu hodi fiar katak kooperasaun ne'ebé husu tiha atu prosege ka pune ema ida tanba nia rasa, relijiaun, seksu, nasionalidade, dalen, konviksaun polítika ka indeolójika sira ka ninia pertensa ba grupu sosiál determinadu ida;



- c) Existir risco de agravamento da situação processual de uma pessoa, por qualquer das razões indicadas na alínea anterior;
 - d) O facto a que respeita for punível com pena de morte ou outra de que possa resultar lesão grave da integridade da pessoa;
 - e) Respeitar a infracção a que corresponda pena de prisão ou medida de segurança com carácter perpétuo ou de duração indefinida.
2. Disposto nas alíneas d) e e) do número anterior não obsta à cooperação:
- a. Se o Estado que formula o pedido tiver, de forma definitiva, comutado a pena de morte ou outra de que possa resultar lesão grave da integridade da pessoa ou tiver retirado carácter perpétuo ou duração indefinida à pena ou medida de segurança;
 - b. Se, com respeito a extradição por crimes a que corresponda, segundo o direito do Estado requerente, pena ou medida de segurança privativa ou restritiva da liberdade com carácter perpétuo ou de duração indefinida, o Estado requerente oferecer garantias de que tal pena ou medida de segurança não será aplicada ou executada;
 - c. Se o Estado que formula o pedido aceitar a conversão das mesmas penas ou medidas por um tribunal de Timor-Leste, segundo as disposições da lei aplicáveis ao crime que motivou a condenação; ou
 - b) Se o pedido respeitar ao auxílio judiciário mútuo em matéria penal, solicitado para a não aplicação dessas penas ou medidas.
3. Para efeitos de apreciação da suficiência das garantias a que se refere a alínea b) do número anterior, ter-se-á em conta, nomeadamente, nos termos da legislação e da prática do Estado requerente, a possibilidade de não aplicação da pena, de reapreciação da situação da pessoa reclamada e de concessão da liberdade condicional, bem como a possibilidade de indulto, perdão, comutação de pena ou medida análoga.
- c) Iha risku agravamentu ba situasaun posesuál ema ida nian, tan razaun sasá de'it ne'ebé hatudu tiha iha alínea liubá;
 - d) Faktu pedidu nian hetan kastigu ho pena-mate ka pena seluk ne'ebé bele hamosu lezaun grave ba ema nia integridade;
 - e) Kona-ba infrasaun ne'ebé korresponde ba pena-prizaun ka medida-seguransa ho karaktér perpétuu ka ho durasaun indefinida.
2. Dispostu iha alínea d) no e) número liubá nian la taka-dalan ba kooperasaun:
- a) Bainhira Estadu ne'ebé formula pedidu, ho definitiva, komuta tiha pena-mate ka pena seluk ne'ebé bele hamosu lezaun grave ba ema nia integridade ka hasai karatér perpétuu ka durasaun indefinida ba pena no medida seguransa;
 - b) Bainhira, hodi respeita estradisaun tanba krime sira ne'ebé korresponde, tuir direitu Estadu rekerente nian, pena ka medida-seguransa privativa ka restritiva ba liberdade ne'ebé ho karaktér perpétuu ka ho durasaun indefinida, Estadu rekerente fó garantia sira katak pena ka medida seguransa ne'ebá sei la aplika ka ezekuta;
 - c) Bainhira Estadu ne'ebé formula pedidu aseita konversaun ba pena ka medida sira-ne'e rasik hosi tribunál ida Timor-Leste nian, tuir dispozisaun sira lei aplikavel nian ba krime ne'ebé motiva tiha kondenasau; ka
 - d) Bainhira pedidu kona-ba ausíliu judisiáriu mútuu iha matéria penál, ne'ebé husu atu la aplika pena no medida hirak-ne'e.
3. Ba efeito apresiasaun sufisiénsia garantia ne'ebé temi iha alínea b) número liubá nian, sei konsidera, liuliu, tuir termu sira lejizlasaun no prátika Estadu rekerente nian, posibilidade atu la



4. O pedido de cooperação é ainda recusado quando não estiver garantida a reciprocidade, salvo o disposto no número 3 do artigo 4.º

aplika pena, reapresiasaun ba situasaun ema-reklamada nian no konsesaun ba liberdade kondisionál, hanesan mós possibilidade indultu, perdaun, komutasaun pena no medida análoga.

4. Sei rekuza pedidu kooperasaun, bainhira la iha garantia ba resiprosidade, exeptu dispostu iha número 3 artigu 4.º nian.

Artigo 6.º **Recusa devido à natureza da infracção**

1. O pedido é recusado quando o processo respeitar a facto que constituir infracção de natureza política ou infracção conexas a infracção política, segundo o Direito de Timor-Leste.
2. Não se consideram de natureza política:
 - a) O genocídio, os crimes contra a Humanidade, os crimes de guerra e infracções graves segundo as Convenções de Genebra de 1949;
 - b) Os actos referidos na Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, adoptada pela Assembleia das Nações Unidas em 17 de Dezembro de 1984;
 - c) Os crimes contra a vida de titulares de órgãos de soberania ou de altos cargos públicos ou de pessoas a quem for devida especial protecção segundo o direito internacional;
 - d) Os actos de pirataria aérea e marítima;
 - e) Outros crimes a que seja retirada natureza política por tratado de que Timor-Leste seja parte.

Artigo 7.º **Extinção do procedimento penal**

1. A cooperação não é admissível se, em Timor-Leste ou noutro Estado em que tenha sido instaurado procedimento pelo mesmo facto:

Artigu 6.º **Rekuza tanba natureza infrasaun nian**

1. Pedidu hetan rekuza, bainhira prosesu kona-ba faktu ne'ebé konstitui infrasaun ho natureza política ka infrasaun koneksa ba infrasaun política, tuir Direitu Timor-Leste nian.
2. La konsidera iha natureza política:
 - a) Jenosídiu, krime sira kontra Umanidade, krime sira funu nian no infrasaun grave sira, tuir Konvensaun sira Jenebra 1949 nian;
 - b) Faktu sira-ne'ebé temi iha Konvensaun kontra Trotura ka Pena Seluk ka Tratamentu Kruél, Dezumanu ka Degradante, ne'ebé Assembleia Nasoins Unidas adota iha 17 Dezembru 1984;
 - c) Krime sira kontra vida titulár órgaun soberania nian ka sira-ne'ebé ho kargu públiku boot ka ema sira-ne'ebé tenke fó protesaun espesiál, tuir direitu internasionál;
 - d) Aktu sira pirataria nian iha aéreu no tasi.
 - e) Krime sira seluk ne'ebé tratadu be Timor-Leste hola parte hasai tiha natureza política.

Artigu 7.º **Estinsaun prosedimentu penál nian**

1. La admite kooperasaun, bainhira iha Timor-Leste ka iha Estadu seluk instaure tiha prosedimentu ba faktu hanesan:



- a) O processo tiver terminado com sentença absolutória transitada em julgado ou com decisão de arquivamento;
 - b) A sentença condenatória se encontrar cumprida ou não puder ser cumprida segundo o Direito do Estado em que foi proferida;
 - c) O procedimento se encontrar extinto por outro motivo, salvo se este se encontrar previsto em tratado internacional como não obstando à cooperação por parte do Estado requerido.
2. O disposto nas alíneas a) e b) do número anterior não se aplica se a autoridade estrangeira que formula o pedido o justificar para fins de revisão da sentença e os fundamentos desta forem idênticos aos admitidos no Direito de Timor-Leste.
 3. O disposto na alínea a) do n.º 1 não obsta à cooperação com fundamento na reabertura de processo arquivado previsto na lei.
- a) Bainhira prosesu ramata ho sentensa absolutória tranzitada-julgadu ka desizaun hodi arkiva;
 - b) Bainhira kumpre hela sentensa condenatória ka la bele kumpre conforme Direitu hosi Estadu ne'ebé fó-sai tiha;
 - c) Bainhira halakon tiha prosedimentu tanba motivu seluk, exeptu motivu ne'e prevee iha tratadu internasionál hodi la taka-dalan ba kooperasaun hosi Estadu rekeridu.
2. La aplika dispostu iha alínea a) no b) número liubá nian, bainhira autoridade estranjeira ne'ebé formula pedidu justifika ba finalidade halo revizaun ba sentensa no fundamentu sira hosi sentensa ida-ne'e nian idéntiku ho hirak-ne'ebé admite tiha iha Direitu Timor-Leste nian.
 3. Dispostu iha alínea a) n.º 1 nian la taka-dalan ba kooperasaun ne'ebé ho fundamentu hodi loke filafali prosesu arkivadu ne'ebé prevee iha lei.

Artigo 8.º

Concurso de casos de admissibilidade e de inadmissibilidade da cooperação

1. Se o facto imputado à pessoa contra a qual é instaurado procedimento estiver previsto em várias disposições do Direito Penal de Timor-Leste, o pedido de cooperação só é atendido na parte que diz respeito às infracções relativamente às quais seja admissível o pedido e desde que o Estado que o requer dê garantias de que observará as condições fixadas para a cooperação.
2. A cooperação é, porém, excluída se o facto estiver previsto em várias disposições do Direito Penal de Timor-Leste ou estrangeiro e o pedido não possa ser satisfeito em virtude de uma disposição legal que o abranja na sua totalidade e que constitua motivo de recusa da cooperação.

Artigo 9.º

Reduzida importância da infracção

A cooperação pode ser recusada se a reduzida

Artigu 8.º

Konkursu ba kazu admissibilidade no la admisibilidade kooperasaun nian

1. Bainhira prevee hela iha dispozisaun oioin Direitu Penál Timor-Leste nian faktu ne'ebé imputadu ba ema ne'ebé kontra ida be instaure prosedimentu, sei atende de'it pedidu kooperasaun iha parte ne'ebé kona-ba infrasaun no bainhira de'it Estadu ne'ebé husu pedidu fó garantia katak sei observa kondisaun sira ne'ebé hatuur tiha ba kooperasaun.
2. Maibé, sei esklui kooperasaun, bainhira faktu ne'e prevee iha dispozisaun oioin Direitu Penál Timor-Leste nian ka estranjeiru no la bele simu pedidu tanba dispozisaun legál ida be abranje tomak nia no sai nu'udar motivu hodi la aseita kooperasaun.

Artigu 9.º

Redús tiha importánsia infrasaun nian

Bele la aseita kooperasaun, bainhira importánsia



importância da infracção não a justificar.

Artigo 10.º
Protecção do segredo

1. Estado requerido, se tal lhe for solicitado mantém a confidencialidade do pedido de auxílio do seu conteúdo e dos documentos que o instruem, bem como da concessão desse auxílio. Se o pedido não puder ser cumprido sem quebra da confidencialidade, o Estado requerido informa o Estado requerente, o qual decide então, se o pedido deve, mesmo assim, ser executado.
2. Na execução de um pedido de cooperação formulado a Timor-Leste observam-se, também, as disposições do Direito de Timor-Leste em que o segredo seja protegido.
3. O disposto no número anterior aplica-se a informações que, segundo o pedido, devam ser prestadas por pessoas não implicadas no procedimento penal estrangeiro.

Artigo 11.º
Direito aplicável

1. Produzem efeitos em Timor-Leste:
 - a) Os motivos de interrupção ou de suspensão da prescrição segundo o Direito do Estado que formula o pedido;
 - b) A queixa apresentada em tempo útil a uma autoridade estrangeira, quando for igualmente exigida pelo Direito de Timor-Leste.
2. Se apenas o Direito de Timor-Leste exigir queixa, nenhuma medida processual penal pode ser imposta ou executada em Timor-Leste no caso de oposição do respectivo titular.

Artigo 12.º
Detenção no estrangeiro

1. A prisão preventiva sofrida no estrangeiro ou a detenção decretada no estrangeiro, em consequência de uma das formas de cooperação previstas no presente diploma são levadas em conta no âmbito do processo timorense ou

infrasaun ne'ebé hamenus tiha la justifika kooperasaun.

Artigu 10.º
Protesaun segredu

1. Estadu rekeridu, bainhira husu tiha ba nia, rai-metin konfidensialidade hosi pedidu ausíliu nia konteúdu no dokumentu sira hodi instrui, hanesan mós konsesaun ba ausíliu ne'e. Bainhira la bele kumpre pedidu ne'e laho sakar konfidensialidade, Estadu rekeridu fó-hatene ba Estadu rekerente, hodi nia deside, pedidu ne'e tenke ezekuta ho nune'e.
2. Bainhira halo ezekusaun ba pedidu kooperasaun ida ne'ebé formula tiha ba Timor-Leste, observa mós dispozisaun sira Direitu Estadu Timor-Leste nian kona-ba proteje segredu.
3. Dispostu número liubá nian aplika ba informasaun sira ne'ebé, tuir pedidu, tenke fó-sai hosi ema sira-ne'ebé la implika iha prosedimentu penál estranjeiru.

Artigu 11.º
Direitu aplikavel

1. Buat sira-ne'ebé prodús efeito iha Timor-Leste maka:
 - a) Motivu interrupsaun ka suspensaun preskrisaun nian haktuir Direitu hosi Estadu ne'ebé formula pedidu;
 - b) Keixa ne'ebé autoridade estranjeira ida apresenta iha tempu útil, bainhira Direitu Timor-Leste nian mós ejize.
2. Bainhira Direitu Timor-Leste nian maka ejize de'it keixa, la bele impoin medida prosesual penál ida ka ezekuta iha Timor-Leste, ba kazu impozisaun hosi titulár rasik.

Artigu 12.º
Detensaun iha estranjeiru

1. Prizaun preventiva ne'ebé hala'o iha estranjeiru ka detensaun ne'ebé dekreta iha estranjeiru, nu'udar konsekuénsia ida hosi forma hirak kooperasaun nian ne'ebé prevee iha diploma ida-ne'e, sei konsidera iha ámbitu prosesu timor nian ka imputa



imputadas na pena, como se a privação da liberdade tivesse ocorrido em Timor-Leste.

2. Com vista a possibilitar a tomada em consideração da prisão preventiva ou da pena já cumpridas em Timor-Leste, são prestadas as informações necessárias.

Artigo 13.º **Indemnização**

A lei de Timor-Leste aplica-se à indemnização devida por detenção ou prisão ilegal ou injustificada ou por outros danos sofridos pelo suspeito e pelo arguido:

- a) No decurso de procedimento instaurado em Timor-Leste para efectivação de um pedido de cooperação formulado a Timor-Leste;
- b) No decurso de procedimento instaurado no estrangeiro para efectivação de um pedido de cooperação formulado por uma autoridade timorense.

Artigo 14.º **Concurso de pedidos**

1. Se a cooperação for solicitada por vários Estados, relativamente ao mesmo ou a diferentes factos, esta é concedida em favor do Estado que assegure melhor os interesses da realização da justiça no caso concreto e da reinserção social do suspeito, do arguido ou do condenado.
2. A decisão do pedido que melhor assegure os interesses da realização da justiça no caso concreto e da reinserção social do suspeito, do arguido ou do condenado deve tomar em consideração, nomeadamente:
 - a) Se os pedidos respeitarem aos mesmos factos, o local onde a infracção se consumou ou onde foi praticado o facto principal;
 - b) Se os pedidos respeitarem a factos diferentes, sucessivamente, a gravidade da infracção, segundo a lei timorense, a data do pedido, a nacionalidade ou residência do extraditando, bem como outras circunstâncias concretas, designadamente a existência de um tratado ou a possibilidade de reextradição

tiha iha pena, hanesan privasaun ba liberdade ne'e hala'o tiha iha Timor-Leste.

2. Hodi posibilita tau konsiderasaun ba prizaun preventiva ka pena ne'ebé kumpre iha Timor-Leste, sei fó-sai informaun sira ne'ebé prezisa.

Artigo 13.º **Indemnizasaun**

Aplika lei Timor-Leste nian ba indemnizasaun tanba detensaun ka prizaun ilegál ka injustifikada ka danu seluk ne'ebé suspeitu no argidu sofre tiha:

- a) Iha momentu ne'ebé prosedimentu instaura tiha iha Timor-Leste hodi halo efetivasaun ba pedidu kooperasaun ida ne'ebé formula tiha ba Timor-Leste;
- b) Iha momento ne'ebé prosedimentu instaura tiha iha estranjeiru hodi halo efetivasaun ba pedidu kooperasaun ida ne'ebé autoridade timor maka formula tiha.

Artigo 14.º **Konkursu pedidu nian**

1. Bainhira Estadu oioin maka husu kooperasaun, kona-ba faktu hanesan ka diferente, kooperasaun ne'e fó ba Estadu ne'ebé asegura di'akliu interese hodi realiza justisa, iha kazu konkretu no reinsersaun sosiál suspeitu nian, arguido ka kondenadu nian.
2. Desizaun pedidu nian ne'ebé asegura di'akliu interese hodi realiza justisa iha kazu konkretu no reinsersaun sosiál suspeitu nian, argidu ka kondenadu nian tenke konsidera, liuliu:
 - a) Bainhira pedidu sira kona-ba faktu hanesan, fatin ne'ebé hala'o infrasaun ka iha-ne'ebé maka pratika tiha faktu prinsipál;
 - b) Bainhira pedidu sira kona-ba faktu diferente, ho susesivu, gravidade infrasaun nian, ne'ebé tuir lei timor nian, data pedidu, nasionalidade ka rezidénsia ema-estraditandu nian, hanesan mós sirkunstánsia konkreta hirak seluk, liuliu ezisténsia tratadu ida nian ka possibilidade reestradisaun entre Estadu rekerente sira.



entre os Estados requerentes.

3. O disposto no número anterior:
 - a) Cede perante a regra de prevalência da jurisdição internacional, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º;
 - b) Não se aplica ao auxílio judiciário mútuo em matéria penal.

Artigo 15.º
Regra da especialidade

1. A pessoa que, em consequência de um acto de cooperação, comparecer em Timor-Leste para intervir em processo penal como suspeito, arguido ou condenado não pode ser perseguida, julgada, detida ou sujeita a qualquer outra restrição da liberdade por facto anterior à sua presença em território nacional, diferente do que origina o pedido de cooperação formulado por autoridade timorense.
2. A pessoa que, nos termos do número anterior, comparecer perante uma autoridade estrangeira não pode ser perseguida, detida, julgada ou sujeita a qualquer outra restrição da liberdade por facto ou condenação anteriores à sua saída do território timorense, diferentes dos determinados no pedido de cooperação.
3. Antes de autorizada a transferência a que se refere o número anterior, o Estado que formula o pedido deve prestar as garantias necessárias ao cumprimento desta regra.
4. Esta imunidade cessa quando:
 - a) A pessoa em causa, tendo a possibilidade de abandonar o território timorense ou estrangeiro, o não faz dentro de 45 dias ou regressa voluntariamente a um desses territórios;
 - b) O Estado que autoriza a transferência, ouvido previamente o suspeito, o arguido ou o condenado, consentir na derrogação da regra da especialidade.
5. O disposto nos números 1 e 2 não exclui a possibilidade de solicitar a extensão da

3. Dispostu número liubá:
 - a) Submete ba regra prevalénsia jurisdisaun internasionál, tuir termu n.º 2 artigu 1.º nian;
 - b) La aplika ba ausíliu judisiáriu mútuu iha matéria penál.

Artigo 15.º
Regra especialidade nian

1. Ema ne'ebé, haktuir konsekuénsia hosi aktu kooperasaun ida, apresenta-an iha Timor-leste atu teri-netik iha prosesu penál hanesan suspeitu, argidu ka kondenadu ne'ebé la bele persege, julga, detein ka sujeita ba restrisaun liberdade sasá de'it tanba faktu anteriór ba nia prezensa iha território nasionál, diferente hosi ida ne'ebé orijina pedidu kooperasaun ne'ebé autoridade timor formula tiha.
2. Ema ne'ebé, tuir termu sira número liubá nian, apresenta-an iha autoridade estrangeira, ne'ebé la bele persege, detein, julga ka sujeita ho restrisaun liberdade sasá de'it tanba faktu ka kondenasaun anteriór be halo nia sai hosi território timor nian, diferente hosi buat hirak-ne'ebé determina tiha iha pedidu kooperasaun.
3. Molok autoriza halo transferénsia ne'ebé temi iha número liubá, Estadu ne'ebé formula pedidu tenke fó garantia sira ne'ebé presiza ba kumprimentu regra ida-ne'e nian.
4. Imunidade ida-ne'e ramata bainhira:
 - a) Ema ne'ebé ho kauza, maske iha possibilidade atu sai hosi território timor nian ka estrangeiru, la hala'o iha loron-45 nia laran ka fila fali ho voluntáriu ba território ida hosi hirak-ne'e.
 - b) Estadu ne'ebé autoriza transferénsia, hafoin rona uluk tiha suspeitu, argidu ka kondenadu,



cooperação a factos diferentes dos que fundamentaram o pedido, mediante novo pedido apresentado e instruído nos termos deste diploma.

6. No caso referido no número anterior, é obrigatória a apresentação de auto donde constem as declarações da pessoa que beneficia da regra da especialidade.
7. No caso de o pedido ser apresentado a um Estado estrangeiro, o auto a que se refere o número anterior é lavrado perante o Supremo Tribunal de Justiça.

Artigo 16.º

Casos de não aplicação da regra da especialidade

1. A imunidade referida nos números 1 e 2 do artigo anterior cessa também nos casos em que, por tratado de que Timor-Leste seja parte, não haja lugar ao benefício da regra da especialidade.
2. Quando a cessação da imunidade decorra de renúncia da pessoa que beneficia desta regra, deve essa renúncia resultar de declaração pessoal, prestada perante juiz, que demonstre que a pessoa a exprimiu voluntariamente e em plena consciência das consequências do seu acto, com assistência de defensor, que lhe deve ser nomeado caso não tenha advogado constituído.
3. Quando a pessoa em causa deva prestar declarações em território nacional, no seguimento de pedido apresentado a Timor-Leste ou formulado por uma autoridade timorense, as declarações são prestadas perante o Supremo Tribunal de Justiça.
4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a renúncia de pessoa que compareça em Timor-Leste em consequência de um acto de cooperação solicitado pela autoridade timorense é prestada no processo em que deva produzir efeito, quando as autoridades timorenses, após a entrega da pessoa, tiverem conhecimento superveniente de factos por ela praticados anteriormente a essa entrega.

permite derrogar a regra da especialidade nian.

5. Dispostu iha número 1 no 2 la halakon possibilidade atu husu estensaun kooperasaun nian ba faktu diferente hosi hirak ne'ebé fundamenta tiha pedidu, liuhosi pedidu foun ne'ebé apresenta no instrui haktuir termu sira diploma ida-ne'e nian.
6. Ba kazu ne'ebé temi iha número liubá, tenke apresenta auto ne'ebé tau ho deklarasaun sira hosi ema ne'ebé benefisia regra especialidade.
7. Ba kazu ne'ebé apresenta pedidu ba Estadu estranjeiru ida, auto ne'ebé temi iha número liubá sei hakerek iha Supremo Tribunál Justisa.

Artigo 16.º

Kazu sira-ne'ebé la aplika regra especialidade

1. Imunidade ne'ebé temi iha número 1 no 2 hosi artigu liubá ramata mós ba kazu sira-ne'ebé, tanba tratadu ne'ebé Timor-Leste hola parte, la fó fatin hodi benefisia regra especialidade.
2. Bainhira imunidade ramata iha tempu ne'ebé ema be benefisia regra ida-ne'e halo renúnsia, renúnsia ida-ne'e tenke hamosu liuhosi deklarasaun pesoál, ne'ebé fó-sai iha juis nia oin, ne'ebé hatudu katak ema ne'e hateten ho voluntáriu no ho konsiénsia tomak kona-ba konsekuénsia hosi ninia aktu, ho assisténsia defensor ida nian ne'ebé tenke nomeia bainhira la iha advogadu hodi konstitui.
3. Bainhira ema ne'ebé ho kauza tenke fó-sai deklarasaun iha territóriu nasional, tuir segimentu pedidu ne'ebé apresenta tiha ba Timor-Leste ka autoridade timor nian ida maka formula tiha, deklarasaun sira sei fó-sai iha Supremo Tribunál Justisa.
4. Lahó prejudika dispostu número liubá, renúnsia hosi ema ne'ebé apresenta-an iha Timor-Leste tanba aktu kooperasaun ida ne'ebé autoridade timor husu tiha sei apresenta iha prosesu ne'ebé tenke prodús efeito, bainhira autoridade timor nian, hafoin entrega tiha ema ne'e, foin hatene kona-ba faktu sira-ne'ebé nia pratika tiha hodi hamosu entrega ne'e.



Artigo 17.º
Recusa de cooperação

1. Pode ser negada a cooperação quando o facto que a motiva for objecto de processo pendente ou quando esse facto deva ou possa ser também objecto de procedimento da competência de uma autoridade judiciária timorense.
2. Pode ainda ser negada a cooperação quando, tendo em conta as circunstâncias do facto, o deferimento do pedido possa implicar consequências graves para a pessoa visada, em razão da idade, estado de saúde ou de outros motivos pessoais.

Artigo 18.º
Non bis in idem

Quando for aceite um pedido de cooperação que implique a delegação do procedimento em favor de uma autoridade judiciária estrangeira, não pode instaurar-se nem continuar em Timor-Leste procedimento pelo mesmo facto que determinou o pedido, nem executar-se sentença cuja execução é delegada numa autoridade estrangeira.

CAPÍTULO II
PROCESSO EM GERAL

Artigo 19.º
Tramitação do pedido

1. Para a recepção e transmissão dos pedidos de cooperação, bem como para todas as comunicações que aos mesmos digam respeito é designada, como Autoridade Central, a Procuradoria-Geral da República.
2. O Procurador-Geral da República submete o pedido de cooperação formulado a Timor-Leste ao Ministro da Justiça com vista a decisão sobre a sua admissibilidade.
3. O pedido de cooperação formulado por uma autoridade de Timor-Leste é remetido ao Ministro da Justiça pelo Procurador-Geral da República.
4. O disposto no número 1 não prejudica os contactos directos relativos a pedidos de auxílio judiciário mútuo em matéria penal.

Artigo 17.º
Rekuza kooperasaun

1. Bele la aseita kooperasaun, bainhira faktu ne'ebé motiva nu'udar objetu prosesu pendente nian ka bainhira faktu ne'e tenke ka bele sai mós objetu prosedimentu kompeténsia nian hosi autoridade judisiária timor ida.
2. Bele mós la aseita kooperasaun bainhira, hodi hanoin ho sirkunstánsia sira faktu nian, deferimentu pedidu nian bele hamosu konsekuénsia boot ba ema vizada, tanba idade, estadu-saúde ka motivu pesoál sira seluk.

Artigo 18.º
Non bis in idem

Bainhira aseita pedidu kooperasaun ne'ebé hamosu delegasaun prosedimentu nian be favorese autoridade judisiária estrangeira ida, la bele instaura satán kontinua iha Timor-Leste prosedimentu ba faktu hanesan ne'ebé determina tiha pedidu, satán ezekuta sentensa ne'ebé nia ezekusaun delega ba autoridade estrangeira ida.

KAPÍTULU II
PROSESU TOMAK

Artigo 19.º
Tramitasaun pedidu nian

1. Designa Prokuradoria-Jerál Repúblika, hanesan Autoridade Sentrá, hodi simu no transmite pedidu sira kooperasaun nian, hanesan mós komunikasaun hotu-hotu ne'ebé iha relasaun.
2. Prokuradór-Jerál Repúblika submete pedidu kooperasaun ne'ebé formula tiha ba Timor-Leste, ba Ministru Justisa hodi decide kona-ba ninia admisibilidade.
3. Pedidu kooperasaun ne'ebé autoridade Timor-Leste ida maka formula, haruka ba Ministru Justisa liuhosi Prokuradór-Jerál Repúblika.
4. Dispostu iha número 1 la prejudika kontaktu diretu sira kona-ba pedidu ausíliu judisiáriu mútuu iha matéria penál.



Artigo 20.º
Formas de transmissão do pedido

1. Quando disponíveis, e mediante acordo entre os Estados requerente e requerido, podem utilizar-se na transmissão dos pedidos os meios telemáticos adequados, nomeadamente a telecópia, desde que estejam garantidas a autenticidade e confidencialidade do pedido e a fiabilidade dos dados transmitidos.
2. O disposto no número anterior não prejudica o recurso às vias urgentes, previstas no n.º 2 do artigo 27.º.

Artigo 21.º
Requisitos do pedido

1. O pedido de cooperação deve indicar:
 - a) A autoridade de que emana e a autoridade a quem se dirige;
 - b) O objecto e motivos do pedido;
 - c) A qualificação jurídica dos factos que motivam o procedimento;
 - d) A identificação do suspeito, arguido ou condenado, da pessoa cuja extradição ou transferência se requer e a da testemunha ou perito a quem devam pedir-se declarações;
 - e) A narração dos factos proporcional à importância do acto de cooperação;
 - f) O texto das disposições legais aplicáveis no Estado que o formula;
 - g) Quaisquer documentos relativos aos factos.
2. A autoridade competente pode exigir que um pedido formalmente irregular ou incompleto seja modificado ou completado, sem prejuízo da adopção de medidas provisórias, quando estas não possam esperar pela regularização.
3. Em auxílio judiciário mútuo em matéria penal, o requisito da alínea f) do n.º 1 pode ser dispensado.

Artigo 20.º
Forma sira transmisaun pedidu nian

1. Bainhira disponivel, no liuhosi akordu entre Estadu rekerente no rekeridu, bele uza meiu-telemátiku adekuadu sira hodi transmite pedidu, liuliu telekópia, naran iha garantia kona-ba autentisidade no konfidensialidade pedidu nian no fiabilidade hosi dados sira ne'ebé transmite.
2. Dispostu iha número liubá la prejudika rekursu ho dalan urjente sira, ne'ebé prevee iha n.º 2 artigu 27.º nian.

Artigo 21.º
Rekizitu sira pedidu nian

1. Pedidu kooperasaun tenke hatudu:
 - a) Autoridade ne'ebé emana no autoridade ne'ebé atu dirije;
 - b) Objetu no motivu sira pedidu nian;
 - c) Kualifikasaun jurídika faktu sira-nian ne'ebé motiva prosedimentu;
 - d) Identifikasaun suspeitu nian, argidu ka kondenadu nian, ema ne'ebé hetan estradisaun ka transferénsia bainhira rekere no identifikasaun hosi testemuña ka peritu ne'ebé tenke husu deklarasaun;
 - e) Narasaun faktu sira-nian ne'ebé proporsionál ba importánsia aktu kooperasaun nian;
 - f) Testu hosi dispozisaun legál sira-ne'ebé aplikavel iha Estadu be formula pedidu;
 - g) Dokumentu sasá de'it ne'ebé relasiona ho faktu sira.
2. Autoridade kompetente bele ejize atu modifika ka kompleta pedidu ida ne'ebé ho formál nu'udar irregulár ka la kompletu, laho prejudika adosaun ba medida provizória sira, bainhira medida hirak-ne'e la bele hein regularizasaun.
3. Bainhira hala'o hela ausíliu judisiáriu mútuu iha



matéria penal, bele dispensa rekizitu hosi alínea f)
n.º 1 nian.

Artigo 22.º
Decisão sobre admissibilidade

1. A decisão do Ministro da Justiça que declara admissível o pedido não vincula a autoridade judiciária.
2. A decisão que declara inadmissível o pedido de cooperação é fundamentada e não admite recurso.
3. A decisão a que se refere o número anterior e que recusa o pedido de cooperação é comunicada pela Autoridade Central à autoridade nacional ou estrangeira que o formulou.

Artigo 23.º
**Competência interna em matéria de
cooperação internacional**

1. A competência das autoridades de Timor-Leste para a formulação de um pedido de cooperação ou para a execução de um pedido formulado a Timor-Leste determina-se pelas disposições dos títulos seguintes.
2. São subsidiariamente aplicáveis o Código de Processo Penal e respectiva legislação complementar bem como a legislação relativa ao ilícito de mera ordenação social.

Artigo 24.º
Despesas

1. A execução de um pedido de cooperação é, em regra, gratuita.
2. Constituem, porém, encargo do Estado ou da entidade judiciária internacional que o formula:
 - a) As indemnizações e remunerações de testemunhas e peritos, bem como as despesas de viagem e estada;
 - b) As despesas do envio ou entrega de coisas;
 - c) As despesas da transferência de pessoas para

Artigo 22.º
Desizaun kona-ba admisibilidade

1. Desizaun Ministru Justisa nian ne'ebé deklara admite pedidu la vinkula autoridade judisiária.
2. Desizaun ne'ebé deklara la admite pedidu kooperasaun, sei fundamenta no la permite rekursu.
3. Desizaun ne'ebé temi iha número liubá no ne'ebé la aseita pedidu kooperasaun, Autoridade Sentrál komunika ba autoridade nasional ka estrangeira ne'ebé fomula tiha pedidu.

Artigo 23.º
**Kompeténsia interna kona-ba matéria kooperasaun
internasionál**

1. Kompeténsia autoridade Timor-Leste nian atu formula pedidu kooperasaun ida ka atu ezekuta pedidu ne'ebé formula tiha ba Timor-Leste, determina hosi dispozisaun título sira tuirmai nian.
2. Bele aplika, ho subsidiáriu, Kódigu Prosesu Penál no lejizlasaun komplementár hanesan mos lejizlasaun kona-ba ilísitu ordenasaun sosiál.

Artigo 24.º
Despeza

1. Tuir regra, ezakusaun ba pedidu kooperasaun nu'udar gratuita.
2. Maibé, nu'udar enkargu Estadu nian ka entidade judisiária internasionál ne'ebé formula pedidu nian maka:
 - a) Indemnizasaun no remunerasaun sira ba testemuña no péritu, hanesan mós despeza viajen no estada nian;
 - b) Despeza sira ba haruka no entrega sasán sira;



- o território do Estado requerente ou para a sede da entidade judiciária internacional;
- d) As despesas com o trânsito de uma pessoa do território de um Estado estrangeiro ou da sede da entidade judiciária internacional para terceiro Estado;
 - e) As despesas efectuadas com o recurso à teleconferência;
 - f) Outras despesas consideradas relevantes pelo Estado requerido, em função dos meios humanos e tecnológicos envolvidos.
3. Para os efeitos da alínea a) do número anterior, pode ser abonado um adiantamento à testemunha ou ao perito, a mencionar na notificação e a reembolsar finda a diligência.
 4. Mediante acordo entre Timor-Leste e o Estado estrangeiro ou a entidade judiciária internacional interessados no pedido, pode derrogar-se o disposto no n.º 2.
- c) Despeza sira hodi transfere ema sira ba territóriou Estadu rekerente nian ka ba sede entidade judisiária internasionál;
 - d) Despeza sira hodi halo tránzitu ba ema ida hosi territóriou Estadu estranjeiru ida nian ka sede entidade judisiária internasionál ba Estadu datoluk;
 - e) Despeza sira ne'ebé hala'o ho rekursu telekonferénsia nian;
 - f) Despeza hirak seluk ne'ebé konsidera relevante ba Estadu rekeridu, ne'ebé depende ba meu-umanu no teknolójiku envolvidu.
3. Ba efeito sira alínea a) hosi número liubá nian, bele fó adiantamentu ida ba testemuña ka peritu, ne'ebé sei temi iha notifikasaun no hetan reembolsu hafoin ramata tiha dilijénsia.
 4. Lihosi akordu entre Timor-Leste no Estadu entranjeiru ka entidade judisiária internasionál ne'ebé interese ba pedidu, bele revoga dispostu n.º 2.

Artigo 25.º **Transferência de pessoas**

1. A transferência de pessoas detidas ou condenadas a penas ou medidas de segurança privativas da liberdade efectua-se pelos serviços do Ministério da Justiça, em acordo com a autoridade do Estado estrangeiro em que se encontra a pessoa visada ou para onde a mesma deve ser transferida, relativamente ao meio de transporte, data, local e hora de entrega.
2. A transferência efectua-se no mais curto prazo possível após a data da decisão que a determina.
3. O disposto nos números anteriores aplica-se à transferência respeitante a pedido formulado por uma entidade judiciária internacional.

Artigo 26.º

Artigo 25.º **Halo transferénsia ba ema**

1. Servisu sira Ministériu Justisa nian maka hala'o transferénsia ba ema-detida ka condenada sira ho pena ka medida seguransa privativa ba liberdade, tuir akordu ho autoridade Estadu estranjeiru ne'ebé haree-hetan ema vizada ka ba ne'ebé ema ne'e tenke transfere, relaciona ho meu-transporte, data, fatin, oras atu entrega.
2. Transferénsia hala'o iha prazu badakliu hafoin data desizaun ne'ebé determina transferénsia.
3. Dispostu iha número sira liubá aplika ba transferénsia ne'ebé kona-ba pedidu be entidade judisiária internasionál ida formula tiha.

Artigo 26.º



Entrega de objectos e valores

1. Se o pedido de cooperação respeitar a entrega de objectos ou valores, exclusivamente ou como complemento de outro pedido, podem estes ser remetidos quando não sejam indispensáveis à prova de factos constitutivos de infracção, cujo conhecimento for da competência das autoridades timorenses.
2. É ressalvada a possibilidade de remessa diferida ou sob condição de restituição.
3. São ressalvados os direitos de terceiros de boa fé, bem como os dos proprietários ou possuidores e os do Estado, quando os objectos e valores possam ser declarados perdidos a seu favor.
4. Em caso de oposição, os objectos e valores só serão remetidos após decisão judicial favorável, transitada em julgado.
5. Tratando-se de pedido de extradição, a entrega de coisas referidas no n.º 1 pode efectuar-se mesmo que a extradição não se efective, nomeadamente por fuga ou morte do extraditando.

Artigo 27.º

Medidas provisórias urgentes

1. Em caso de urgência, as autoridades judiciárias estrangeiras podem comunicar directamente com as autoridades judiciárias timorenses, ou por intermédio da Organização Internacional de Polícia Criminal - INTERPOL - ou de órgãos centrais competentes para a cooperação policial internacional, para solicitarem a adopção de uma medida cautelar ou para a prática de um acto que não admita demora, expondo os motivos da urgência e observando os requisitos referidos no artigo 21.º.
2. O pedido é transmitido por via postal, electrónica ou telegráfica ou por qualquer outro meio que permita o seu registo por escrito e que seja admitido pela lei de Timor-Leste.
3. As autoridades judiciárias timorenses, se considerarem o pedido admissível, dão-lhe satisfação, sem prejuízo de o submeterem à decisão do Ministro da Justiça, através da Autoridade Central, as matérias que este diploma

Entrega sasán no valór

1. Bainhira pedidu kooperasaun kona-ba entrega sasán ka valór, bele haruka buat hirak-ne'e bainhira la dispensa ba prova faktu konstitutivu sira infrasaun nian, liuliu ka hanesan komplementu pedidu seluk nian, ne'ebé hatene katak nu'udar kompeténsia autoridade timor nian.
2. Resalva possibilidade remesa ne'ebé difere tiha ka ne'ebé ho kondisaun restituisaun nian.
3. Resalva direitu ema datoluk nian ho *boa fé*, hanesan mós direitu proprietáriu ka posuidór no Estadu nian, bainhira sasán no valór sira bele deklara katak lakon hosi nia.
4. Bainhira iha opozisaun, sasán no valor sira sei haruka de'it hafoin desizaun judisiál favoravel ne'ebé tranzitada-julgadu.
5. Kona-ba pedidu estradisaun nian, bele entraga buat hirak ne'ebé temi iha n.º 1, maske estradisaun la efetiva, liuliu tanba ema-estraditu halai ka mate.

Artigo 27.º

Medida provizória urgente sira

1. Bainhira ho urjénsia, autoridade estrangeira bele komunika direta ho autoridade judisiária timor nian, ka liuhosi intermédium Organizaun Internasionál Polisia Kriminál nian – INTERPOL – ka órgaun sentráal competente sira ba kooperasaun polisiál internasionál, atu husu adosaun ba medida kautelár ida ka prátika aktu ida nian ne'ebé la admite demora, fó-sai motivu urjénsia nian no observa rekizitu sira ne'ebé temi iha artigo 21.º.
2. Pedidu transmite liuhosi postal, eletrónica ka telegráfica ka meu seluk sasá de'it ne'ebé permite pedidu nia rejistu eskritu no ne'ebé lei Timor-Leste admite.
3. Bainhira autoridade judisiária sira timor nian konsidera pedidu admisivel, sira sei fó satisfasaun ba pedidu, lahó prejudika pedidu ne'ebé sira submete ba desizaun Ministru Justisa nian, liuhosi Autoridade Sentráal, ba matéria sira ne'ebé diploma



faça depender da sua prévia apreciação ou, não sendo isso possível, ratificação.

4. Quando, nos termos deste artigo, a cooperação envolver autoridades timorenses e estrangeiras de diferente natureza, o pedido é efectuado através da Autoridade Central.

Artigo 28.º **Destino do pedido**

1. A decisão definitiva da autoridade judiciária que não atender o pedido de cooperação é comunicada à autoridade estrangeira que o formulou, pelas vias referidas no artigo 19.º.
2. Satisfeito um pedido de cooperação, a autoridade judiciária envia, quando for caso disso, os respectivos autos à autoridade estrangeira, nos termos previstos neste diploma.

TÍTULO II **EXTRADIÇÃO**

CAPÍTULO I **DISPOSIÇÃO GERAL**

Artigo 29.º **Tipos de extradição**

1. A extradição activa verifica-se quando o Estado Timorense pede a entrega de uma pessoa ao Estado estrangeiro para a prossecução do procedimento criminal ou para o cumprimento da pena.
2. A extradição passiva ocorre quando o Estado estrangeiro solicita a entrega de uma pessoa ao Estado Timorense para os efeitos referidos no número anterior.

CAPÍTULO II **EXTRADIÇÃO PASSIVA**

Artigo 30.º **Fim e fundamento**

1. A extradição pode ter lugar para procedimento penal ou para cumprimento de pena ou medida de segurança privativas da liberdade, por crime cujo julgamento seja da competência dos tribunais do Estado requerente.
2. Para qualquer desses efeitos, só é admissível a

ida-ne'e depende ba ninia apresiasaun prévia ka, bainhira la bele karik, ratifikasaun.

4. Bainhira, tuir termu sira artigu ida-ne'e nian, kooperasaun envolve autoridade timor nian no estrangeiru hosi natureza diferente, pedidu ne'e Autoridade Sentrál maka efetua.

Artigo 28.º **Destinu pedidu nian**

1. Desizaun definitiva hosi autoridade judisiária ne'ebé la aseita pedidu kooperasaun, sei komunika ba autoridade estrangeira ne'ebé formula tiha pedidu, liuhosi dalan hirak ne'ebé temi iha artigu 19.º.
2. Aseita tiha pedidu kooperasaun ida, autoridade judisiária haruka, bainhira ba ida ne'e karik, auto sira ba autoridade estrangeira, tuir termu sira ne'ebé prevee iha diploma ida-ne'e.

TÍTULO II **ESTRADISAUN**

KAPÍTULO I **DISPOZISAUN JERÁL**

Artigo 29.º **Tipu estradisaun nian**

1. Estradisaun ativa hala'o bainhira Estadu timor husu ba Estradu estrangeiru entrega ema ida atu halo prosekusaun prosedimentu kriminál ka atu kumpre pena.
2. Estradisaun pasiva hala'o bainhira Estadu estrangeira husu ba Estadu timor entrega ema ida ba efeito sira-ne'ebé refere tiha iha número liubá.

KAPÍTULO II **ESTRADISAUN PASIVA**

Artigo 30.º **Finalidade no fundamentu**

1. Estradisaun bele hala'o ba prosedimentu penál ka kumprimentu pena ka medida seguransa privativa ba liberdade, tanba krime ne'ebé ninia julgamentu nu'udar kompeténsia hosi tribunál Estadu rekerente nian.



- entrega da pessoa reclamada no caso de crime, ainda que tentado, punível pela lei timorense e pela lei do Estado requerente, com pena ou medida privativas da liberdade de duração máxima não inferior a um ano.
3. Se a extradição tiver por fundamento vários factos distintos, cada um destes factos punível pela lei do Estado requerente e pela lei timorense com uma pena privativa de liberdade e se algum ou alguns deles for punível com pena ou medida privativa da liberdade de duração máxima inferior a um ano, pode também conceder-se a extradição por estes últimos.
 4. Quando for pedida para cumprimento de pena ou medida de segurança privativas da liberdade, a extradição pode ser concedida se o tempo por cumprir não for inferior a seis meses.
 5. O disposto no presente artigo não obsta à extradição quando sejam inferiores os limites mínimos estabelecidos em tratado de que Timor-Leste seja parte.
2. Ba efeitu sasá de'it hosi hirak-ne'e, bele admite de'it entrega ema-reklamada tan krime, maske ho tenta, lei timor nian no lei Estadu rekerente nian bele pune ho pena no medida privativa ba liberdade ho durasaun másima ki'ik liu tinan ida.
 3. Bainhira estradisaun hetan fundamentu hosi faktu distintu oioin, faktu ida-idak ne'e bele hetan punisaun hosi lei Estadu rekerente no lei timor nian ho pena privativa ba liberdade no bainhira faktu balu ka sira balu bele pune ho pena ka medida privativa ba liberdade ho durasaun másima ki'ik liu tinan ida, bele mós fó estradisaun ba sira-ne'ebé ikus.
 4. Bainhira husu atu kumpre pena ka medida seguransa privativa ba liberdade, bele fó estradisaun bainhira tempu hodi kumpre pena nian la ki'ik liu fulan-neen.
 5. Dispostu iha artigu ida-ne'e la permite hala'ó estradisaun bainhira ki'ik liu hosi limite mínimu ne'ebé hatuur iha tratradu ne'ebé Timor-Leste hola parte ba.

Artigo 31.º **Casos em que é excluída a extradição**

1. Para além dos casos referidos nos artigos 5.º a 7.º, a extradição é excluída quando:
 - a) O crime tiver sido cometido no território de Timor-Leste;
 - b) A pessoa reclamada tiver nacionalidade timorense e encontrar-se em território de Timor-Leste;
 - c) A pessoa reclamada tiver idade inferior a 16 anos;
 - d) Não estiver assegurado que a pessoa reclamada seja sujeita a um processo justo e equitativo, de acordo com os padrões reconhecidos pelo direito internacional.
2. Quando for negada a extradição, nos termos do número anterior ou das alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 5.º é instaurado, em Timor-Leste,

Artigo 31.º **Kazu sira-ne'ebé esklui estradisaun**

1. La'ós de'it kazu sira-ne'ebé temi iha artigu 5.º to'ó 7.º, sei esklui estradisaun bainhira:
 - a) Krime komete tiha iha territóriu Timor-Leste nian;
 - b) Ema-reklamada iha nasionalidade nu'udar timoroan no iha hela territóriu Timor-Leste nian;
 - c) Ema-reklamada iha tinan ki'ik liu 16;
 - d) La asegura katak ema-reklamada sujeita ba prosesu ida justu no ekuitativu, haktuir padraun sira-ne'ebé direitu internasionál rekoñese.
2. Bainhira la aseita estradisaun, tuir termu sira número liubá nian ka alínea d) no e) hosi n.º 1,



procedimento penal pelos factos que fundamentam o pedido, sendo solicitados ao Estado requerente os elementos necessários.

3. A qualidade de nacional é apreciada no momento em que seja tomada a decisão sobre a extradição.

Artigo 32.º **Crimes cometidos em terceiro Estado**

No caso de crimes cometidos em território de outro Estado que não o Estado requerente, pode ser concedida a extradição quando esta estiver em harmonia com a lei processual penal de Timor-Leste ou quando o Estado requerente comprovar que aquele terceiro Estado não reclama o agente da infracção.

Artigo 33.º **Reextradição**

1. O Estado requerente não pode reextraditar para terceiro Estado a pessoa que lhe foi entregue por efeito de extradição.
2. Cessa a proibição do número anterior quando:
 - a) Nos termos estabelecidos para o pedido de extradição, for solicitada e prestada a correspondente autorização, ouvido previamente o extraditado; ou
 - b) O extraditado, tendo a possibilidade de abandonar o território do Estado requerente, não o faz dentro de 45 dias ou, tendo-o abandonado, aí voluntariamente regressar.
3. Para o efeito da alínea a) do número anterior, pode solicitar-se o envio de declaração da pessoa reclamada relativa à sua reextradição.
4. A proibição de reextradição cessa também nos casos em que, por tratado internacional de que Timor-Leste seja Parte, não seja necessário o consentimento do Estado requerido.
5. Quando este efeito decorra do consentimento da pessoa em causa, aplica-se o disposto no número seguinte.

artigo 5.º nian, sei instaura iha Timor-Leste prosedimentu penál ba faktu sira ne'ebé fundamenta pedidu, hodi husu ba Estadu rekerente elementu sira ne'ebé presiza.

3. Halo apresiasaun ba kualidade nasional iha momentu ne'ebé hatuur desizaun kona-ba estradisaun.

Artigo 32.º **Krime sira-ne'ebé komete iha Estadu datoluk**

Kona-ba krime sira-ne'ebé komete iha territóriu Estadu seluk nian ne'ebé la'ós Estadu rekerente, bele fó estradisaun bainhira iha armonia ho lei prosesual penál Timor-Leste nian ka bainhira Estadu rekerente hatebes ho prova katak Estadu datoluk ne'ebá la reklama ajente infrasaun nian.

Artigo 33.º **Reestradisaun**

1. Estadu rekerente la bele estradita hikasfali ema ne'ebé entrega tiha ba nia tanba estradisaun ba fali Estadu datoluk.
2. Proibisaun número liubá nian ramata bainhira:
 - a) Husu no fó-sai autorizasaun rasik, ne'ebé hodi rona uluklai ema-esterditu, haktuir termu sira-ne'ebé hatuur ba pedidu estradisaun; ka
 - b) Iha possibilidade atu sai hosi Estadu rekerente nia territóriu, ema-estraditadu la hala'o iha loron 45 nia laran ka, nia abandona tiha territóriu, maibé filafali ho volutáriu.
3. Ba efeito alínea a) número liubá nian, bele husu ema-reklamada hodi haruka deklarasaun kona-ba ninia reestradisaun.
4. Proibisaun ba reestradisaun ramata mós ba kazu sira ne'ebé, tanba tratadu internasionál ne'ebé Timor-Leste hola parte ba, la presiza konsentimentu Estadu rekeridu nian.
5. Bainhira efeito ne'e mosu hosi konsentimentu ema



6. As declarações da pessoa reclamada, a que haja lugar por força dos números 3, 4 e 5, são prestadas perante o Supremo Tribunal de Justiça, observando-se, quanto ao n.º 4, as formalidades previstas no artigo 16.º.

Artigo 34.º **Extradicação diferida**

1. Não obsta à concessão da extradicação a existência, em tribunais timorenses, de processo penal contra a pessoa reclamada ou a circunstância de esta se encontrar a cumprir pena privativa da liberdade por infracções diversas das que fundamentaram o pedido.
2. Nos casos do número anterior, pode diferir-se a entrega do extraditado para quando o processo ou o cumprimento da pena terminarem.
3. É também causa de adiamento da entrega a verificação, por perito médico, de enfermidade que ponha em perigo a vida do extraditado.

Artigo 35.º **Entrega temporária**

No caso do n.º 1 do artigo anterior, a pessoa reclamada pode ser entregue temporariamente para a prática de actos processuais, designadamente o julgamento, que o Estado requerente demonstre não poderem ser adiados sem grave prejuízo, desde que isso não prejudique o andamento do processo pendente em Timor-Leste e o Estado requerente se comprometa a que, terminados esses actos, a pessoa reclamada seja restituída sem condições.

Artigo 36.º **Concurso de pedidos de extradicação**

1. No caso de diversos pedidos de extradicação da mesma pessoa, a decisão sobre o pedido a que deva ser dada preferência tem em conta:
 - a) Se os pedidos respeitarem aos mesmos factos, o local onde a infracção se consumou ou onde foi praticado o facto principal;
 - b) Se os pedidos respeitarem a factos diferentes, sucessivamente, a gravidade da infracção,

be ho kauza nian, sei aplika dispostu número tuirmai.

6. Deklarasaun sira ema-reklamada nian, ne'ebé mosu tan forsa número 3, 4 no 5 nian, sei fó-sai iha Supremu Tribunál Justisa, ne'ebé observa, n.º 4, kona-ba formalidade sira-ne'ebé prevee iha artigo 16.º.

Artigo 34.º **Estradisaun ne'ebé difere tiha**

1. La taka dalan hodi fó estradisaun bainhira eziste, iha tribunál timor nian, prosesu penál ne'ebé kontra ema-reklamada ka sirkunstánsia ne'ebé ema-reklamada kumpre hela pena privativa ba liberdade tanba infrasaun oioin ne'ebé fundamenta tiha pedidu.
2. Ba kazu sira número liubá nian, bele la aseita hodi entrega ema-estraditadu bainhira ramata prosesu ka kumprimentu pena.
3. Nu'udar mós kauza ba adiamentu entrega nian maka bainhira peritu médiku haree-hetan iha verifikasaun enfermidade katak ema-estraditadu nia vida hasoru perigu.

Artigo 35.º **Entrega temporária**

Ba kazu n.º 1 artigo liubá nian, bele entrega ema-reklamada ho temporáriu hodi hala'ok aktu prosesuál, liuliu julgamentu, ne'ebé Estadu rekerente hatudu katak la iha dalan hodi halo adiamentu lahé prejuizu boot, naran katak hala'ok ne'e la prejudika andamentu prosesu pendente nian iha Timor-Leste no Estadu rekerente kompromete katak, hafoin ramata aktu hirak-ne'e, sei entrega fali ema-reklamada lahé kondisaun.

Artigo 36.º **Konkursu ba pedidu estradisaun nian**

1. Bainhira iha pedidu estradisaun oioin ba ema ida de'it, desizaun ba pedidu ne'e tenke haree liuliu:
 - a) Fatin ne'ebé hamosu infrasaun ka iha fatin ne'ebé pratika tiha faktu prinsipál, bainhira pedidu sira kona-ba faktu hanesan;
 - b) Gravidade infrasaun nian, haktuir lei timor, data pedidu nian, nasionalidade ka hela-fatin



segundo a lei timorense, a data do pedido, a nacionalidade ou residência do extraditando, bem como outras circunstâncias concretas, designadamente a existência de um tratado ou a possibilidade de reextradição entre os Estados requerentes.

ema-estradiadu nian, nune'e mós sirkunstánsia konkreta seluk, liuliu ezisténsia tratadu ida nian ka possibilidade halo filafali estradisaun entre Estadu rekerente sira, bainhira pedidu sira kona-ba karik faktu diferente.

2. O disposto no número anterior entende-se sem prejuízo da cooperação de Timor-Leste com entidades judiciais internacionais estabelecidas no âmbito de tratados que vinculem Timor-Leste.
3. O disposto nos números anteriores é aplicável, com as devidas adaptações, para efeitos de manutenção da detenção provisória.

2. Konsidera katak dispostu iha número liubá la prejudika kooperasaun Timor-Leste nian ho entidade judisiária internasionál sira-ne'ebé estabelese tiha tuir âmbito tratadu sira-ne'ebé vinkula Timor-Leste.
3. Dispostu iha número sira liubá aplika, ho adaptasaun rasik, ba efeito manutensaun detensaun provizória nian.

Artigo 37.º **Detenção provisória**

1. Em caso de urgência, e como acto prévio a um pedido formal de extradição, pode solicitar-se a detenção provisória da pessoa a extraditar.
2. A decisão sobre a detenção e a sua manutenção é conforme à lei de Timor-Leste.
3. O pedido indica a existência do mandado de detenção ou decisão condenatória contra a pessoa reclamada, contém um resumo dos factos constitutivos da infracção, com indicação do momento e do lugar da sua prática, e refere as disposições legais aplicáveis e os dados disponíveis acerca da identidade, nacionalidade e localização daquela pessoa.
4. Na transmissão do pedido observa-se o disposto no artigo 27.º
5. A detenção provisória cessa se o pedido de extradição não for recebido no prazo de 20 dias a contar da mesma, podendo, no entanto, prolongar-se até 40 dias, se razões justificáveis, invocadas pelo Estado requerente, o justificarem.
6. A detenção pode ser substituída por outras medidas de coacção, nos termos previstos no Código de Processo Penal.
7. O disposto no n.º 5 não prejudica nova detenção e a extradição, se o pedido for ulteriormente recebido.

Artigo 37.º **Detensaun provizória**

1. Bainhira iha urjensia, no nu'udar aktu préviu ba pedidu formál estradisaun ida nian, bele husu detensaun provizória ba ema ne'ebé atu estradita.
2. Desizaun kona-ba detensaun no nia manutensaun depende ba lei Timor-Leste nian.
3. Pedidu hatudu ezisténsia mandadu detensaun nian ka desizaun condenatóriu kontra ema-reklamada, ne'ebé tau ho rezumu ida ba faktu konstitutivu infrasaun nian, ho indikasaun ba momentu, fatin hala'o prátika nian, no temi ho dispozisaun legál aplikavel sira no dadus sira ne'ebé iha kona-ba identidade, nasionalidade no ema ne'ebá nia lokalizasaun.
4. Sei observa dispostu artigu 27.º nian hodi hala'o transmisaun ba pedidu.
5. Detensaun provizória ramata bainhira la simu pedidu estradisaun iha prazu loran-20 nia laran, sura hahú hosi detensaun, maibé bele hanaruk to'o loran-40, bainhira Estadu rekerente maka apresenta razaun justificavel ne'ebé hatebes pedidu.
6. Bele troka detensaun ho medida koasaun sira seluk, tuir termu sira-ne'ebé hatuur iha Kódigu Prosesu Penál.
7. Dispostu n.º 5 nian la prejudika detensaun foun ka estradisaun, bainhira iha oinmai simu karik pedidu.
8. Bele aseita de'it pedidu detensaun provizória,



8. O pedido de detenção provisória só pode ser atendido quando não se suscitarem dúvidas sobre a competência da autoridade requerente e contiver os elementos referidos no n.º 3.

Artigo 38.º
Detenção não directamente solicitada

É lícito às autoridades de polícia criminal efectuarem a detenção de indivíduos que, segundo informações oficiais, designadamente da INTERPOL, sejam procurados por autoridades estrangeiras para efeito de procedimento ou de cumprimento de pena por factos que notoriamente justifiquem a extradição.

Artigo 39.º
Extradição com consentimento do extraditando

1. A pessoa para efeito de extradição pode declarar que consente na sua entrega ao Estado requerente ou à entidade judiciária internacional e que renuncia ao processo de extradição regulado nos artigos 50.º a 57.º, depois de advertida de que tem direito a este processo.
2. A declaração é assinada pelo extraditando e pelo seu defensor ou advogado constituído.
3. O juiz verifica se estão preenchidas as condições para que a extradição possa ser concedida, ouve o declarante para se certificar se a declaração resulta da sua livre determinação e, em caso afirmativo, homologa-a, ordenando a sua entrega ao Estado requerente, de tudo se lavrando auto.
4. A declaração, homologada nos termos do número anterior, é irrevogável.
5. O acto judicial de homologação equivale à decisão final do processo de extradição.
6. Salvo tratado que dispense a apresentação do pedido de extradição, o acto de homologação tem lugar após a decisão do Ministro da Justiça favorável ao seguimento do pedido, caso em que o processo prossegue para efeitos daquela

bainhira la hamosu dúvida kona-ba kompeténsia autoridade rekerente nian no tau ho elementu sira ne'ebé temi iha n.º 3.

Artigo 38.º
Detensaun ne'ebé la husu ho direta

Konsidera lísitu ba autoridade sira polisia kriminal hala'ó detensaun ba ema sira ne'ebé, conforme informasaun ofisiál, liuliu hosi INTERPOL, autoridade estrangeira buka sira ba efeito prosedimentu nian ka kumpre pena tanba faktu hatebes loloos estradisaun.

Artigo 39.º
Estradisaun ho konsentimentu ema-estraditandu nian

1. Ema-detida, ba efeito estradisaun nian, bele deklarata katak nia ho konsiente entrega ba Estadu rekerente ka ba autoridade judisiária internasionál no renuncia ba prosesu estradisaun ne'ebé artigu 50.º to'ó 57.º regula, hafoin adverte tiha katak iha direitu ba prosesu ida-ne'e.
2. Ema-estraditandu, ninia defensór ka advogadu be hili tiha maka asina deklarasaun.
3. Bainhira juis verifika katak prienxe hela kondisaun hodi fó estradisaun, sei rona ema-deklarante atu hatebes katak deklarasaun ne'e maihosi ninia determinasaun rasik no, bainhira afirmativu, halo omologasaun ba estradisaun, hodi ordena ninia entrega ba Estadu rekerente, buat hirak-ne'e hotu sei hakerek iha auto.
4. Deklarasaun ne'ebé omologa tiha haktuir ternu sira número liubá nian la bele revoga.
5. Aktu judisiál omologasaun nian ekivale ho desizaun ikus prosesu estradisaun nian.
6. Exeptu tratadu ne'ebé dispensa apresentasaun pedidu estradisaun nian, aktu omologasaun hala'ó hafoin desizaun Ministru Justisa nian ne'ebé favorese ba seguimentu pedidu nian, bainhira hala'ó prosesu ba efeito sira omologasaun judisiál



homologação judicial.

ida-ne'ebá nian.

Artigo 40.º
Medidas de coacção não detentivas

Na pendência do processo e até ao trânsito em julgado da decisão final, é correspondentemente aplicável o disposto no n.º 6 do artigo 37.º.

Artigo 41.º
Fuga do extraditado

O extraditado que, depois de entregue ao Estado requerente ou à entidade judiciária internacional, se evadir antes de extinto o procedimento penal ou de cumprida a pena e voltar ou for encontrado em Timor-Leste, será de novo detido e entregue ao mesmo Estado ou entidade, mediante mandado de detenção da autoridade estrangeira competente, salvo no caso de ter havido violação das condições em que a extradição foi concedida.

Artigo 42.º
Trânsito

1. Pode ser facultado o trânsito, pelo território ou pelo espaço aéreo nacional, de uma pessoa extraditada de um Estado estrangeiro para outro, desde que não se oponham motivos de ordem pública e se trate de infracção justificativa de extradição, segundo a lei timorense.
2. O trânsito é autorizado mediante pedido do Estado que nele estiver interessado.
3. Se for utilizado transporte aéreo e não estiver prevista uma aterragem em território nacional, é suficiente uma comunicação do Estado interessado na extradição.
4. Em caso de aterragem imprevista, observa-se o disposto no n.º 2.
5. É mantida a detenção do extraditado em trânsito enquanto permanecer em território nacional.
6. O pedido identifica devidamente o extraditado em trânsito, contém, com as necessárias adaptações, os elementos referidos no n.º 3 do artigo 37.º e é

Artigo 40.º
Medida sira koasaun la detentiva

Iha prosesu pendente nia laran no to'ó tranzitu-julgadu desizaun ikus nian, aplika ho korrespondente dispostu n.º 6 artigo 37.º nian.

Artigo 41.º
Ema-estradiadu halai

Ema-estradiadu ne'ebé, hafoin entrega tiha ba Estadu rekerente ka ba entidade judisiária internasionál, halai molok ramata prosedimentu penál ka kumpre pena no filafali ka haree-hetan iha Timor-Leste, sei ka'er fali no entrega ba Estadu no entidade hanesan, liuhosi mandadu detensaun hosi autoridade estrangeira competente, exepu bainhira mosu tiha violasaun ba kondisaun sira hodi fó tiha estradisaun.

Artigo 42.º
Trânzitu

1. Bele permite hala'ó trânzitu ba ema-estradiadu ida hosi Estadu estrangeiru ba estadu seluk, liuhosi territóriu ka espasu aéreo nasional nian, naran la kontra motivu sira orden públka nian no kona-ba infrasaun justifikativu estradisaun nian, haktuir lei timor nian.
2. Sei autoriza trânzitu liuhosi pedidu Estadu ne'ebé iha interese.
3. Bainhira uza transporte aéreo no la prevee halo aterrajen iha território nasional, natoon de'it maka Estadu interesadu ba estradisaun halo komunikasaun ida.
4. Bainhira halo aterrajen ne'ebé la prevee tiha, sei observa dispostu n.º 2.
5. Mantein nafatin detensaun ba ema-estradiadu ne'ebé iha trânzitu nian laran, bainhira iha hela territóriu nasional.
6. Tenke identifika iha pedidu ema-estradiadu ne'ebé



dirigido ao Ministro da Justiça pelas vias previstas no presente diploma.

7. A decisão sobre o pedido deve ser tomada no mais curto prazo e comunicada de imediato ao Estado requerente pela mesma via por que o pedido tenha sido feito.
8. As condições em que o trânsito se processará e a autoridade que nele superintenderá devem constar da decisão que o autorize.

Artigo 43.º

Conteúdo e instrução do pedido de extradição

1. Além dos elementos referidos no artigo 21.º, o pedido de extradição deve incluir:
 - a) Demonstração de que a pessoa a extraditar está sujeita à jurisdição penal do Estado requerente;
 - b) Prova, no caso de infracção cometida em terceiro Estado, de que este não reclama o extraditando por causa dessa infracção;
 - c) Garantia formal de que a pessoa reclamada não será extraditada para terceiro Estado, nem detida para procedimento penal, para cumprimento de pena ou para outro fim, por factos diversos dos que fundamentarem o pedido.
2. Ao pedido de extradição devem ser juntos os seguintes elementos:
 - a) Mandado de detenção da pessoa reclamada, emitido pela autoridade competente;
 - b) Certidão ou cópia autenticada da decisão que ordenou o mandado de detenção;
 - c) Certidão ou cópia autenticada da decisão condenatória, no caso de extradição para cumprimento da pena, bem como documento comprovativo da pena a cumprir, se esta não corresponder à duração da pena imposta na

hala'o trázitu, tau ho elementu sira-ne'ebé temi iha n.º 3 artigu 37.º hamutuk ho adaptasaun ne'ebé presiza no haruka ba Ministru Justisa liuhosi dalan sira-ne'ebé prevee tiha iha diploma ida-ne'e.

7. Tenke foti desizaun ba pedidu iha prazu badakliu nia laran no komunika kedas ba estadu rekerente liuhosi dalan hanesan ne'ebé halo tiha pedidu.
8. Kondisaun sira ne'ebé sei prosesa trázitu no autoridade ne'ebé sei tau-matan ba trázitu tenke tau iha desizaun ne'ebé autoriza.

Artigo 43.º

Konteúdu no instrusaun pedidu estradisaun nian

1. La'ós de'it elementu sira-ne'ebé temi iha artigu 21.º, tenke inklui iha pedidu estradisaun:
 - a) Demonstrasaun ne'ebé hatudu katak ema ne'ebé atu estradita sujeita ba jurisdisaun penál Estadu rekerente nian;
 - b) Prova, ba infrasaun ne'ebé halo tiha iha Estadu datoluk, ne'ebé hatudu katak Estadu datoluk la reklama ema-estraditandu tanba infrasaun ne'e;
 - c) Garantia formál ne'ebé hatudu katak ema-reklamada sei la estradita ba Estadu datoluk, satán detida ba prosedimentu penál, ba kumpre pena ka finalidade seluk, tanba faktu oioin ne'ebé fundamenta pedidu.
2. Tenke tau hamutuk ho pedidu estradisaun, elementu sira tuirmai:
 - a) Mandadu detensaun ema-reklamada nian, ne'ebé autoridade competente fó-sai;
 - b) Sertidaun ka kópia autetikada hosi desizaun ne'ebé ordena tiha mandadu detensaun;
 - c) Sertidaun ka kópia autetikada desizaun condenatória nian, ba kazu ne'ebé halo estradisaun hodi kumpre pena, hanesan mós dokumentu komprovalu hosi pena ne'ebé atu kumpre, bainhira pena ida-ne'e la korresponde ba durasaun pena ne'ebé desizaun condenatóriu determina tiha;
 - d) Kópia hosi testu legál sira kona-ba preskrisaun



decisão condenatória;

- d) Cópia dos textos legais relativos à prescrição do procedimento penal ou da pena, conforme o caso;
- e) Declaração da autoridade competente relativa a motivos de suspensão ou interrupção do prazo da prescrição, segundo a lei do Estado requerente, se for caso disso;
- f) Cópia dos textos legais relativos à possibilidade de recurso da decisão ou de efectivação do novo julgamento, no caso de condenação em processo cuja audiência de julgamento tenha decorrido na ausência da pessoa reclamada.

Artigo 44.º
Elementos complementares

1. Quando o pedido estiver incompleto ou não vier acompanhado de elementos suficientes para sobre ele se decidir, são os mesmos solicitados, fixando-se prazo para o seu envio, o qual poderá ser prorrogado mediante razões justificadas invocadas pelo Estado requerente.
2. A falta dos elementos solicitados nos termos do número anterior poderá determinar o arquivamento do processo, no fim do prazo fixado.
3. Podendo, no entanto, prosseguir quando esses elementos forem apresentados.
4. Se o pedido se referir a pessoa que já se encontre detida para fins de extradição, o arquivamento previsto no número anterior determina a imediata restituição à liberdade, sendo correspondentemente aplicável o disposto no n.º 7 do artigo 37.º.

Artigo 45.º
Natureza do processo de extradição

1. Processo de extradição é urgente e compreende a fase administrativa e a fase judicial.
2. A fase administrativa é destinada à apreciação do pedido de extradição pelo Ministro da Justiça para o efeito de decidir se ele pode ter seguimento ou

prosedimentu penál ka pena nian, tuir kazu;

- e) Deklarasaun autoridade competente nian kona-ba motivu suspensaun ka interruptsaun ba prazu preskrisaun, haktuir lei Estadu rekerente nian, bainhira presiza ida ne'e;
- f) Kópia testu legál sira kona-ba possibilidade halo rekursu ba desizaun ka hala'ó julgamentu foun, ba kazu kondenasau iha prosesu ne'ebé audénsia julgamentu nian hala'ó iha ema-reklamada nia auzénsia.

Artigo 44.º
Elementu komplementár sira

1. Bainhira pedidu la kompletu ka haruka la hamutuk ho elementu sufisiente sira hodi halo desizaun ba nia, sei husu elementu sira-ne'e, hodi hatuur prazu ba haruka pedidu, ne'ebé sei bele prorroga liuhosi razaun justifikativa ne'ebé Estadu rekerente apresenta.
2. Bainhira falta elementu sira-ne'ebé husu iha termu sira número liubá nian, sei bele determina halo arkivamentu ba prosesu, iha prazu determinadu ramata.
3. Maibé, bele prosege bainhira apresenta elementu hirak-ne'e.
4. Bainhira pedidu refere ema ne'ebé detida hela ba finalidade estradisaun nian, arkivamentu ne'ebé prevee iha número liubá determina kedas restituisaun ba liberdade, ne'ebé aplika ho korrespondente dispostu n.º 7 artigo 37.º nian.

Artigo 45.º
Natureza prosesu estradisaun nian

1. Prosesu estradisaun nu'udar urjente no iha faze administrativa no faze judisiál.
2. Faze administrativa destina ba Ministru Justisa halo apresiasaun ba pedidu estradisaun hodi hatuur desizaun atu pedidu bele iha segimentu ka tenke la aseita tanba razaun sira orden polítika nian ka



se deve ser liminarmente indeferido por razões de ordem política ou de oportunidade ou conveniência.

3. A fase judicial é da exclusiva competência do Supremo Tribunal de Justiça e destina-se a decidir, com audiência do interessado, sobre a concessão da extradição, por procedência das suas condições de forma e de fundo, não sendo admitida prova alguma sobre os factos imputados ao extraditando.

Artigo 46.º

Representação do Estado requerente no processo de extradição

1. O Estado estrangeiro que o solicite a Timor-Leste pode ser admitido a participar na fase judicial do processo de extradição, através de representante designado para o efeito.
2. Se não acompanhar o pedido de extradição, o pedido de participação é dirigido ao Supremo Tribunal de Justiça, através da Autoridade Central.
3. A Autoridade Central submete o pedido de participação ao Ministro da Justiça, podendo ser indeferido se não estiver garantida a reciprocidade.
4. A participação a que se refere o n.º 1 tem em vista possibilitar ao Estado requerente o contacto directo com o processo, com observância das regras relativas ao segredo de justiça, bem como fornecer ao Tribunal os elementos que este entenda solicitar.

Artigo 47.º

Processo administrativo

1. Logo que receba o pedido de extradição, e verificada a sua regularidade formal, a Autoridade Central, quando o considere devidamente instruído, elabora informação no prazo máximo de 20 dias e submete-o à apreciação do Ministro da Justiça.
2. O Ministro da Justiça decide do pedido nos 10 dias subsequentes.
3. Em caso de indeferimento do pedido o processo é

oportunidade ka konveniênsia.

3. Faze judisiál nu'udar kompeténsia esklusiva Supremu Tribunál Justisa nian no destina atu deside, ho audénsia ema-interesadu nian, kona-ba konsesaun estradisaun tanba prosedénsia ba ninia kondisaun forma no konteúdu nian, ne'ebé la admite prova ruma kona-ba faktu imputadu ba ema-estraditandu.

Artigo 46.º

Estadu rekerente nia representasaun iha prosesu estradisaun

1. Estadu estranjeiru ne'ebé husu ba Timor-Leste, bele partisipa iha faze judisiál prosesu estradisaun nian, liuhosi nia representante ne'ebé hili tiha ba ida-ne'e.
2. La akompaña karik pedidu estradisaun, pedidu partisipasaun nian haruka ba Supremu Tribunál Justisa, liuhosi Autoridade Sentrá.
3. Autoridade Sentrá haruka pedidu partisipasaun nian ba Ministru Justisa, ne'ebé bele la aseita bainhira la iha garantia resiprosidade nian.
4. Partisipasaun ne'ebé temi iha n.º 1 atu posibilita Estadu rekerente halo kontaktu diretu ho prosesu, ho kumpre regra sira kona-ba segredu justisa, nune'e mós fornese ba Tribunál elementu sira ne'ebé tribunál hanoin atu husu.

Artigo 47.º

Prosesu administrativu

1. Hafoin simu pedidu estradisaun, no verifika tiha nia regularidade formál, Autoridade Sentrá, bainhira konsidera tenke halo instrusaun, elabora informasaun iha prazu másimu loron-20 no haruka ba Ministru Justisa halo apresiasaun.
2. Ministru Justisa deside pedidu ne'e iha loron-10 tuirmai.
3. Bainhira la aseita pedidu, sei arkiva prosesu hodi



arquivado, procedendo-se à comunicação a que se refere o n.º 3 do artigo 22.º.

prosede fali ba komunikasaun ne'ebé refere iha n.º3 artigo 22.º nian.

4. A Autoridade Central adopta as medidas necessárias para a vigilância da pessoa reclamada.

4. Autoridade Sentrá adota medida sira ne'ebé presiza ba vijilánsia ema-reklamada nian.

Artigo 48.º
Processo judicial

1. Para o processo judicial de extradição é competente o Supremo Tribunal de Justiça.
2. O julgamento é da competência da secção criminal.

Artigo 48.º
Prosesu judisiál

1. Supremu Tribunál Justisa maka iha kompeténsia ba prosesu judisiál.
2. Seksaun kriminál maka iha kompeténsia hodi hala'o julgamentu.

Artigo 49.º
Início do processo

1. O pedido de extradição que deva prosseguir é remetido, conjuntamente com os elementos que o instruírem e respectiva decisão, ao Ministério Público no Supremo Tribunal de Justiça.
2. Dentro das quarenta e oito horas subsequentes, o Ministério Público promove o cumprimento do pedido.

Artigo 49.º
Hahú prosesu

1. Pedidu estradisaun ne'ebé tenke prosege haruka, hamutuk ho elementu sira-ne'ebé instrui no desizaun rasik, ba Ministériu Públiku iha Supremu Tribunál Justisa.
2. Iha oras haatnulu-resin-ualu nia laran, Ministériu Públiku promove kumprimentu pedidu nian.

Artigo 50.º
Despacho liminar e detenção do extraditando

1. Efectuada a distribuição, o processo é imediatamente concluso para o juiz competente para, no prazo de 10 dias, proferir despacho liminar sobre a suficiência dos elementos que instruem o pedido e sobre a sua viabilidade.
2. Se entender que o processo deve ser logo arquivado, o relator faz submeter os autos, com o seu parecer escrito, a visto de cada um dos juízes-adjuntos por cinco dias, a fim de se decidir na primeira sessão.
3. Quando o processo deva prosseguir, é ordenada a entrega ao Ministério Público do mandado de detenção do extraditando, a fim de providenciar pela sua execução.
4. No caso de serem necessárias informações complementares, é ordenada apenas a vigilância do extraditando pelas autoridades competentes podendo, porém, efectuar-se desde logo a sua detenção se se mostrar necessária e houver sérios indícios de que o pedido de extradição deva

Artigo 50.º
Despaxu liminár no detensaun ba ema-estraditandu

1. Hala'o tiha distribuisaun, prosesu ramata kedas, atu juis competente, iha prazu loron-10 nia laran, fó-sai despaxu liminár kona-ba sufisiénsia hosi elementu sira-ne'ebé instrui pedidu no kona-ba ninia viabilidade.
2. Bainhira hanoin katak prosesu tenke arkiva kedas, relatór submete auto, ho nia paresér eskritu, ho hetan vistu juis adjuntu ida-idak nian iha loran lima nia laran, atu deside iha sesaun dahuluk.
3. Bainhira prosesu tenke prosege, sei ordena entrega ba Ministériu Públiku mandadu detensaun ema-estraditandu nian, atu providensia ninia ezekusaun.
4. Bainhira presiza informasaun komplementár sira, sei haruka autoridade competente hala'o de'it vijilánsia ba ema-estraditandu, maibé bele hala'o kedas ninia detensaun bainhira presiza no iha indísiu boot katak tenke prosede pedidu



proceder.

estradisaun.

Artigo 51.º
Prazo de detenção

1. A detenção do extraditando deve cessar e ser substituída por outra medida de coacção processual se a decisão do Supremo Tribunal de Justiça não for proferida dentro dos 65 dias posteriores à data em que foi efectivada.
2. Se não for admissível medida de coacção não detentiva, o prazo referido no número anterior é prorrogado até ao limite máximo de 25 dias, dentro do qual deve ser obrigatoriamente proferida a decisão do Supremo Tribunal de Justiça.

Artigo 52.º
Apresentação do detido

1. A autoridade que efectuar a detenção do extraditando comunica-a de imediato, pela via mais rápida e que permita o registo por escrito, ao Ministério Público junto do Supremo Tribunal de Justiça.
2. O extraditando é apresentado ao Ministério Público, juntamente com as coisas que lhe forem apreendidas, para audição pessoal no prazo máximo de quarenta e oito horas após a detenção.
3. O juiz competente procede à audição, nomeando previamente um defensor ao extraditando, se não tiver advogado constituído.
4. A notificação do extraditando para este acto deve ser pessoal e com advertência de que poderá fazer-se acompanhar de advogado constituído e de intérprete.

Artigo 53.º
Audição do extraditando

1. Na presença do Ministério Público e do defensor ou do advogado do extraditando, e com intervenção do intérprete, quando necessário, o juiz competente procede à identificação do detido, elucidando-o depois sobre o direito de se opor à

Artigo 51.º
Prazu detensaun nian

1. Detensaun ba ema-estraditandu tenke ramata no troka ho medida koasaun prosesuál seluk bainhira Supremu Tribunál Justisa la fó-sai desizaun iha loron-65 nia laran posteriór data ne'ebé afetiva tiha.
2. Bainhira la admite medida koasaun la detentiva, prazu ne'ebé temi iha número liubá prorroga to'ó limite másimu loron-25, iha limite ne'e nia laran Supremu Tribunál Justisa tenke fó-sai desizaun.

Artigo 52.º
Aprezentsaun ema-detidu nian

1. Autoridade ne'ebé halo detensaun ba ema-estraditandu komunika kedas detensaun ne'e, liuhosi dalan ne'ebé lalaisliu no ne'ebé permite rejistu eskritu, ba Ministériu Públiku iha Supremu Tribunál Justisa.
2. Ema-estraditandu sei apresenta ba Ministériu Públiku, hamutuk ho sasán sira-ne'ebé priende hamutuk ho nia, atu halo audisaun ba ema ne'e iha másimu oras haatnulu-resin-ualu nia laran hafoin detensaun.
3. Juis competente maka hala'ó audisaun, ne'ebé nomeia uluklai defensór ida ba ema-estraditandu, bainhira la hili advogadu ida.
4. Tenke haruka notifikasaun ba ema-estraditandu rasik kona-ba aktu ida-ne'e no ho adverténsia katak sei bele akompañia ho adgovadu ne'ebé hili tiha no durubahasa ida.

Artigo 53.º
Audisaun ema-estraditandu nian

1. Iha prezensa Ministériu Públiku nian, defensór ka advogadu ema-estraditandu nian, no ho intervensaun durubasa nian, bainhira presiza, juis competente hala'ó identifikaun ba ema-detidu, hafoin esplika kona-ba direitu hodi kontra



extradição ou de consentir nela e nos termos em que o pode fazer, bem como sobre a faculdade de renunciar ao benefício da regra da especialidade, nos termos do direito convencional aplicável ao caso.

2. No caso do extraditando declarar que consente na sua entrega ao Estado requerente, é correspondentemente aplicável o disposto nos números 2 a 5 do artigo 39.º.
3. Se se opuser à extradição, o juiz aprecia os fundamentos da oposição se ele os quiser expor, tudo lavrando em auto.
4. Existindo no caso a faculdade de renúncia ao benefício da regra da especialidade do n.º 1, é lavrado em auto o teor da informação prestada sobre aquela regra da especialidade, bem como a declaração do extraditando, sendo correspondentemente aplicável o disposto nos números 2 a 5 do artigo 39.º.
5. É igualmente transcrita em auto a informação a que se refere o número anterior sempre que, nos termos do direito convencional aplicável, a renúncia ao benefício da especialidade possa ainda ser prestada perante a autoridade judiciária requerente, após a entrega da pessoa extraditada.
6. O Ministério Público e o defensor ou advogado do extraditando podem sugerir perguntas ao detido, que o juiz formulará se as considerar adequadas.
7. O disposto nos números 4 e 5 é igualmente aplicável à reextradição.

Artigo 54.º **Oposição do extraditando**

1. Após a audição do extraditando, o processo é facultado ao seu defensor ou advogado constituído para, em oito dias, deduzir por escrito oposição fundamentada ao pedido de extradição e indicar meios de prova admitidos pela lei de

extradisaun ka hodi konsente estradisaun no haktuir termu sira ne'ebé maka bele halo, nune'e mós kona-ba fakuldade renunsia ba benefisiu regra espesialidade nian, tuir termu sira direitu konvensionál nian ne'ebé aplikavel ba kazu ne'e.

2. Bainhira ema-estraditandu deklara konsiente kona-ba ninia entrega ba Estadu rekerente, aplika ho korrespondente dispostu número 2 to'o 5 hosi artigu 39.º.
3. Bainhira ema-estraditandu kontra estradisaun, juis apresia fundamentu sira opozisaun nian bainhira nia hakarak fó-sai fundamentu sira, buat hirak-ne'e hotu sei hakerek iha auto.
4. Bainhira eziste fakuldade hodi renúnsia ba benefisiu regra espesialidade hosi n.º 1, sei hakerek iha auto konteúdu informasaun nian kona-ba regra espesialidade ne'ebá, hanesan mós ho ema-estraditandu nia deklarasaun, ne'ebé aplika ho korrespondente dispostu número 2 to'o 5 artigu 39.º nian.
5. Sei hakerek mós iha auto informasaun ne'ebé número liubá refere bainhira de'it, tuir termu direitu konvensionál aplikavel, renúnsia ba benefisiu espesialidade nian sei bele fó-sai iha autoridade judisiária rekerente nia oin, hafoin entrega ema-estraditada.
6. Ministériu Públiku no defensór ka advogadu ema-estraditandu nian bele sujere pergunta ba ema-detidu, ne'ebé juis sei formula bainhira konsidera pergunta hirak-ne'e adekuada.
7. Dispostu iha número 4 to'o 5 aplika ho hanesan ba reestradisaun.

Artigo 54.º **Ema-estraditadu nia opozisaun**

1. Hafoin rona tiha ema-estraditandu, prosesu ne'e bele permite ba defensór ka advogadu ne'ebé hili tiha atu, iha loron ualu nia laran, dedús opozisaun fundamentada ho eskritu ba pedidu estradisaun no hatudu meu prova nian ne'ebé lei Timor-Leste



Timor-Leste, sendo, porém, o número de testemunhas limitado a 10.

2. A oposição só pode fundamentar-se em não ser o detido a pessoa reclamada ou em não se verificarem os pressupostos da extradição.
3. Apresentada a oposição ou findo o prazo em que o devia ser, o processo segue com vista por 5 dias ao Ministério Público para requerer o que tiver por conveniente, com o limite referido no número anterior quanto à indicação de testemunhas.
4. Havendo coisas apreendidas, tanto o extraditando como o podem pronunciar-se sobre o seu destino.
5. Os meios de prova oferecidos podem ser substituídos até ao dia anterior àquele em que devam produzir-se, desde que a substituição não envolva adiamento.

Artigo 55.º **Produção da prova**

1. As diligências requeridas e as que o juiz entender necessárias, como para decidir sobre o destino de coisas apreendidas, devem ser efectivadas no prazo máximo de 15 dias, com a presença do extraditando, do defensor ou advogado constituído e do intérprete, se necessário, bem como do Ministério Público.
2. Terminada a produção da prova, o Ministério Público, o defensor ou o advogado do extraditando têm, sucessivamente, vista do processo por 5 dias, para alegações.

Artigo 56.º **Decisão final**

Se o extraditando não tiver apresentado oposição escrita, ou depois de produzidas as alegações nos termos do número 2 do artigo anterior, o juiz procede, em 10 dias, à decisão, nos termos da lei processual penal.

Artigo 57.º **Entrega do extraditado**

1. É título necessário para a entrega do extraditado a certidão da decisão, transitada em julgado, que

admite, maibé número testemuña limita de'it ba 10.

2. Bele fundamenta de'it opozisaun, bainhira ema-detidu la'ós ema-reklamada ka la verifika presupostu sira estradisaun nian.
3. Apresenta tiha opozisaun ka ramata tiha prazu ne'ebé hodi apresenta, prosesu ne'e lori-tuir ba Ministériu Públiku, iha loron-5 nia laran, atu rekere buat ne'ebé conveniente, ho limite ne'ebé numeru liubá temi kona-ba indikasaun testemuña nian.
4. Bainhira iha sasán maka priende, ema-estraditandu mós bele hatete kona-ba sasán nia destinu.
5. Bele troka meu sira prova nian ne'ebé oferese tiha to'o loron molok ida ne'ebé tenke prodús, naran substituisaun ne'e la inklui adiamentu.

Artigo 55.º **Produsaun prova nian**

1. Dilijénsia sira-ne'ebé rekere tiha no sira ne'ebé juis hanoin katak presiza hodi deside kona-ba destinu sasán ne'ebé priende tiha, tenke hala'o ho prazu másimu loron-15, ho ema-estraditandu nia prezensa, defensór ka advogadu ne'ebé hili tiha no durubahasa, bainhira presiza, nune'e mós Ministériu Públiku.
2. Ramata tiha produsaun prova nian, Ministériu Públiku, defensór ka advogadu ema-estraditandu nian, tatur, haree ba prosesu, halo alegasaun iha loron-5 nia laran.

Artigo 56.º **Desizaun ikus**

Bainhira ema-estraditandu la apresenta opozisaun eskrita, ka hafoin prodús tiha alegasaun sira haktuir termu número 2 artigu liubá nian, juis prosede, iha loron-10 nia laran, desizaun konforme termu sira lei prosesual penál nian.

Artigo 57.º **Entrega ema-estraditadu**

1. Presiza título atu entrega ema-estraditadu liuhosi sertidaun desizaun nian, tranzitada-julgadu, ne'ebé



ordenar a extradição.

2. Após o trânsito em julgado da decisão, o Ministério Público procede à respectiva comunicação aos serviços competentes do Ministério da Justiça, disso dando conhecimento à Autoridade Central.
3. A data da entrega é estabelecida até ao limite de 20 dias a contar do trânsito.

Artigo 58.º

Prazo para remoção do extraditado

1. O extraditado deve ser removido do território timorense na data que for acordada, nos termos do artigo anterior.
2. Se ninguém aparecer a receber o extraditado na data referida no número anterior, será o mesmo restituído à liberdade, decorridos 20 dias sobre aquela data.
3. O prazo referido no número anterior é prorrogável até ao limite máximo de 20 dias, quando razões de força maior, designadamente doença verificada nos termos do n.º 3 do artigo 33.º, impedirem a remoção dentro desse prazo.
4. Pode deixar de ser atendido novo pedido de extradição da pessoa que tenha deixado de ser removida no prazo referido no n.º 2 ou, havendo prorrogação, decorrido o prazo desta.
5. Após a entrega da pessoa são efectuadas as necessárias comunicações ao Tribunal e à Autoridade Central.

Artigo 59.º

Forma da detenção provisória

1. A detenção provisória é ordenada pelo juiz após certificar-se da autenticidade, da regularidade e da admissibilidade do pedido, sendo, para o efeito, entregue mandado ao Ministério Público.
2. A entidade que proceder à detenção apresenta o detido ao Ministério Público junto do Supremo Tribunal de Justiça, no prazo máximo de quarenta e oito horas após a detenção.
3. A detenção é imediatamente comunicada à Autoridade Central, sendo emitido mandado de

ordena estradisaun.

2. Hafoin hatuur tiha tránzitu-julgadu ba desizaun, Ministériu Públiku hala'o komunikasaun ba servisu kompetente sira Ministériu Justisa nian, hala'ok ida ne'e sei fó-hatene ba Autoridade Sentrál.
3. Data entrega nian estabese to'o limite loron-20, sura hahú hosi tránzitu.

Artigo 58.º

Prazu hodi halo remosaun ba ema-estraditadu

1. Ema-estraditadu tenke hasai hosi territóriu timor nian iha data ne'ebe akordada, haktuir termu sira artigu liubá nian.
2. Bainhira la iha ema ruma mosu hodi simu ema-estraditadu iha data ne'ebé número liubá refere tiha, sei fó liberdade ba ema-estraditadu, ne'ebé hala'o iha loron-20 nia laran kona-ba data ne'ebá.
3. Bele prorroga prazu ne'ebé temi iha número liubá to'o limite másimu loron-20, bainhira ho razaun sira forsa-maiór nian, liuliu moras ne'ebé verifika tuir termu n.º 3 artigu 33.º nian, impede hala'o remosaun iha prazu ne'e nia laran.
4. Bele la aseita pedidu estradisaun foun hosi ema ne'ebé la hasai tiha iha prazu ne'ebé temi iha n.º 2 ka, iha tiha prorrogasaun, ne'ebé hala'o iha prazu ida-ne'e.
5. Hafoin entrega tiha ema, sei hala'o komunikasaun ne'ebé presiza ba Tribunál no ba Autoridade Sentrál.

Artigo 59.º

Forma detensaun provizória nian

1. Juis maka ordena halo detensaun provizória, hafoin hatebes pedidu nia autenticidade, regularidade no admissibilidade, ba ida ne'e, sei entrega mandadu ba Ministériu Públiku.
2. Entidade ne'ebé hala'o detensaun apresenta ema-detidu ba Ministériu Públiku hamutuk ho Supremu Tribunál Justisa, ho prazu másimu oras haatnulu-resin-ualu hafoin detensaun.
3. Detensaun ne'e komunika kedas ba Autoridade Sentrál, ne'ebé sei fó-sai mandadu libertasaun



libertação quando deva cessar nos termos do n.º 5 do artigo 37.º

bainhira tenke ramata haktuir termu sira n.º 5 artigu 37.º nian.

Artigo 60.º
Prazos

1. Recebido o pedido de extradição de pessoa detida, o processo administrativo é ultimado no prazo máximo de 15 dias.
2. No caso da decisão do Ministro da Justiça ser favorável ao prosseguimento, o pedido é imediatamente remetido, por intermédio do Procurador-Geral da República, ao Ministério Público para promover imediatamente o seu cumprimento.
3. A detenção do extraditando deve cessar e ser substituída por outra medida de coacção processual se a apresentação do pedido em juízo não ocorrer dentro dos 60 dias posteriores à data em que foi efectuada.
4. A distribuição do processo no Supremo Tribunal de Justiça é imediata.
5. A decisão do Ministro da Justiça que indefere o pedido é imediatamente remetida, por intermédio do Procurador-Geral da República, ao Ministério Público, para os efeitos da libertação do detido.

Artigo 60.º
Prazu

1. Simu tiha pedidu estradisaun hosi ema-detida, prosesu administrativu ramata iha prazu másimu loron-15.
2. Bainhira Ministru Justisa nia desizaun favorese ba prosegimentu, pedidu ne'e haruka kedas, liuhosi intermédriu Prokuradór-Jerál Repúblika nian, ba Ministériu Públiku atu hala'o kedas ninia kumprimentu.
3. Detensaun ba ema-estraditandu tenke ramata no troka ho medida koasaun prosesual seluk, bainhira la halo aprenzentsaun ba pedidu iha loron-60 nia laran posteriór data ne'ebé efetiva tiha.
4. Distribuisaun prosesu nian iha Supremu Tribunál Justisa hala'o ho imediata.
5. Haruka kedas desizaun Ministru Justisa nian ne'ebé la aseita pedidu, liuhosi intermédriu Prokuradór-Jerál Repúblika, ba Ministériu Públiku, ba efeito hala'o libertasaun ba ema-detidu.

Artigo 61.º
Competência e forma da detenção não directamente Solicitada

1. A autoridade que efectuar uma detenção nos termos do artigo 38.º apresenta o detido ao Ministério Público junto do Supremo Tribunal de Justiça, para aí promover a audição judicial daquele.
2. No caso de ser confirmada, a detenção é comunicada imediatamente à Autoridade Central e, pela via mais rápida, à autoridade estrangeira a quem ela interessar, para que informe, urgentemente e pela mesma via, se irá ser formulado o pedido de extradição, solicitando-se-lhe ainda a observância dos prazos previstos no n.º 5 do artigo 37.º

Artigo 61.º
Kompeténsia no forma detensaun ne'ebé la husu ho direta

1. Autoridade ne'ebé hala'o detensaun ida haktuir temu sira artigu 38.º nian, apresenta ema-detidu ba Ministériu Públiku hamutuk ho Supremu Tribunál Justisa, atu iha-ne'ebá hala'o audisaun judisiál ba ema-detidu.
2. Bainhira hetan tiha konfirmasaun, komunika kedas detensaun ne'e ba Autoridade Sentrál no, liuhosi dalan ne'ebé lalais liu, hato'o ba autoridade estrangeira ne'ebé interese ba detensaun ne'e, atubele informa ho urjente filafali no liuhosi dalan hanesan, bainhira sei formula pedidu estradisaun, ne'ebé husu ba nia hodi kumpre prazu ne'ebé prevee tiha iha n.º 5 artigu 37.º nian.



3. O detido será posto em liberdade 20 dias após a data da detenção se, entretanto, não chegar a informação referida no número anterior, ou 40 dias após a data da detenção se, tendo havido informação positiva, o pedido de extradição não for recebido nesse prazo.

Artigo 62.º

Medidas de coacção não detentivas e competência

As medidas de coacção não detentivas, quando admitidas nos casos de detenção provisória e de detenção não directamente solicitada, são da competência do Supremo Tribunal de Justiça.

Artigo 63.º

Detenção posterior à fuga do extraditado

1. O mandado de detenção no caso de fuga do extraditado é recebido pela Autoridade Central e deve conter ou ser acompanhado dos elementos necessários para se saber que se trata de pessoa anteriormente extraditada por Timor-Leste, que se evadiu antes de extinto o procedimento penal ou a pena.
2. O mandado de detenção é remetido ao Ministério Público junto do Supremo Tribunal de Justiça.

Artigo 64.º

Execução do pedido

1. Requerido o cumprimento do mandado de detenção, o juiz competente ordena a respectiva execução depois de verificar a sua regularidade e que se refere à pessoa já extraditada.
2. Nos oito dias posteriores à detenção, o extraditado pode deduzir oposição escrita à sua reentrega ao Estado requerente, com fundamento em que este violou as condições em que a extradição foi concedida, oferecendo logo as provas mas sendo limitado a cinco o número de testemunhas.
3. Deduzida a oposição, seguem-se, na parte aplicável, os termos dos números 3 e 5 do artigo 54.º e no que respeita à produção da prova e decisão final.

Artigo 65.º

3. Ema-detidu sei husik livre iha loron-20 nia laran hafoin data detensaun nian bainhira, iha tempu ne'e nia laran, informasaun ne'ebé temi iha numeru liubá la to'o-mai, ka loron-40 hafoin data detensaun nian, iha karik informasaun pozitiva, la bele simu pedidu estradisaun iha prazu ne'e.

Artigo 62.º

Medida koasaun ne'ebé la detentiva no kompeténsia

Supremu Tribunál Justisa maka iha kompeténsia ba medida sira koasaun nian ne'ebé la detentiva, bainhira admite ba kazu sira detensaun provizóriu nian no detensaun ne'ebé la husu direta.

Artigo 63.º

Detensaun fali hafoin ema-estraditadu halai tiha

1. Autoridade Sentrál maka simu mandadu detensaun ba kazu ne'ebé ema-estraditadu halai no tenke tau ka hamutuk ho elementu sira ne'ebé presiza hodi hatene kona-ba ema ne'ebé uluk Timor-Leste estradita tiha, ne'ebé halai-sai tiha molok prosedimentu penál ka pena ramata.
2. Mandadu detensaun haruka ba Ministériu Públiku iha Supremu Tribunál Justisa.

Artigo 64.º

Pedidu nia ezekusaun

1. Rekere tiha kumprimentu ba mandadu detensaun nian, juis kompetente ordena ezekusaun hafoin verifika ninia regularidade no ne'ebé refere ba ema ne'ebé estradita ona.
2. Iha loron ualu nia laran hafoin detensaun, ema-estraditadu bele dedús opozisaun eskrita kona-ba entrega filafali nia ba Estadu rekerente, ne'ebé ho fundamentu katak Estadu rekerente sakar kondisaun sira-ne'ebé hatuur tiha hodi fó estradisaun, ne'ebé apresenta kedas prova, maibé numeru testemuña nian limita ba lima de'it.
3. Dedús tiha opozisaun, tuirmai, iha parte aplikavel, aplika termu sira hosi numeru 3 no 5 artigo 54.º nian no ida ne'ebé kona-ba produsaun prova no desizaun final.

Artigo 65.º



Reentrega do extraditado

1. O Ministério Público promove a reentrega do extraditado no prazo máximo de 15 dias.
2. A certidão da decisão, transitada em julgado, que ordenar a extradição é substituída pelo mandado de detenção devidamente cumprido.

CAPÍTULO III EXTRADIÇÃO ACTIVA

Artigo 66.º Competência e processo

1. Compete ao Ministro da Justiça formular o pedido de extradição de pessoa contra a qual exista processo pendente em tribunal timorense, ao Estado estrangeiro em cujo território ela se encontre.
2. O pedido, depois de devidamente instruído, deve ser transmitido pelas vias previstas neste diploma.
3. Compete à Autoridade Central organizar o processo, com base em requerimento do Ministério Público junto do Supremo Tribunal de Justiça.
4. O Ministro da Justiça pode solicitar ao Estado estrangeiro, ao qual tenha apresentado um pedido de extradição, a participação do Estado de Timor-Leste, através de representante, no processo de extradição.

Artigo 67.º Reextradição

À reextradição, pedida por Timor-Leste, são correspondentemente aplicáveis os números 4 e 5 do artigo 33.º.

Artigo 68.º Difusão internacional do pedido de detenção provisória

1. O mandado judicial de detenção provisória com vista à extradição é remetido à Autoridade Central pelo Ministério Público junto do Supremo Tribunal de Justiça.
2. A Autoridade Central remete o mandado ao Gabinete Nacional da INTERPOL, dando disso

Entrega filafali ema-estraditadu

1. Ministériu Públiku maka entrega filafali ema-estraditadu iha prazu másimu loron-15.
2. Sertidaun hosi desizaun, tránzitada-julgada, ne'ebé ordena estradisaun substitui ho mandadu detensaun ne'ebé tenke kumpre.

KAPÍTULU III ESTRADISAUN ATIVA

Artigo 66.º Kompeténsia no prosesu

1. Nu'udar kompeténsia Ministru Justisa nian atu formula pedidu estradisaun ba ema ne'ebé ho prosesu pendente iha tribunál timor nian, ba Estadu estrangeiru ne'ebé iha nia territóriu haree-hetan ema ne'ebá.
2. Hafoin instrui tiha pedidu, tenke haruka liuhosi dalan sira-ne'ebé prevee iha diploma ida-ne'e.
3. Nu'udar kompeténsia Autoridade Nasionál nian atu organiza prosesu, bazeia ba rekerimentu Ministériu Públiku nian iha Supremu Tribunál Justisa.
4. Ministru Justisa bele husu ba Estadu estranjeiru, ne'ebé apresenta tiha pedidu estradisaun, atu Estadu Timor-Leste partisipa, liuhosi representante, iha prosesu estradisaun.

Artigo 67.º Restradisaun

Aplika ho korrespondente número 4 no 5 artigu 33.º nian ba restradisaun ne'ebé Timor-Leste maka husu.

Artigo 68.º Difuzau internasionál ba pedidu detensaun provizória

1. Ministériu Públiku hamutuk ho Supremu Tribunál Justisa maka haruka mandadu judisiál detensaun provizória nian ne'ebé ho objetivu halo estradisaun ba Autoridade Sentrál.
2. Autoridade sentrál haruka mandadu ba Gabinete Nasionál INTERPOL, ida ne'e sei fó-hatene ba



conhecimento ao Supremo Tribunal de Justiça.

Supremu Tribunál Justisa.

Artigo 69.º
Comunicação

Artigu 69.º
Komunikasaun

Concedida a extradição, a Autoridade Central comunica o facto ao Supremo Tribunal de Justiça.

Fó tiha estradisaun, Autoridade Sentrá komunka faktu ne'e ba Supremu Tribunál Justisa.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÃO FINAL

KAPÍTULU IV
DISPOZISAUN IKUS

Artigo 70.º
Gratuidade e férias

Artigu 70.º
Gratuidade no férias

1. Os processos de extradição são gratuitos, sem prejuízo do disposto nas alíneas b) a d) do n.º 2 e no n.º 4 do artigo 24.º.
2. Os processos de extradição têm natureza urgente e correm mesmo em férias.

1. Prosesu estradisaun nu'udar gratuitu, lahó prejudika dispostu iha alínea b) to'o d) hosi n.º 2 no n.º 4 artigu 24.º nian.
2. Prosesu estradisaun iha natureza urjente no hala'ο maske iha férias nia laran.

CAPÍTULO V
REGRAS ESPECIAIS RELATIVAS AO
PROCESSO SIMPLIFICADO DE EXTRADIÇÃO

KAPÍTULU V
REGRA ESPESIÁL SIRA KONA-BA PROSESU
SIMPLIFIKADU ESTRADISAUN NIAN

Artigo 71.º
Âmbito e finalidades

Artigu 71.º
Âmbitu no finalidade

As disposições do presente capítulo regulamentam o processo de extradição, nos casos em que a pessoa reclamada dá o seu consentimento.

Dispozisaun sira iha kapítulu ida-ne'e regulamenta prosesu estradisaun, ba kazu sira-ne'ebé ema-reklamada fó ninia konsentimentu.

Artigo 72.º
Autoridade competente e prazos

Artigu 72.º
Autoridade kompetente no prazu

1. A declaração de consentimento na extradição é comunicada directamente pelo juiz competente à autoridade requerente que solicitou a detenção provisória, no prazo máximo de 10 dias após a detenção.
2. No caso de o extraditando declarar que consente na sua entrega ao Estado requerente, o juiz informa-o do sentido da renúncia à regra da especialidade, nos casos em que esta for admissível, e dos efeitos do consentimento na extradição, bem como do momento e dos termos em que o pode fazer, tudo se lavrando no auto.

1. Juis kompetente maka komunika direta deklarasaun konsentimentu estradisaun nian ba autoridade rekerente ne'ebé husu tiha detensaun provizória, iha prazu másimu laron-10 hafoin detensaun.
2. Bainhira ema-estraditandu deklar konsente ho ninia entrega ba Estadu rekerente, juis informa nia hodi renúnsia regra espesialidade, iha kazu sira-ne'ebé bele admite regra ida-ne'e, no hosi efeito sira konsentimentu nian ba estradisaun, hanesan mós momentu no termu sira ne'ebé bele halo, buat



3. O juiz profere decisão homologatória do consentimento e procede à respectiva comunicação no prazo máximo de 20 dias após a data em que foi prestado o consentimento referido no n.º 1.
4. Se o considerar necessário, o juiz solicita à autoridade requerente informações complementares, ouvindo novamente a pessoa detida após a obtenção dessas informações, antes de proferir decisão.
5. Os prazos previstos nos números 1 e 3 contam-se a partir do momento da prestação do consentimento, se este for dado após o decurso do prazo referido no n.º 1.
6. É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 39.º
7. O disposto nos números anteriores, no que se refere aos prazos e às comunicações, é aplicável aos casos em que Timor-Leste seja o Estado requerente.

TÍTULO III TRANSMISSÃO DE PROCESSOS PENAIS

CAPÍTULO I DELEGAÇÃO DO PROCEDIMENTO PENAL NAS AUTORIDADES JUDICIÁRIAS TIMORENSES

Artigo 73.º **Princípio**

A pedido de um Estado estrangeiro pode ser instaurado, ou continuar em Timor-Leste, procedimento penal por um facto praticado fora do território timorense, nos termos dos artigos seguintes.

Artigo 74.º **Condições especiais**

1. Para que possa ser instaurado, ou continuar em Timor-Leste, procedimento penal por facto praticado fora do território timorense é necessária a verificação das seguintes condições, para além

hirak-ne'e hotu sei hakerek iha auto.

3. Juis fó-sai desizaun omologatória konsentimentu nian no hala'o rasik komunikasaun iha prazu másimu loron-20 hafoin data ne'ebé apresenta tiha konsentimentu ne'ebé temi iha n.º1.
4. Konsidera nesesáriu karik, juis husu informasaun komplementár sira ba autoridade rekerente, hodi rona filafali ema-detida hafoin hetan tiha informasaun hirak-ne'e, molok fó-sai desizaun.
5. Prazu sira-ne'ebé prevee iha numeru 1 no 3 sura hahú hosi momentu ne'ebé apresenta konsentimentu, bainhira apresenta konsentimentu ne'e hafoin dekursu prazu ne'ebé temi iha n.º 1.
6. Aplika ho korrespondente dispostu artigu 39.º nian.
7. Dispostu iha número sira liubá, ne'ebé refere ba prazu no komunikasaun, aplika ba kazu sira ne'ebé Timor-Leste nu'udar Estadu rekerente.

TÍTULO III TRANSMISAUN BA PROESU PENÁL

KAPÍTULU I DELEGASAUN PROSEDIMENTU PENÁL BA AUTORIDADE JUDISIÁRIA SIRA TIMOR NIAN

Artigo 73.º **Prinsípiu**

Bainhira Estadu estranjeiru ida maka husu, bele instaura, ka kontinua iha Timor-Leste, prosedimentu penál tanba faktu ida-ne'ebé pratika tiha la'ós iha territóriu timor nian, haktuir termu artigu sira tuirmai nian.

Artigo 74.º **Kondisaun spesiál sira**

1. Atubele instaura, ka kontinua iha Timor-Leste, prosedimentu penál tanba faktu ne'ebé pratika tiha la'ós iha territóriu timor nian, presiza halo verifikasaun ba kondisaun sira tuirmai, la'ós de'it kondisaun jerál ne'ebé prevee iha diploma ida-



das condições gerais previstas neste diploma:

- a) O recurso à extradição esteja excluído;
 - b) O Estado estrangeiro dê garantias de que não procederá penalmente, pelo mesmo facto, contra o suspeito ou arguido, no caso de o mesmo vir a ser definitivamente julgado por sentença de um tribunal timorense;
 - c) O procedimento penal tenha por objecto um facto que constitua crime segundo a lei do Estado estrangeiro e segundo a lei de Timor-Leste;
 - d) A pena ou a medida de segurança privativas da liberdade correspondentes ao facto sejam de duração máxima não inferior a um ano;
 - e) O suspeito ou o arguido tenha nacionalidade de Timor-Leste ou, tratando-se de estrangeiros ou apátridas, tenham a sua residência habitual em território timorense;
 - f) A aceitação do pedido se justifique pelo interesse da boa administração da justiça ou pela melhor reinserção social do suspeito ou do arguido, no caso de virem a ser condenados.
2. Pode ainda aceitar-se a instauração ou a continuação de procedimento penal em Timor-Leste, verificadas as condições do número anterior:
- a) Quando o suspeito ou arguido se encontrar a ser processado penalmente ou tiver sido condenado em Timor-Leste por outro facto a que corresponda pena ou medida de segurança de gravidade igual ou superior às referidas na alínea d) do número anterior e seja garantida a sua presença em juízo;
 - b) Se o Estado requerente considerar que a presença do suspeito ou do arguido não pode ser assegurada perante os seus tribunais, podendo sê-lo em Timor-Leste;
 - c) Se o Estado estrangeiro considerar que não

ne'e:

- a) Esklui rekursu ba estradisau;
 - b) Estadu estranjeiru fó garantia katak sei la prosede ho dalan penál, ba faktu hanesan, kontra suspeitu ka argidu, iha kazu ne'ebé nia rasik sei julga ho definitivu hosi sentensa tribunál timor nian ida;
 - c) Prosedimentu penál nia objetu maka faktu ne'ebé konstitui krime haktuir lei Estadu estranjeiru no lei Timor-Leste nian;
 - d) Pena ka medida seguransa privativa ba liberdade korrespondente ba faktu ne'ebé ho durasaun másima la ki'ik liu tinan ida;
 - e) Argidu ka suspeitu iha nasionalidade nu'udar timoroan ka, bainhira ko'alia kona-ba estranjeiru no apátrida, ne'ebé iha hela-fatin baibain iha território timor nian;
 - f) Aseitasaun pedidu nian hatebes liuhosi interese administrasaun justisa ne'ebé di'ak ka hodi hadi'ak liu reinsersaun sosiál suspeitu no argidu nian, ba kazu ne'ebé sei kondena sira.
2. Bele mós aseita instaurasaun ka kontinuasaun prosedimentu penál nian iha Timor-Leste, hafoin verifika tiha kondisaun sira número liubá nian:
- a) Bainhira suspeitu ka argidu hasoru hela prosesu penál ka kondena tiha iha Timor-Leste tanba faktu ne'ebé korreponde ba pena ka medida seguransa ho gravidade hanesan ka boot liu sira-ne'ebé temi iha alínea d) número liubá nian no ne'ebé tenke iha garantia ba ninia prezensa;
 - b) Bainhira Estadu rekerente konsidera katak la bele hametin prezensa suspeitu ka argidu nian iha sira-nia tribunál, bele hala'o iha Timor-Leste;
 - c) Bainhira Estadu estranjeiru konsidera katak la iha kondisaun sira atu ezekuta kondensaun



existem condições para executar uma eventual condenação, mesmo recorrendo à extradição, e que tais condições se verificam em Timor-Leste.

3. As disposições dos números anteriores não se aplicam se a reacção criminal que motiva o pedido for da competência dos tribunais timorenses, nos termos da legislação penal e processual penal de Timor-Leste.

Artigo 75.º **Direito aplicável**

Ao facto que é objecto do procedimento penal instaurado ou continuado em Timor-Leste, nas condições referidas no artigo anterior, é aplicada a reacção criminal prevista na lei de Timor-Leste, excepto se a lei do Estado estrangeiro que formula o pedido for mais favorável.

Artigo 76.º **Efeitos da aceitação do pedido relativamente ao Estado que o formula**

1. A aceitação, por Timor-Leste, do pedido formulado pelo Estado estrangeiro implica a renúncia, por este, ao procedimento relativo ao facto.
2. Instaurado, ou continuado, em Timor-Leste, procedimento penal pelo facto, o Estado estrangeiro recupera o direito de proceder penalmente pelo mesmo facto após comunicação de Timor-Leste que o arguido se ausentou do território nacional.

Artigo 77.º **Tramitação do pedido**

1. O pedido formulado pelo Estado estrangeiro é acompanhado do original ou cópia autenticada do processo a transmitir, caso exista, e é submetido pelo Procurador-Geral da República a apreciação do Ministro da Justiça.
2. Se o Ministro da Justiça decidir que o pedido é admissível, o expediente é remetido ao Supremo Tribunal de Justiça, que ordena imediatamente notificação para comparência do suspeito ou do arguido, bem como a do advogado constituído, se o houver.

eventual ida, maske husu-tuir tiha estradisaun, no verifika kondisaun hirak-ne'ebá iha Timor-Leste.

3. La aplika dispozisaun sira númeru liubá nian, bainhira reasaun kriminál ne'ebé motiva pedidu nu'udar kompeténsia tribunál timor nian, haktuir termu sira lejizlasaun penál no prosesuál penál Timor-Leste nian.

Artigo 75.º **Direitu aplikavel**

Tanba nu'udar objetu prosedimentu penál nian ne'ebé instaure tiha ka kontinua tiha iha Timor-leste, tuir kondisaun sira ne'ebé temi iha artigu liubá, aplika reasaun kriminál ne'ebé prevee iha lei Timor-Leste nian, exeptu lei Estadu estranjeiru nian ne'ebé formula pedidu favorese liu.

Artigo 76.º **Efeito aseitasaun pedidu nian kona-ba Estadu ne'ebé formula pedidu**

1. Bainhira Timor-Leste aseita pedidu ne'ebé Estadu estranjeiru formula tiha, implika renúnsia Estadu estranjeiru nian ba prosedimentu kona-ba faktu ne'e.
2. Prosedimentu penál ne'ebé instaure tiha, ka kontinua tiha iha Timor-Leste tanba faktu ne'e, Estadu Estranjeiru rekupera direitu hodi prosede liuhosi dalan penál ba faktu hanesan, hafoin Timor-Leste komunika katak argidu sai tiha hosi territóriu nasionál.

Artigo 77.º **Tramitasaun ba pedidu**

1. Pedidu ne'ebé Estadu estranjeiru formula tiha, tauhamutuk ho orijinál ka kópia autentikada prosesu ne'ebé atu transmite, bainhira iha, no Prokuradór-Jerál Repúblika haruka ba Ministru Justisa halo apresiasaun.
2. Bainhira Ministru Justisa deside hodi aseita pedidu, sei haruka espediente ba Supremu Tribunál Justisa, ne'ebé ordena kedas notifikasaun ba suspeito ka argidu atu apresenta-an, hanesan mós



3. Se o suspeito ou o arguido não comparecerem, o tribunal verifica se a notificação foi feita pela forma legal e nomeia defensor oficioso, na falta de advogado constituído ou se este também não aparecer, de tudo se lavrando auto.
4. O juiz, oficiosamente ou a requerimento do Ministério Público, do suspeito, do arguido ou do seu defensor, pode ordenar a repetição da notificação a que se refere o n.º 2.
5. O suspeito, o arguido ou seu defensor são convidados a exporem as suas razões contra ou a favor da aceitação do pedido, de igual faculdade gozando o Ministério Público.
6. Se necessário, o juiz procede ou manda proceder às diligências de prova que repute indispensáveis, por sua iniciativa ou a requerimento do Ministério Público, do suspeito, do arguido ou do seu defensor, fixando, para o efeito, um prazo não superior a 30 dias.
7. Efectuadas as diligências ou esgotado o prazo a que se refere o número anterior, o Ministério Público e o suspeito ou arguido podem pronunciar-se no prazo de 10 dias, alegando o que tiverem por conveniente.
8. O juiz decide sobre o pedido no prazo de oito dias.
9. Na pendência do pedido, o juiz sujeita o arguido à prestação de termo de identidade e residência, sem prejuízo da possibilidade de adopção de outras medidas de coacção e garantia patrimonial previstas no Código de Processo Penal.

Artigo 78.º
Efeitos da decisão sobre o pedido

Em caso de aceitação do pedido, o juiz, conforme os casos:

advogadu ne'ebé hili tiha, bainhira iha.

3. Suspeitu no argidu la apresenta-an karik, tribunál verifika notifikasaun ne'ebé halo tiha ne'e ho dalan legál ka lae no nomeia defensór ofisiozu, bainhira falta advogadu konstituïdu ka advogadu ida-ne'e mós la apresenta-an, buat ne'e hotu sei hakerek iha auto.
4. Juis bele, ho ofisiozamente¹ ka liuhosi rekerimentu Ministériu Públiku nian, suspeitu, argidu ka ninia defensór, ordena repetisaun ba notifikasaun ne'ebé temi iha n.º 2.
5. Sei konvida suspeitu, argidu ka defensór atu fó-sai sira-nia razaun hodi kontra ka simu pedidu, fakuldade ne'e Minsitériu Públiku mós goza.
6. Bainhira presiza, juis hala'o sede ka haruka hala'o dilijénsia prova nian ne'ebé konsidera la dispensavel, liuhosi ninia inisiativa ka rekerimentu Ministériu Públiku nian, suspeitu, argidu ka nia defensór, hodi, ba efeito, determina prazu la narukliu loran-30.
7. Hala'o tiha dilijénsia ka prazu ne'ebé temi iha número liubá ramata, Ministériu Públiku no suspeitu ka argidu bele fó-sai iha prazu loran-10 nia laran buat ne'ebé ba sira konveniente.
8. Juis deside kona-ba pedidu iha prazu loran ualu nia laran.
9. Iha tempu ne'ebé pedidu pendente hela, juis haruka argidu apresenta termu identidade no residénsia nian, lahó prejudika posibilidade halo adosaun ba medida koasaun seluk no garantia patrimoniál ne'ebé prevee iha Kódigu Prosesu Penál.

Artigo 78.º
Efeito hosi desizaun kona-ba pedidu

Bainhira aseita pedidu, juis haree ba kazu ida-idak:

¹ Ho inisiativa rasik (N.T).



- a) Ordena a remessa dos autos à autoridade judiciária competente para instauração ou continuação do procedimento penal;
- b) Pratica os actos necessários à continuação do processo, se este relevar da sua competência.

- a) Ordena haruka auto sira ba autoridade judisiária kompetente hodi halo instaurasaun ka kontinuasaun prosedimentu penál.
- b) Pratika aktu nesesáriu sira ba kontinuasaun prosesu nian, bainhira prosesu ne'e nu'udar ninia kompeténsia.

Artigo 79.º

Convalidação dos actos praticados no estrangeiro

A decisão judicial que ordena a continuação do processo penal deve declarar a convalidação dos actos praticados no processo transmitido, como se tivessem sido praticados perante as autoridades judiciárias de Timor-Leste, salvo se se tratar de actos inadmissíveis face à legislação processual penal timorense.

Artigu 79.º

Konvalidasaun ba aktu sira ne'ebé pratika iha estranjeiru

Desizaun judisiál ne'ebé ordena kontinuasaun prosesu penál tenke deklara konvalidasaun ba aktu sira-ne'ebé pratika iha prosesu transmitidu nia laran, hanesan katak pratika tiha iha autoridade judisiária Timor-Leste, exepu bainhira kona-ba aktu sira ne'ebé la admite ba lejlzasaun prosesuál penál timor nian.

Artigo 80.º

Revogação da decisão

A autoridade judiciária pode revogar a decisão, a requerimento do Ministério Público, do suspeito, do arguido ou do defensor, quando, na pendência do processo:

- a) Houver conhecimento superveniente de qualquer uma das causas de inadmissibilidade da cooperação previstas neste diploma; ou
- b) Não possa assegurar-se a comparência do arguido em julgamento ou para execução de sentença privativa de liberdade, nos casos em que o arguido se ausentou do território nacional, previstos na presente lei.

Artigu 80.º

Revogasaun ba desizaun

Autoridade judisiária bele regova desizaun, liuhosi rekerimentu Ministériu Públiku nian, suspeitu, argidu ka defensór nian, bainhira iha tempu ne'ebé prosesu pendente hela:

- a) Iha konsentimentu superveniente ho kauza sasá de'it ne'ebé la admite kooperasun ne'ebé prevee iha diploma ida-ne'e; ka
- b) La bele asegura atu argidu apresenta-an iha julgamentu ka atu ezekuta setensa privativa ba liberdade, ba kazu sira-ne'ebé argidu la iha territóriu nasional, prevee tiha iha lei ida-ne'e.

Artigo 81.º

Comunicações

1. São comunicadas à Autoridade Central, para notificação ao Estado estrangeiro que formulou o pedido:

- a) A decisão sobre a admissibilidade deste;
- b) A decisão que revoga a anterior;
- c) A sentença proferida no processo;

Artigu 81.º

Komunikasaun

1. Sei fó-hatene ba Autoridade Sentrá, hodi halo notifikasaun ba Estadu estranjeiru ne'ebé formula tiha pedidu:

- a) Desizaun kona-ba admisibilidade ba pedidu ne'e;
- b) Desizaun ne'ebé revoga pedidu ida uluk;
- c) Sentensa ne'ebé fó-sai iha prosesu;



- d) Qualquer outra decisão que lhe ponha termo.
2. A notificação é acompanhada de certidão ou cópia autenticada das decisões referidas no número anterior.

Artigo 82.º
Competência territorial

Salvo no caso de se encontrar já definida a competência territorial, aplica-se aos actos de cooperação internacional previstos no presente capítulo o disposto no Código de Processo Penal.

CAPÍTULO II
DELEGAÇÃO NUM ESTADO ESTRANGEIRO
DO PROCEDIMENTO PENAL

Artigo 83.º
Princípio

A instauração de procedimento penal ou a continuação de procedimento instaurado em Timor-Leste por facto que constitua crime segundo o Direito de Timor-Leste, podem ser delegadas num Estado estrangeiro que as aceite, nas condições referidas nos artigos seguintes.

Artigo 84.º
Condições especiais

1. A delegação da instauração de procedimento penal ou da sua continuação num Estado estrangeiro dependem da verificação das condições gerais previstas no presente diploma e ainda das seguintes condições especiais:
- a) Que o facto integre crime segundo a legislação de Timor-Leste e segundo a legislação daquele Estado;
 - b) Que a reacção criminal privativa da liberdade seja de duração máxima não inferior a um ano;
 - c) Que o suspeito ou o arguido tenham a nacionalidade do Estado estrangeiro ou, sendo nacionais de um terceiro Estado ou apátridas, ali tenham a residência habitual;
 - d) Quando a delegação se justificar pelo interesse da boa administração da justiça ou pela melhor reinserção social em caso de

- d) Naran desizaun seluk ne'ebé hatuur limite ba pedidu.

2. Notifikasaun sei tau-hamutuk ho sertidaun ka kópia autentikada hosi desizaun sira-ne'ebé temi iha número liubá.

Artigo 82.º
Kompeténsia territorial

Aplika dispostu ne'ebé hatuur iha Kódigu Prosesu Penál ba aktu sira kooperasaun internasionál nian ne'ebé prevee iha kapitulu ida-ne'e, exeptu ba kompeténsia territorial ne'ebé haree katak define tiha ona.

KAPÍTULO II
DELEGASAUN PROSEDIMENTU PENÁL BA
ESTADU ESTRANJEIRU IDA

Artigo 83.º
Prinsípiu

Kona-ba instaurasaun prosedimentu penál ka kontinuasaun prosedimentu ne'ebé instaura iha Timor-Leste tan faktu ne'ebé hamosu krime tuir Direitu Timor-Leste nian, bele halo delegasaun ba Estadu estranjeiru ida ne'ebé simu, tuir kondisaun sira be temi iha artigu hirak tuirmai.

Artigo 84.º
Kondisaun espesiál

1. Delegasaun ba instaurasaun prosedimentu penál ka ninia kontinuasaun iha Estadu estranjeiru ida depende hosi verifikasaun ba kondisaun jerál hirak-ne'ebé prevee iha diploma ida-ne'e nomós hosi kondisaun espesiál sira tuirmai:
- a) Faktu integra krime tuir lejizlasaun Timor-Leste nian no tuir lejizlasaun Estadu ne'ebá nian;
 - b) Reasaun kriminál privativa ba liberdade nia durasaun másima la menus liu tinan ida;
 - c) Suspeitu ka arguidu iha nasionalidade Estadu estranjeiru nian ka, nu'udar nasional hosi Estadu datoluk ida ka apátrida, ne'ebé iha rezidénsia abituál iha ne'ebá;
 - d) Bainhira delegasaun hatebes hosi interese administrasaun-di'ak ba justisa ka hosi reinsersaun sosiál ne'ebé di'ak liu iha kazu



condenação.

kondenasaun nian.

2. Verificadas as condições a que se refere o número anterior, pode ainda ter lugar a delegação:
 - a) Quando o suspeito ou o arguido estiverem a cumprir sentença no Estado estrangeiro por crime mais grave do que o cometido em Timor-Leste;
 - b) Quando, em conformidade com a lei do Estado estrangeiro, não possa ser obtida a extradição do suspeito ou do arguido ou, quando solicitada, ela for negada e estes tenham residência habitual nesse Estado;
 - c) Quando o suspeito ou o arguido forem extraditados para o Estado estrangeiro por outros factos e seja previsível que a delegação do processo criminal permita assegurar melhor reinserção social.
 3. A delegação pode ainda efectuar-se, independentemente da nacionalidade do agente, quando Timor-Leste considerar que a presença do arguido em audiência de julgamento não pode ser assegurada, podendo todavia sê-lo no Estado estrangeiro.
 4. Excepcionalmente, a delegação pode efectuar-se independentemente da residência habitual, quando as circunstâncias do caso o aconselharem, designadamente para evitar que o julgamento não possa efectivar-se quer em Timor-Leste quer noutro Estado. Nomeadamente, para evitar aquelas situações em que o julgamento não se pode realizar quer em Timor-Leste quer noutro Estado.
2. Hafoin lehat tiha kondisaun sira-ne'ebé temi iha número liubá, bele halo tan delegasaun:
 - a) Bainhira suspeitu ka arguidu kumpre hela sentensa iha Estadu estranjeiru tan krime ne'ebé grave liu kompara ho ida-ne'ebé komete iha Timor-Leste;
 - b) Bainhira, tuir lei Estadu estranjeiru nian, la bele hetan estradisaun hosi suspeitu ka arguidu ka, bainhira husu, la simu estradisaun no sira-ne'e iha rezidénsia abituál iha Estadu ne'ebá;
 - c) Bainhira suspeitu ka arguidu hetan estradisaun ba Estadu estranjeiru tan faktu sira seluk no bele prevee katak delegasaun hosi prosesu kriminál fó-dalan atu asegura reinsersaun sosiál ne'ebé-di'ak.
 3. Bele hala'o tan delegasaun, hodi la haree ba ema nia nasionalidade, bainhira Timor-Leste konsidera katak arguidu nia prezensa iha audiénsia julgamentu la bele atu asegura, maibé, julgamentu ida-ne'e bele halo iha Estadu estranjeiru.
 4. Ho exesaun, delegasaun bele hala'o hodi la haree ba rezidénsia abituál, bainhira situasaun akonsella ida-ne'e, liuliu atu evita katak julgamentu la bele sai efetivu iha Timor-Leste ka iha Estadu seluk. Liuliu atu evita situasaun hirak-ne'ebé teri-netik atu la bele hala'o julgamentu iha Timor-Leste ka Estadu seluk.

Artigo 85.º
Processo de delegação

Artigo 85.º
Prosesu delegasaun

1. O tribunal competente para conhecer do facto aprecia a necessidade da delegação, a requerimento do Ministério Público, do suspeito ou do arguido, com audiência contraditória, na qual se expõem as razões para solicitar ou denegar esta forma de cooperação internacional.
 2. O Ministério Público bem como o suspeito ou o arguido podem responder ao requerimento a que se refere o n.º 1 no prazo de 10 dias, quando não sejam os requerentes.
1. Tribunál ne'ebé iha kompeténsia hodi koñese faktu apresia nesesidade delegasaun nian, liuhosi rekerimentu Ministériu Públiku, suspeitu ka arguidu nian, ho audiénsia kontraditória, ne'ebé hatada razaun sira hodi husu ka lakohi kooperasaun internasionál ho forma hanesan ne'e.
 2. Ministériu Públiku nune'e mós suspeitu ka arguidu bele hatán ba rekerimentu ne'ebé temi iha n.º 1 iha loron 10 nia laran, bainhira la'ós nu'udar rekerente sira.



3. Após a resposta ou decorrido o prazo para a mesma, o juiz decide, no prazo de oito dias, da procedência ou improcedência do pedido.
 4. Se o suspeito ou o arguido estiverem no estrangeiro, podem, por si ou pelo seu representante legal ou advogado, pedir a delegação do procedimento penal directamente ou através de uma autoridade do Estado estrangeiro ou de autoridade consular timorense, que o encaminharão para a Autoridade Central.
 5. A decisão transitada favorável ao pedido determina a suspensão do prazo de prescrição, bem como da continuação do processo penal instaurado, sem prejuízo dos actos e diligências de carácter urgente, e é transmitida através do Procurador-Geral da República para apreciação do Ministro da Justiça, remetendo-se cópia autenticada de todo o processado.
3. Hafoin hatán tiha ka prazu ba resposta ne'e ramata tiha, iha prazu loron ualu nia laran, juís decide atu halo ka la halo pedidu.
 4. Bainhira suspeitu ka arguidu iha estrangeiru, nia rasik ka liuhosi ninia representante legál ka advogadu, bele husu delegasaun prosedimentu penál directamente ka liuhosi autoridade ida hosi Estadu estrangeiru ka hosi autoridade konsulár Timor-Leste nian, atu haruka-tutan nia bá Autoridade Sentrál.
 5. Desizaun tranzitada ne'ebé bele favorese ba pedidu determina suspensaun ba prazu preskrisaun nian, hanesan mós kontinuasaun prosesu penál ne'ebé instaura tiha, laho sakar aktu no dilijénsia ho karáter urjente, no fó-sai liuhosi Prokuradór-Jerál Repúblika atu Ministru Justisa halo apresiasaun, no haruka ho kópia auténtikada prosesu hotu-hotu nian.

Artigo 86.º
Transmissão do pedido

O pedido do Ministro da Justiça ao Estado estrangeiro é apresentado pelas vias previstas no presente diploma.

Artigo 87.º
Efeitos da delegação

1. Aceite, pelo Estado estrangeiro, a delegação para a instauração ou continuação do procedimento penal, não pode instaurar-se novo processo em Timor-Leste pelo mesmo facto.
2. A suspensão da prescrição do procedimento penal mantém-se até que o Estado estrangeiro ponha termo ao processo, incluindo a execução da sentença.
3. Timor-Leste recupera, porém, o direito de proceder penalmente pelo facto se:
 - a. O Estado estrangeiro comunicar que não pode levar até ao fim o procedimento delegado;
 - b. Houver conhecimento superveniente de qualquer causa que impediria o pedido de delegação, nos termos do presente diploma.

Artigo 86.º
Transmissaun ba pedidu

Pedidu Ministru Justisa nian ba Estadu estrangeiru apreza liuhosi dalan sira-ne'ebé prevee iha diploma ida-ne'e.

Artigo 87.º
Efeito hosi delegasaun

1. Bainhira Estadu estrangeiru aseita delegasaun hodi halo instaurasaun ka kontinuasaun ba prosedimentu penál, la bele instaura prosesu foun iha Timor-Leste ba faktu hanesan.
2. Suspensaun ba preskrisaun prosedimentu penál mantein nafatin to'o Estadu estrangeiru hatuur limite ba prosesu, inklui ezekusaun ba sentensa.
3. Maibé, Timor-Leste hetan-fali direitu atu hala'o ho dalan penál ba faktu ne'ebá bainhira:
 - a) Estadu estrangeiru fó-hatene katak la bele lori prosedimentu ne'ebé delega tiha to'o rohan;
 - b) Ikusmai hatene fali kona-ba kauza sasá de'it ne'ebé impede pedidu delegasaun, tuir termu sira diploma ida-ne'e nian.



4. A sentença proferida no processo instaurado ou continuado no Estado estrangeiro que aplique pena ou medida de segurança é inscrita no registo criminal e produz efeitos como se tivesse sido proferida por um tribunal timorense.
5. O disposto no número anterior aplica-se a qualquer decisão que, no processo estrangeiro, lhe ponha termo.

CAPÍTULO III DISPOSIÇÃO COMUM

Artigo 88.º Custas

1. As custas eventualmente devidas no processo estrangeiro, anteriormente à aceitação do pedido de delegação em Timor-Leste, acrescem às devidas no processo timorense e são neste cobradas, sem reembolso àquele Estado.
2. Timor-Leste informa o Estado estrangeiro das custas devidas no processo, anteriormente à aceitação, por aquele, do pedido de delegação do procedimento, não se exigindo o seu reembolso.

TÍTULO IV EXECUÇÃO DE SENTENÇAS PENAIS

CAPÍTULO I EXECUÇÃO DE SENTENÇAS PENAIS ESTRANGEIRAS

Artigo 89.º Princípio

1. As sentenças penais estrangeiras, transitadas em julgado, podem ser executadas em Timor-Leste, nas condições previstas neste diploma.
2. O pedido de delegação é formulado pelo Estado da condenação.

Artigo 90.º Condições especiais de admissibilidade

1. O pedido de execução, em Timor-Leste, de uma sentença penal estrangeira só é admissível quando, para além das condições gerais

4. Sentença ne'ebé fó-sai iha prosesu ne'ebé instaura tiha ka hala'o-tutan iha Estadu estrangeiru ne'ebé aplika pena ka medida seguransa hakerek iha rejistu kriminál no prodús efeito hanesan tribunál Timor-Leste nian ida maka fó-sai.
5. Dispostu número liubá aplika ba desizaun sasá de'it ne'ebé, iha prosesu estrangeiru, tau limite ba nia.

KAPÍTULU III DISPOZISAUN KOMUN

Artigu 88.º Kusta

1. Kusta sira-ne'ebé tenke selu iha prosesu estrangeiru, ne'ebé molok aseitasaun pedidu delegasaun iha Timor-Leste, sei aumenta tan ba sira-ne'ebé tenke selu iha prosesu Timor-Leste nian no sei kobra iha prosesu ne'e, laho' reembolsu ba Estadu ne'ebá.
2. Timor-Leste fó-hatene ba Estadu estrangeiru kona-ba kusta hirak-ne'ebé tenke selu iha prosesu, ne'ebé molok ne'e Estadu ne'ebá aseita tiha pedidu delegasaun prosedimentu nian, hodi la husu-tuir ninia reembolsu.

TÍTULU IV EZEKUSAUN BA SENTENSA PENÁL

KAPÍTULU I EZEKUSAUN BA SENTENSA PENÁL ESTRANJEIRA

Artigu 89.º Prinsípiu

1. Sentensa penál estrangeira, ne'ebé iha tranzitada-julgadu, bele ezekuta iha Timor-Leste, tuir kondisaun hirak-ne'ebé prevee iha diploma ida-ne'e.
2. Estadu kondensaun maka formula pedidu delegasaun.

Artigu 90.º Kondisaun espesiál sira ba admisibilidade

1. Kona-ba pedidu ezekusaun ba sentensa penál estrangeira ida iha Timor-Leste sei simu bainhira lehat buat hirak tuirmai, aleinde kondisaun jerál



estabelecidas neste diploma, se verificarem as seguintes:

- a) A sentença condenar por factos criminosos em que são competentes os tribunais do Estado estrangeiro;
 - b) Se a condenação resultar de julgamento na ausência do condenado, desde que o mesmo tenha tido a possibilidade legal de requerer novo julgamento ou de interpor recurso da sentença;
 - c) Não contenha disposições contrárias aos princípios fundamentais do ordenamento jurídico timorense;
 - d) O facto não seja objecto de procedimento penal em Timor-Leste;
 - e) O facto seja também previsto como crime pela legislação penal timorense;
 - f) O condenado seja timorense, estrangeiro ou apátrida que resida habitualmente em Timor-Leste;
 - g) A execução da sentença em Timor-Leste se justifique pelo interesse da melhor reinserção social do condenado ou da reparação do dano causado pelo crime;
 - h) O Estado estrangeiro dê garantias de que, cumprida a sentença em Timor-Leste, considerará extinta a responsabilidade penal do condenado;
 - i) A duração das penas ou medidas de segurança impostas na sentença não seja inferior a um ano;
 - j) O condenado der o seu consentimento, tratando-se de reacção criminal privativa de liberdade.
2. Sem prejuízo do número anterior, pode ainda executar-se uma sentença estrangeira se o condenado cumprir, em Timor-Leste, condenação por facto distinto do estabelecido na sentença cuja execução é pedida.
 3. A execução de sentença estrangeira que impõe

hirak-ne'ebé hatuur iha diploma ida-ne'e:

- a) Sentensa kondena tanba faktu kriminozu hirak-ne'ebé tama ba tribunál sira iha Estadu estranjeiru nia kompeténsia;
 - b) Bainhira kondensaun hamosu hosi julgamentu ne'ebé ema-kondenadu iha auzénsia nia laran, naran katak ema-kondenadu ne'e hetan tiha possibilidade legál hodi husu julgamentu foun ka hatada rekursu ba sentensa;
 - c) La mai ho dispozisaun hirak-ne'ebé la'ohasouru prinsípiu fundamentál hosi ordenamentu jurídku Timor-Leste nian;
 - d) Faktu la sai nu'udar objetu ba prosedimentu penál iha Timor-Leste;
 - e) Faktu ne'ebá mós prevee hosi lejislasaun penál Timor-Leste nian nu'udar krime;
 - f) Ema-kondenadu nu'udar timoroan, estranjeiru ka apátrida ne'ebé baibain hela iha Timor-Leste;
 - g) Hala'o ezekusaun sentensa iha Timor-Leste tanba atu halo reinsersaun sosiál di'ak liu ba ema-kondenadu ka atu hadi'ak estragu ne'ebé hamosu tan krime;
 - h) Estadu estranjeiru fó garantia katak, hafoin kumpre tiha sentensa iha Timor-Leste, sei konsidera halakon ema-kondenadu nia responsabilidade penál;
 - i) Durasauun pena no medida seguransa hirak-ne'ebé hatuur iha sentensa la ki'ik liu tinan ida;
 - j) Ema-kondenadu fó ninia konsentimentu, ne'ebé ko'alia kona-ba reasaun kriminál privativa ba liberdade.
2. La prejudika número liubá nian, bele ezekuta tan sentensa estranjeira ida bainhira ema-kondenadu kumpre karik, iha Timor-Leste, kondensaun ba faktu lahanesan ne'ebé hatuur iha sentensa, no ninia ezekusaun liuhosi pedidu.
 3. Sei simu mós atu halo ezekusaun sentensa estranjeira ne'ebé hatuur reasaun kriminál



reacção criminal privativa de liberdade é também admissível, ainda que não se verifiquem as condições das alíneas g) e j) do n.º 1, quando, em caso de evasão para Timor-Leste ou noutra situação em que a pessoa aí se encontre, tiver sido negada a extradição do condenado pelos factos constantes da sentença.

4. O disposto no número anterior é também aplicável, mediante acordo entre Timor-Leste e o Estado interessado, ouvida previamente a pessoa em causa, aos casos em que houver lugar à aplicação de uma medida de expulsão posterior ao cumprimento da pena.
5. A condição referida na alínea i) do n.º 1 pode ser dispensada em casos especiais, designadamente se o estado de saúde do condenado ou razões de ordem familiar ou profissional assim aconselharem.

Artigo 91.º

Execução de decisões proferidas por autoridades administrativas

1. É também possível a execução de decisões finais proferidas em processos por infracções penais, bem como de infracções que constituam ilícito de mera ordenação social, cujos processos admitam recurso judicial, desde que o interessado tenha tido a possibilidade de recorrer a uma instância judicial.
2. A transmissão do pedido de execução efectua-se conforme o disposto nos tratados de que Timor-Leste seja parte ou, na sua falta, através da Autoridade Central, nos termos previstos neste diploma.

Artigo 92.º

Limites da execução

1. A execução da sentença estrangeira limita-se:
 - a) À pena ou medida de segurança que implique privação da liberdade, ou pena pecuniária se, neste caso, forem encontrados em Timor-Leste bens do condenado suficientes para garantir, no todo ou em parte, essa execução;
 - b) À perda de produtos, objectos e instrumentos do crime;

privativa ba liberdade bainhira, kona-ba halai mai Timor-Leste ka iha situasaun seluk ne'ebé ema ne'e iha, nega tiha ema-kondenadu nia estradisaun ba faktu hirak-ne'ebé hatuur iha sentensa, maske la lehat kondisaun sira iha alínea g) no j) n.º 1 nian.

4. Dispostu número liubá nian aplika mós ba kazu sira-ne'ebé sei iha fatin atu aplika medida espulsaun ida be sei mai-tuir hafoin kumprimentu pena, ne'ebé sei rona uluklai ema ne'ebé iha lia nia laran, liuhosi akordu entre Timor-Leste no Estadu ne'ebé iha interese.
5. Kondisaun ne'ebé temi iha alínea i) n.º 1 nian bele husik-livre ba kazu espesiál sira, liuliu ema-kondenadu nia kondisaun saúde ka razaun orden familiar ka prifisionál nian akonsella karik.

Artigo 91.º

Ezekusaun ba desizaun sira-ne'ebé autoridade administrativa sira fó-sai tiha

1. Bele hala'o mós ezekusaun ba desizaun finál hirak-ne'ebé fó-sai iha prosesu tan infrasaun penál sira, hanesan mós ba infrasaun hirak-ne'ebé hamosu hahalok ilísitu mera ordenasaun sosiál nian, ne'ebé, iha prosesu sira, permite halo rekursu judisiál, naran katak ema-interesadu iha possibilidade atu hatada rekursu iha instánsia judisiál ida.
2. Transmisau ba pedidu ezekusaun hala'o tuir dispostu ne'ebé hatuur iha tratadu sira be Timor-Leste hola parte ka, bainhira nia la iha, liuhosi Autoridade Sentrá, haktuir termu sira-ne'ebé prevee iha diploma ida-ne'e.

Artigo 92.º

Limite ba ezekusaun

1. Ezekusaun sentensa estrangeira tau limite ba:
 - a) Pena ka medida seguransa ne'ebé impede privasaun ba liberdade, ka pena pekuniária bainhira, ba kazu ida-ne'e, haree-hetan iha Timor-Leste katak ema-kondenadu iha soin natoon atu garante ezekusaun ne'ebá, hotu kedas ka balu de'it;
 - b) Produ, objetu no instrumentu krime nian sira-ne'ebé lakon;
 - c) Indemnizasaun sivíl, ne'ebé prevee iha ne'e



- c) À indemnização civil, constante da mesma, se o interessado a requerer.
2. A execução das custas do processo limita-se às que forem devidas ao Estado requerente.
 3. A execução da pena pecuniária importa a sua conversão em dólares americanos, segundo o câmbio oficial do dia em que for proferida a decisão de revisão e confirmação.
 4. As sanções acessórias e as medidas de segurança de interdição de profissões, actividades e direitos só se executam se puderem ter eficácia prática em Timor-Leste.

Artigo 93.º

Documentos e tramitação do pedido

1. O pedido é submetido, pela Autoridade Central, à apreciação do Ministro da Justiça.
2. O pedido é acompanhado de certidão ou cópia autenticada da sentença a executar e, se for caso disso, de declaração de consentimento do condenado, bem como de informação relativa à duração da prisão preventiva ou ao tempo de cumprimento da sanção criminal até à apresentação do pedido.
3. Quando a sentença respeitar a várias pessoas ou impuser diferentes reacções criminais, o pedido é acompanhado de certidão ou cópia autenticada da parte da sentença a que concretamente se refere a execução.
4. Se o Ministro da Justiça considerar o pedido admissível, o expediente é remetido, por intermédio do Procurador-Geral da República, ao Ministério Público junto do Supremo Tribunal de Justiça, para promover o procedimento de revisão e confirmação da sentença.
5. O Ministério Público requer a audição do condenado ou do seu defensor para que se pronunciem sobre o pedido, salvo se o consentimento já tiver sido prestado nos termos do n.º 1, ou se tiver sido ele a requerer a delegação da execução ao Estado da condenação.

ona, bainhira ema-interesadu husu.

2. Ezekusaun ba kusta iha prosesu tau limite ba kusta hirak-ne'ebé tenke selu ba Estadu rekerente.
3. Ezekusaun ba pena pekuniária importante atu konverte ba dólar amerikanu, tuir kámbiu ofisiál hosi loron ne'ebé fó-sai desizaun ba revizaun no konfirmasaun.
4. Sansaun asesória no medida seguransa hosi interdusaun ba profisaun, atividade no direitu sira sei ezekuta de'it bainhira haree katak iha efikásia prátika iha Timor-Leste.

Artigo 93.º

Dokumentu no tramitasaun ba pedidu

1. Autoridade Sentrál maka submete pedidu atu Ministru Justisa halo apresiasaun.
2. Pedidu sei tau-hamutuk ho sertidaun ka kópia auténtikada hosi sentensa ne'ebé atu ezekuta no, bainhira presiza ba ida-ne'e, deklarasaun konsentimentu ema-kondenadu nian, hanesan mós ba informasaun ne'ebé iha relasaun ho durasaun prizaun preventiva ka tempu hodi kumpre sansaun kriminal to'o apresenta pedidu.
3. Bainhira sentensa dehan-kona ema oiain ka hatuur reasaun kriminal oiain, pedidu sei tau-hamutuk ho sertidaun ka kópia autenticada hosi parte sentensa ne'ebé temi ho konkretu ba ezekusaun.
4. Bainhira Ministru Justisa konsidera katak pedidu ne'ebá bele simu, sei haruka espediente, liuhosi Prokuradór-Jerál Repúblika, ba Ministériu Públiku hamutuk ho Supremo Tribunál Justisa, hodi promove prosedimentu ba revizaun no konfirmasaun ba sentensa.
5. Ministériu Públiku husu audisaun hosi ema-kondenadu ka ninia defensor atu nune'e fó-sai kona-ba pedidu, exetu konsentimentu ne'ebé fó-sai tiha ona karik tuir termu n.º 1, ka nia maka husu karik delegasaun ezekusaun nian ba Estadu kondensaun.



Artigo 94.º

Revisão e confirmação da sentença estrangeira

1. A força executiva da sentença estrangeira depende de prévia revisão e confirmação, segundo o disposto no Código de Processo Penal e o previsto nas alíneas a) e c) do n.º 2 do artigo 5.º do presente diploma.
2. Quando se pronunciar pela revisão e confirmação, o tribunal:
 - a) Está vinculado à matéria de facto considerada provada na sentença estrangeira;
 - b) Não pode converter uma pena privativa de liberdade em pena pecuniária;
 - c) Não pode agravar, em caso algum, a reacção estabelecida na sentença estrangeira.
3. Em caso de omissão, obscuridade ou insuficiência da matéria de facto, o tribunal pede as informações necessárias, sendo a confirmação negada quando não for possível obtê-las.
4. O procedimento de cooperação regulado no presente capítulo tem carácter urgente e corre mesmo em férias.
5. Se respeitar a pessoa que se encontre detida, o pedido é decidido no prazo de seis meses, contados da data em que tiver dado entrada no tribunal.

Artigo 95.º

Direito aplicável e efeitos da execução

1. A execução de uma sentença estrangeira faz-se em conformidade com a legislação de Timor-Leste.
2. As sentenças estrangeiras executadas em Timor-Leste produzem os mesmos efeitos que a lei timorense às sentenças proferidas pelos tribunais nacionais.
3. O Estado estrangeiro que solicita a execução é o único competente para decidir do recurso de revisão da sentença exequenda.

Artigo 94.º

Revizaun no konfirmasaun ba sentensa estranjeira

1. Kbiit ezekutiva ba sentensa estranjeira depende ba revizaun no konfirmasaun ne'ebé halo uluk, tuir dispostu Kódigu Prosesu Penál no buat ne'ebé prevee iha alínea a) no c) hosi n.º 2 artigo 5.º diploma ida-ne'e nian.
2. Bainhira fó-sai liuhosi revizaun no konfirmasaun karik, tribunál:
 - a) Vinkula hela ba matériadefaktu ne'ebé konsidera iha prova iha sentensa estranjeira;
 - b) La bele muda fali pena privativa liberdade ida ba pena pekuniária;
 - c) La bele hatodan tan, iha kazu balun, reasaun ne'ebé hatuur tiha iha sentensa estranjeira.
3. Kona-ba omisaun, obskuridade ka insufisiénsia hosi matéria-defaktu, tribunál husu informasaun hirak-ne'ebé prezisa, no sei la simu konfirmasaun bainhira labelek atu hetan informasaun hirak-ne'ebá.
4. Prosedimentu kooperasaun ne'ebé regula iha kapitulu ida-ne'e iha karáter urjente no hala'o duni iha férias nia laran.
5. Bainhira dehan-kona ema ne'ebé detidu hela, sei deside pedidu iha fulan-neen nian laran, sura hosi data ne'ebé tama iha tribunál.

Artigo 95.º

Direitu aplikável no efeito ezekusaun

1. Ezekusaun ba sentensa estranjeira ida hala'o tuir lejizlasaun Timor-Leste nian.
2. Sentensa estranjeira sira-ne'ebé ezekuta iha Timor-Leste prodús efeito hanesan ho lei Timor-Leste nian ba sentensa sira-ne'ebé tribunál nasional sira fó-sai.
3. Estadu estranjeiru ne'ebé husu ezekusaun maka iha kompeténsia mesak de'it hodi deside rekursu ba revizaun sentensa ezekenda nian.
4. Estadu estranjeiru nune'e mós ba Estadu Timor-



4. A amnistia, o perdão genérico e o indulto podem ser concedidos tanto pelo Estado estrangeiro como por Timor-Leste.
 5. O Supremo Tribunal de Justiça põe termo à execução quando:
 - a) Tiver conhecimento de que o condenado foi beneficiado com amnistia, perdão ou indulto que tenham extinguido a pena e as sanções acessórias;
 - b) A execução respeitar a pena pecuniária e o condenado a tiver pago no Estado requerente.
 6. O indulto e o perdão genérico parciais ou a substituição da pena por outra são levados em conta na execução.
 6. O Estado estrangeiro deve informar o tribunal da execução de qualquer decisão que implique a cessação desta, nos termos do n.º 5.
 7. O início da execução em Timor-Leste implica renúncia do Estado estrangeiro à execução da sentença, salvo se o condenado se evadir, caso em que recupera o seu direito de execução ou, tratando-se de pena pecuniária, a partir do momento em que for informado da não execução, total ou parcial, dessa pena.
5. Supremo Tribunál Justisa tau limite ba ezekusaun bainhira:
 - a) Hatene katak ema-kondenadu hetan tiha benefísiu ho amnistia, perdaun ka indultu ne'ebé halakon pena no sansaun asesória sira;
 - b) Ezekusaun ne'e kona-ba pena pekuniária no ema-kondenadu selu tiha ba Estadu rekerente.
 6. Indultu no perdaun jénरिकु partiál ka troka pena ho ida seluk sei konsidera iha ezekusaun.
 7. Estadu estranjeiru tenke fó-hatene tribunál kona-ba ezekusaun desizaun sasá de'it ne'ebé hapara ezekusaun ne'ebá, tuir termu sira n.º 5 nian.
 8. Bainhira ezekusaun hahú-hala'o iha Timor-Leste halo Estadu estranjeiru para ezekusaun ba sentensa, exetu ema-kondenadu halai karik, ba kazu ne'ebé dada-hikas ninia direitu ba ezekusaun ka, ko'alia kona-ba pena pekuniária, hahú hosi loron ne'ebé fó-hatene atu la halo ezekusaun, hotu kedas ka balu de'it, ba pena ne'ebá.

Artigo 96.º

Estabelecimento prisional para execução da sentença

1. Transitada em julgado a decisão que confirma a sentença estrangeira e que implique cumprimento de reacção criminal privativa da liberdade, o Ministério Público providencia pela execução de mandado de condução ao estabelecimento prisional mais próximo do local da residência ou da última residência em Timor-Leste do condenado.
2. Não sendo possível determinar o local da residência ou da última residência da pessoa condenada, esta dará entrada em estabelecimento prisional situado na área do distrito judicial de Díli.

Artigo 97.º

Artigo 96.º

Estabelesimentu prizionál hodi ezekuta sentensa

1. Bainhira desizaun ne'ebé hatebes sentensa estrangeira no impede kumprimentu reasaun kriminál priavativa ba liberdade tama ba tranzita-julgadu, Ministériu Públiku garante ezekusaun mandadu hodi lori-to'o ba estabelesimentu prizionál ne'ebé besik liu ho rezidénsia ka ema-kondenadu nia rezidénsia dahikus iha Timor-Leste.
2. Bainhira la belek atu determina fatin rezidénsia nian ka ema-kondenadu nia rezidénsia dahikus, ida-ne'e sei tama ba estabelesimentu prizionál ne'ebé iha área distritu judisál Díli nian.

Artigo 97.º

Tribunál ne'ebé iha kompeténsia ba ezekusaun



Tribunal competente para a execução

Para a execução da sentença revista e confirmada é competente o Supremo Tribunal de Justiça.

Supremu Tribunál Justisa maka iha kompeténsia ba ezekusaun sentensa ne'ebé revista no konfirma tiha.

CAPÍTULO II

EXECUÇÃO NO ESTRANGEIRO DE SENTENÇAS PENAIS DE TIMOR-LESTE

Artigo 98.º Condições da delegação

1. Pode ser delegada num Estado estrangeiro a execução de uma sentença penal de Timor-Leste quando, para além das condições gerais previstas neste diploma:
 - a) O condenado for nacional desse Estado, ou de um terceiro Estado ou apátrida e tenha residência habitual naquele Estado;
 - b) O condenado for timorense, desde que resida habitualmente no Estado estrangeiro;
 - c) Não for possível ou não se julgar aconselhável obter a extradição para cumprimento da sentença timorense;
 - d) Existirem razões para crer que a delegação permitirá melhor reinserção social do condenado;
 - e) O condenado, tratando-se de reacção criminal privativa da liberdade, informado das consequências da execução no estrangeiro, der o seu consentimento;
 - f) A duração da pena ou medida de segurança impostas na sentença não for inferior a um ano, podendo, no entanto, mediante acordo com o Estado estrangeiro, dispensar-se esta condição em casos especiais, designadamente em função do estado de saúde do condenado ou de outras razões de ordem familiar ou profissional.

KAPÍTULU II

EZEKUSAUN SENTENSA PENÁL TIMOR-LESTE NIAN IHA ESTRANJEIRU

Artigu 98.º Kondisaun ba delegasaun

1. Bele delega ba Estadu estranjeiru ida ezekusaun sentensa penál Timor-Leste nian bainhira, aleinde kondisaun jerál hirak-ne'ebé prevee iha diploma ida-ne'e:
 - a) Ema-kondenadu mai hosi Estadu ne'ebá ka hosi Estadu datoluk ka apátrida no nia rezidénsia abituál iha Estadu ne'ebá;
 - b) Ema-kondenadu nu'udar timoroan, naran baibain nia hela iha Estadu estranjeiru;
 - c) La belek ka la akonsella atu hetan estradisaun hodi kumpre sentensa Timor nian;
 - d) Iha razaun hodi tau-fiar katak delegasaun sei halo reinsersaun sosiál di'ak ba ema-kondenadu;
 - e) Ko'alia kona-ba reasaun kriminál privativa ba liberdade, no bainhira fó-hatene kona-ba konsekuénsia hosi ezekusaun iha estranjeiru, ema-kondenadu simu ida-ne'e;
 - f) Durasaun ba pena ka medida seguransa ne'ebé hatuur iha sentensa la ki'ik liu tinan ida, maibé, liuhosi akordu ho Estadu estranjeiru, bele dispensa lai kondisaun ne'e iha kazu esepesiál sira, liuliu kona-ba ema-kondenadu nia kondisaun saúde ka razaun orden familiár ka profesionál sira seluk.



2. Verificadas as condições do número anterior, a delegação é ainda admissível se o condenado estiver a cumprir reacção criminal privativa da liberdade no Estado estrangeiro por facto distinto dos que motivaram a condenação em Timor-Leste.
3. A execução no estrangeiro de sentença timorense que impõe reacção criminal privativa de liberdade é também admissível, ainda que não se verifiquem as condições das alíneas d) e e) do n.º 1, quando o condenado se encontrar no território do Estado estrangeiro e a extradição não for possível ou for negada, pelos factos constantes da sentença.
4. O disposto no número anterior pode também aplicar-se sempre que as circunstâncias do caso o aconselhem, mediante acordo com o Estado estrangeiro, quando houver lugar à aplicação de pena acessória de expulsão.
5. A delegação está subordinada à condição de não agravação, no Estado estrangeiro, da reacção imposta na sentença timorense.

Artigo 99.º
Delegação da execução pecuniária

Não existindo em Timor-Leste bens suficientes para garantirem a execução de pena pecuniária na sua totalidade, é admitida a delegação relativamente à parte que faltar.

Artigo 100.º
Efeitos da delegação

1. A aceitação, pelo Estado estrangeiro, da delegação da execução implica renúncia de Timor-Leste à execução da sentença.
2. Aceite a delegação da execução, o tribunal suspende-a desde a data do seu início naquele Estado até ao integral cumprimento ou até que ele comunique não poder assegurar o cumprimento.
3. No acto da entrega da pessoa condenada, o Estado estrangeiro é informado do tempo de privação de liberdade já cumprido em Timor-Leste, bem como do tempo ainda por cumprir.

2. Lehat tiha kondisaun sira iha número liubá, bele simu nafatin delegasaun bainhira ema-kondenadu kumpre reasaun kriminal privativa ba liberdade iha Estadu estrangeiru ba faktu lahanesan hosi hirak-ne'ebé hamosu kondensaun iha Timor-Leste.
3. Bele simu mós ezekusaun ne'ebé hala'o iha estrangeiru ba sentensa Timor-Leste nian be hatuur reasaun kriminal privativa ba liberdade, maske la lehat kondisaun hirak iha alínea d) no e) n.º 1 nian, bainhira ema-kondenadu hela iha território Estadu estrangeiru nian no la bele halo ka la simu estradisaun, hosi faktu sira-ne'ebé hatuur iha sentensa.
4. Dispostu número liubá nian bele mós aplika naran sirkusntánsia kazu nian hatebes, liuhosi akordu ho Estadu estrangeiru, bainhira iha fatin atu aplika pena asesória espulsaun nian.
5. Delegasaun subordina ba kondisaun ne'ebé la halo agravaun ba reasaun be hatuur iha sentensa Timor nian, iha Estadu estrangeiru.

Artigo 99.º
Delegasaun ba ezekusaun pekuniária

Bainhira la iha soin natoon iha Timor-Leste atu garante hotu kedas ezekusaun pena pekuniária nian, sei simu delegasaun kona-ba parte ne'ebé sei falta hela.

Artigo 100.º
Efeito delegasaun nian

1. Kona-ba aseitasaun, hosi Estadu estrangeiru, ba delegasaun ezekusaun nian halo Timor-Leste para atu halo ezekusaun sentensa.
2. Aseita tiha delegasaun ba ezekusaun, tribunál suspende delegasaun ne'e hahú hosi data ne'ebé nia hahú hala'o knaar iha Estadu ne'ebá to'o kumprimentu tomak ka to'o tempu ne'ebé nia fó-hatene katak la bele ona asegura kumprimentu.
3. Kona-ba hala'ok entrega ema-kondenada, fó-hatene ba Estadu estrangeiru kona-ba tempu privasaun ba liberdade ne'ebé kumpre tiha ona iha Timor-Leste, hanesan mós ba tempu ne'ebé sei kumpre tan.
4. Dispostu n.º 1 la impede Timor-Leste atu dada-



4. O disposto no n.º 1 não obsta a que Timor-Leste recupere o seu direito de execução da sentença, nos casos em que o condenado se evadir ou, tratando-se de pena pecuniária, a partir do momento em que for informado da não execução, total ou parcial, dessa pena.

Artigo 101.º
Processo da delegação

1. O pedido de delegação da execução de sentença num Estado estrangeiro é formulado ao Ministro da Justiça pelo Procurador-Geral da República:
 - a) A pedido daquele Estado;
 - b) Por iniciativa do Ministério Público; ou
 - c) A requerimento do condenado, do assistente ou da parte civil, neste último caso circunscrito à execução da indemnização civil constante da sentença.
2. O Ministro da Justiça decide no prazo de 15 dias.
3. Se o Ministro da Justiça o considerar admissível, o pedido é transmitido de imediato, pela Autoridade Central ao Ministério Público junto do Supremo Tribunal de Justiça, para que promova o respectivo procedimento.
4. Quando for necessário o consentimento do condenado, deve o mesmo ser prestado perante aquele tribunal, salvo se ele se encontrar no estrangeiro, caso em que pode ser prestado perante uma autoridade consular timorense ou perante uma autoridade judiciária estrangeira.
5. Se o condenado se encontrar em Timor-Leste, o Ministério Público requer a sua notificação para, em 10 dias, dizer o que entender, quando não for ele a deduzir o pedido.
6. A falta de resposta do condenado equivale a concordância com o pedido, disso devendo ser advertido no acto da notificação.
7. Para os efeitos dos n.ºs 4 e 6, é expedida carta rogatória à autoridade estrangeira ou enviado ofício à autoridade consular timorense, fixando-se, em ambos os casos, prazo para o seu cumprimento.

hikas ninia direitu ezekusaun sentensa, ne'e kona-ba kazu hirak-ne'ebé ema-kondenadu halai ka, ko'alia kona-ba pena pekuniária, hahú hosi momentu ne'ebé fó-hatene atu la halo ezekusaun, hotu kedas ka balu de'it, ba pena ne'ebá.

Artigo 101.º
Prosesu delegasaun

1. Pedidu kona-ba delegasaun ezekusaun sentensa ba Estadu estranjeiru ida Prokuradór-Jerál Repúblika maka formula ba Ministru Justisa:
 - a) Tuir pedidu Estadu ne'ebá nian;
 - b) Tuir Ministériu Públiku nia inisiativa; ka
 - c) Liuhosi rekerimentu ema-kondenadu nian, hosi asistente ka parte sivíl nian, iha kazu dahikus ne'ebé limitadu atu halo ezekusaun indemnizasaun sivíl nian ne'ebé hatuur iha sentensa.
2. Ministru Justisa sei decide iha laron-15 nia laran.
3. Bainhira Ministru Justisa konsidera bele simu, Autoridade Sentrál haruka kedas pedidu ne'e ba Ministériu Públiku nian hamutuk ho Supremu Tribunál Justisa atu bele promove prosedimentu rasik.
4. Bainhira presiza ema-kondenadu nia konsentimentu, ema-kondenadu ne'e tenke fó-sai ba tribunál ne'ebá kazu ne'ebé bele fó-sai ba autoridade konsulár timoroan ida ka ba autoridade judisiária estranjeira ida, exetu bainhira nia iha estranjeiru karik.
5. Bainhira ema-kondenadu hela iha Timor-Leste, Ministériu Públiku husu ninia notifikasaun atu, iha laron 10 nia laran, dehan-sai sá mak nia hatene, bainhira la'ós nia maka halo pedidu.
6. Bainhira la iha resposta hosi ema-kondenadu, ne'e dehan katak nia iha konkordánsia ho pedidu, hala'ok ida-ne'e tenke fó-hatene iha aktu notifikasaun nian.
7. Atu n.º 4 no 6 iha rezultadu, sei haruka karta rogatória ba autoridade estranjeira ka haruka ofísiu ba autoridade konsulár Timor nian, iha kazu ne'ebé hanesan, sei hatuur prazo ba ninia kumprimentu.



8. O Supremo Tribunal de Justiça procede às diligências que reputar necessárias para a decisão, incluindo, para o efeito, a apresentação do processo da condenação, se este não lhe tiver sido já remetido.

Artigo 102.º
Prazos

1. O procedimento de cooperação regulado no presente capítulo é urgente e corre mesmo em férias.
2. Se o pedido respeitar a execução de sentença que impõe reacção privativa de liberdade, é o mesmo decidido no prazo de seis meses, contados da data em que tiver dado entrada no tribunal.

Artigo 103.º
Apresentação do pedido

1. A decisão favorável à delegação determina a apresentação de pedido do Ministro da Justiça ao Estado estrangeiro, através da Autoridade Central, acompanhado dos seguintes documentos:
 - a) Certidão ou cópia autenticada da sentença timorense, com menção do trânsito em julgado;
 - b) Declaração relativa à duração da privação de liberdade já decorrida, até ao momento do pedido;
 - c) Declaração do consentimento do condenado, quando exigida.
2. Se a autoridade estrangeira competente para a execução comunicar que o pedido é aceite, a Autoridade Central solicita ser informada daquela execução até total cumprimento.

CAPÍTULO III
DESTINO DE MULTAS E COISAS
APREENDIDAS E MEDIDAS CAUTELARES

Artigo 104.º
Destino das multas e das coisas apreendidas

8. Supremu Tribunál Justisa hala'ó dilijénsia ne'ebé konsidera presiza ba desizaun, inklui mós, ba ida-ne'e, apresentasaun prosesu kondensasaun, bainhira ida-ne'e seidauk haruka karik.

Artigu 102.º
Prazu

1. Prosedimentu kooperasaun ne'ebé regula iha diploma ida-ne'e nu'udar urjente no hala'ó duni iha férias nia laran.
2. Bainhira pedidu ko'alia kona-ba ezekusaun sentensa ne'ebé hatuur reasaun privativa ba liberdade, pedidu ne'e duni sei deside iha fulan neen nia laran, sura hosi data ne'ebé tama iha tribunál.

Artigu 103.º
Aprezentasaun pedidu

1. Desizaun ne'ebé favoravel ba delegasaun determina apresentasaun pedidu Ministru Justisa nian ba Estadu estranjeiru, liuhosi Autoridade Sentrá, ne'ebé tau-hamutuk ho dokumentu sira tuirmai:
 - a) Sertidaun ka kópia autentikada hosi sentensa Timor nian, ho referénsia hosi tránzitu-julgadu;
 - b) Deklarasaun kona-ba durasaun ba privasaun liberdade ne'ebé hala'ó tiha ona, to'o tempu halo pedidu;
 - c) Deklarasaun konsentimentu ema-kondenadu nian, bainhira husu-tuir.
2. Bainhira autoridade estranjeira ne'ebé iha kompeténsia ba ezekusaun fó-hatene katak simu ona pedidu, Autoridade Sentrá husu atu fó-hatene kona-ba ezekusaun ne'ebá to'o kumpre hotu kedas.

KAPÍTULU III
DESTINU HOSI MULTA NO SASÁN HIRAK-
NE'EBÉ TAHAN TIHA NO MEDIDA KAUTELÁR
SIRA

Artigu 104.º
Destinu hosi multa no sasán hirak-ne'ebé tahan tiha



1. A importância das penas pecuniárias resultante da execução da sentença estrangeira reverte para o Estado Timorense.
 2. Se o Estado da condenação o solicitar, pode aquela importância ser-lhe entregue se, nas mesmas circunstâncias, igual procedimento fosse adoptado em relação a Timor-Leste.
 3. O disposto nos números anteriores aplica-se reciprocamente ao caso de delegação, no Estado estrangeiro, da execução de sentença timorense.
 4. As coisas apreendidas em resultado de decisão que decreta a sua perda revertem para o Estado da execução, mas podem ser entregues ao Estado da condenação, a seu pedido, se para este revestirem particular interesse e estiver garantida a reciprocidade.
1. Importánsia hosi pena pekuniária sira-ne'ebé hamosu hosi ezekusaun sentensa estranjeira sei fó fila ba Estadu Timor.
 2. Estadu kondenasauun maka husu karik, importánsia ne'ebá bele entrega ba nia bainhira, iha sirkunstánsia ne'ebá rasik, prosedimentu hanesan adota tiha kona-ba Timor-Leste.
 3. Dispostu número sira liubá nian aplika ho resíproku ba kazu delegasaun hosi ezekusaun sentensa Timor nian, iha Estadu estranjeiru.
 4. Sasán hirak-ne'ebé tahan tiha nu'udar rezultadu hosi desizaun ne'ebé dekreta ninia lalakon fó-fila ba Estadu ezekusaun, maibé bele entrega ba Estadu kondenasauun, tuir ninia pedidu, bainhira ba Estadu ne'e sasán hirak ne'ebá sai interesse rasik no garante resiprosidade.

Artigo 105.º
Medidas de coacção

1. A requerimento do Ministério Público, o Supremo Tribunal de Justiça, no processo de revisão e confirmação de sentença estrangeira para fins de execução de reacção criminal privativa da liberdade, pode sujeitar o condenado que se encontre em Timor-Leste a medida de coacção que considere adequada.
2. Se tiver sido aplicada prisão preventiva e a mesma não tiver sido confirmada, é revogada.
3. A prisão preventiva pode ser substituída por outra medida de coacção, nos termos da lei processual penal.

Artigo 106.º
Medidas cautelares

A requerimento do Ministério Público, o juiz pode ordenar as medidas cautelares necessárias à conservação e manutenção de coisas apreendidas, de forma a assegurar a execução da sentença relativa à perda.

Artigo 107.º
Medidas cautelares no estrangeiro

1. Com o pedido de delegação de execução de sentença timorense num Estado estrangeiro pode ser solicitada a aplicação de medidas de coacção relativamente a condenado que se encontre nesse

Artigo 105.º
Medida koasaun

1. Liuhosi Ministériu Públiku nia rekerimentu, Supremu Tribunál Justisa, iha prosesu revizaun no konfirmasaun ba sentensa estranjeira hodi halo ezekusan reasaun kriminal privativa ba liberdade nian, bele submete ema-kondenadu ne'ebé hela iha Timor-Leste ba medida koasaun be konsidera adekuada.
2. Bainhira aplika tiha karik prizaun preventiva no aplikasaun ne'e la halo konfirmasaun, sei revoga.
3. Prizaun preventiva bele troka ho medida koasaun seluk, tuir termu sira lei prosesuál penál nian.

Artigo 106.º
Medida kautelár

Liuhosi Ministériu Públiku nia rekerimentu, juís bele ordena medida kautelár hirak-ne'ebé presiza hodi halo konservasaun no manutensaun ba sasán sira-ne'ebé tahan tiha, nu'udar dalan atu aseguza ezekusaun ba sentensa be iha relasaun ho lalakon hirak-ne'ebá.

Artigo 107.º
Medida kautelár iha estranjeiru

1. Liuhosi pedidu delegasaun ezekusaun ba sentensa Timor nian iha Estadu estranjeiru bele husu aplikasaun medida koasaun kona-ba ema-kondenadu ne'ebé hela iha Estadu ne'ebá.



Estado.

2. O disposto no número anterior aplica-se a medidas cautelares destinadas a assegurar a execução da decisão de perda de coisas.

CAPÍTULO IV TRANSFERÊNCIA DE PESSOAS CONDENADAS

SECÇÃO I DISPOSIÇÕES COMUNS

Artigo 108.º Âmbito

O presente capítulo regula a execução de sentenças penais que implique a transferência de pessoa condenada a pena ou medida privativas de liberdade, quando a transferência se efectue a pedido dessa pessoa ou mediante o seu consentimento.

Artigo 109.º Princípios

1. Observadas as condições gerais e as dos artigos seguintes, uma pessoa condenada em pena ou sujeita a medida de segurança privativas da liberdade por um tribunal estrangeiro pode ser transferida para Timor-Leste para cumprimento das mesmas.
2. Do mesmo modo e para os mesmos fins, pode ser transferida para o estrangeiro uma pessoa condenada ou sujeita a medida de segurança privativa da liberdade por um tribunal timorense.
3. A transferência pode ser pedida pelo Estado estrangeiro ou por Timor-Leste, em qualquer dos casos a requerimento ou com consentimento expresso da pessoa interessada.
4. A transferência depende ainda de acordo entre o Estado em que foi proferida a decisão que aplicou a pena ou a medida de segurança e o Estado a quem é solicitada a execução.

Artigo 110.º Informação às pessoas condenadas

2. Dispostu ne'ebé iha número liubá aplika ba medida kautelár hirak-ne'ebé fó hodi asegura ezekusaun desizaun ba sasán hirak-ne'ebé lakon.

KAPÍTULU IV HALO TRANSFERÉNSIA BA EMA- KONDENADU

SEKSAUN I DISPOZISAUN KOMÚN

Artigo 108.º

Âmbito

Kapítulu ida-ne'e regula ezekusaun sentensa penál sira-ne'ebé implika transferénsia ba ema ne'ebé kondena tiha ho pena ka medida medida privativa ba liberdade, bainhira transferénsia ne'e hala'o tuir ema-kondenadu nia pedidu ka liuhosi ninia konsentimentu.

Artigo 109.º Prinsípiu

1. Lehat tiha kondisaun jerál sira no hirak ne'ebé sei iha artigu tatur, ema ne'ebé kondena tan pena ka submete ba medida seguransa privativa ba liberdade hosi tribunál estranjeiru ida bele transfere mai Timor-Leste hodi kumpre pena ka medida seguransa hanesan.
2. Liuhosi lala'ok hanesan no atu hetan rohan hanesan, tribunál Timór nian ida bele transfere ema ida-ne'ebé hetan kondensaun ka submete ba medida seguransa privativa ba liberdade ba estranjeiru.
3. Estadu estranjeiru ka Timor-Leste bele husu atu halo transferénsia ne'ebá iha kazu sasá de'it, liuhosi ema-interesada nia rekerimentu ka konsentimentu ne'ebé loos.
4. Transferénsia sei depende ba akordu entre Estadu ne'ebé fó-sai desizaun be aplika tiha pena ka medida seguransa ho Estadu ne'ebé husu tiha ezekusaun ne'e.

110.º

Fó informasaun ba ema-kondenadu sira

Servisu prizonál sira fó-hatene ema-kondenadu sira



Os serviços prisionais informam as pessoas condenadas que possam beneficiar da faculdade de solicitarem a sua transferência.

katak sira bele iha direitu atu husu-halo transferénsia.

SECÇÃO II TRANSFERÊNCIA PARA O ESTRANGEIRO

SEKSAUN II HALO TRANSFERÉNSIA BÁ ESTRANJEIRU

Artigo 111.º

Informações e documentos de apoio

Artigo 111.º

Informasaun no dokumentu apoiu nian

1. Se a pessoa exprimir o desejo de ser transferida para um Estado estrangeiro, a Autoridade Central comunica-o a esse Estado, com vista à obtenção do seu acordo, com as seguintes informações:
 - a) Nome, data de nascimento, naturalidade e nacionalidade dessa pessoa;
 - b) Sendo caso disso, a sua residência naquele Estado;
 - c) Uma exposição dos factos que fundamentam a sentença;
 - d) A natureza, a duração e a data de início do cumprimento da pena ou da medida.
2. São também enviados ao Estado estrangeiro os seguintes elementos:
 - a) Certidão ou cópia autenticada da sentença e do texto das disposições legais aplicadas;
 - b) Declaração relativa ao tempo da pena ou medida já cumpridos, incluindo informações sobre prisão preventiva, redução da pena ou medida e sobre qualquer outro acto relativo à execução da sentença, bem como informação relativa à duração da pena por cumprir;
 - c) Declaração de consentimento da pessoa interessada para efeitos de transferência;
 - d) Sendo caso disso, qualquer relatório médico ou social sobre a pessoa interessada, sobre o tratamento de que foi objecto em Timor-Leste e quaisquer recomendações sobre o

1. Bainhira ema-kondenadu hatudu hakaran atu transfere nia ba Estadu estrangeiru, Autoridade Sentrál fó-hatene nia ba Estadu ne'ebá, nu'udar dalan atu hetan ninia akordu, ho informasaun sira tuirmai:
 - a) Naran, data moris, naturalidade no nasionalidade ema ne'ebá nian;
 - b) Ba ida-ne'e presiza karik, ninia rezidénsia iha Estadu ne'ebá;
 - c) Hatudun ida kona-ba faktu sira-ne'ebé fundamenta sentensa;
 - d) Natureza, durasaun no data hahú kumpre pena ka medida.
2. Haruka mós ba Estadu estrangeiru elementu sira tuirmai:
 - a) Seridaun ka kópia autentikada hosi sentensa no testu dispozisaun legál nian ne'ebé aplika tiha;
 - b) Deklarasaun kona-ba tempu pena nian ka medida ne'ebé kumpre tiha, inklui informasaun sira kona-ba prizaun preventiva, redusaun ba pena ka medida no kona-ba naran aktu seluk ne'ebé iha relasaun ho ezekusaun sentensa, hanesan mós ba informasaun be relativu ba durasaun pena ne'ebé kumpre;
 - c) Deklarasaun konsentimentu hosi ema-interesada ba efeito transferénsia nian;
 - d) Ba ida-ne'e presiza karik, naran relatóriu médiku ka sosiál kona-ba ema-interesada, kona-ba tratamentu ne'ebé sai tiha nu'udar objetu iha Timor-Leste no rekomendasaun sasá de'it kona-ba prosegimentu hosi tratamentu ne'ebá iha Estadu estrangeiru.



prosseguimento desse tratamento no Estado estrangeiro.

Artigo 112.º

Competência interna para formular o pedido

1. Compete ao Ministério Público junto do Supremo Tribunal de Justiça, por sua iniciativa ou a requerimento da pessoa interessada, dar seguimento ao pedido de transferência.
2. O pedido é apresentado no mais curto prazo possível após o trânsito da sentença, obtido o consentimento da pessoa interessada.
3. O pedido, devidamente informado, é enviado pela Autoridade Central ao Ministro da Justiça para apreciação.
4. Se as circunstâncias do caso o aconselharem, o Ministro da Justiça pode pedir informações, a apresentar no prazo de 10 dias, à Autoridade Central e aos serviços prisionais.
5. A pessoa interessada na transferência é informada, por escrito, das decisões tomadas a seu respeito.

Artigo 113.º

Pedido apresentado pelo Estado estrangeiro e documentos de apoio

1. Se a pessoa exprimiu o desejo de ser transferida junto de um Estado estrangeiro, deve esse Estado, com o pedido, enviar os seguintes documentos:
 - a) Declaração indicando que o condenado é nacional desse Estado ou aí tem a sua residência habitual;
 - b) Cópia das disposições legais de que resulte que os factos provados na sentença timorense constituem uma infracção igualmente punível segundo o direito desse Estado;
 - c) Quaisquer outros documentos com interesse para a apreciação do pedido.
2. Salvo no caso de rejeição liminar do pedido, é enviado ao Estado estrangeiro um relatório especial sobre o modo e resultados da execução.

Artigo 112.º

Kompeténsia interna hodi formula pedidu

1. Ministériu Públiku, hamutuk ho Supremu Tribunál Justisa, liuhosi ninia inisiativa ka ema-interesada nia rekerimentu, iha kompeténsia hodi fó segimentu ba pedidu transferénsia.
2. Pedidu sei apresenta iha tempu badak nia laran hafoin tránzitu-sentensa, ho ema-interesada nia konsentimentu.
3. Autoridade Sentrál maka haruka pedidu, ne'ebé tenke fó-hatene, ba Ministru Justisa atu halo apresiasaun.
4. Bainhira situasaun kazu nian hatebes pedidu ne'e, Ministru Justisa bele husu informasaun, ne'ebé sei apresenta iha laron 10 nia laran, ba Autoridade Sentrál no ba servisu prizionál sira.
5. Ema ne'ebé iha interese atu halo transferénsia sei fó-hatene nia ba desizaun ne'ebé foti kona-ba nia, liuhosi hakerek karta.

Artigo 113.º

Pedidu ne'ebé Estadu estranjeiru apresenta no dokumentu apoiu nian

1. Bainhira ema-interesada hatudu tiha hakaran atu transfere hamutuk ho Estadu estranjeiru ida, Estadu ne'ebá, ho pedidu, tenke haruka dokumentu sira tuirmai:
 - a) Deklarasaun hatudu katak ema-kondenadu nu'udar nasional Estadu ne'ebá nian ka iha ne'ebá nia iha rezidénsia abituál;
 - b) Kópia hosi dispozisaun legál hirak-ne'ebé hatudu katak faktu sira-ne'ebé hetan tiha prova iha sentensa Timor nian sai nu'udar infrasaun ida-ne'ebé hetan kastigu hanesan tuir direitu Estadu ne'ebá nian;
 - c) Naran dokumentu selu-seluk ne'ebé mai ho interese hodi halo apresiasaun ba pedidu.
2. Exetu ba kazu ne'ebé iha rejeisaun dala-uluk ba pedidu, sei haruka ba Estadu estranjeiru relatóriu espesial ida kona-ba lala'ok no rezultadu ezekusaun nian.



Artigo 114.º
Decisão sobre o pedido

1. Se o Ministro da Justiça o considerar admissível, o pedido é transmitido, pela Autoridade Central, ao Ministério Público junto do Supremo Tribunal de Justiça.
2. O Ministério Público promove a audição pelo juiz da pessoa a transferir, observando-se, para o efeito, o disposto no Código de Processo Penal quanto ao interrogatório de arguido detido.
3. O tribunal decide sobre o pedido, depois de se assegurar de que o consentimento da pessoa visada, para fins de transferência, foi voluntário e consciente.
4. É assegurada a possibilidade de verificação, por agente consular ou outro funcionário designado de acordo com o Estado estrangeiro, da prestação do consentimento em conformidade com o número anterior.

Artigo 115.º
Efeitos de transferência para um Estado estrangeiro

1. A transferência de uma pessoa para um Estado estrangeiro suspende a execução da sentença em Timor-Leste.
2. É excluída a possibilidade da execução da sentença em Timor-Leste, após a transferência da pessoa interessada, se o Estado estrangeiro comunicar que a mesma sentença foi considerada cumprida por decisão judicial.
3. Sempre que o tribunal aplicar amnistia, perdão ou indulto, o Estado estrangeiro é disso informado através da Autoridade Central.

SECÇÃO III
TRANSFERÊNCIA PARA TIMOR-LESTE

Artigo 116.º
Pedido de transferência para Timor-Leste

1. Se uma pessoa condenada ou sujeita a medida de segurança num Estado estrangeiro exprimiu o desejo de ser transferida para Timor-Leste, o Procurador-Geral da República comunica ao

Artigo 114.º
Desizaun kona-ba pedidu

1. Bainhira Ministru Justisa konsidera katak bele simu pedidu, Autoridade Sentrá haruka pedidu ne'e ba Ministériu Públiku hamutuk ho Supremu Tribunál Justisa.
2. Ministériu Públiku promove atu juís rona ema ne'ebé atu halo transferénsia, hodi lehat, ba rohan ida-ne'e, dispostu Kódigu Prosesu Penál kona-ba interrogatóriu hosi argidu ne'ebé hetan detensaun.
3. Tribunál deside kona-ba pedidu, hafoin asegura katak ema ne'ebé temi tiha nia konsentimentu, ba rohan transferénsia nian, nu'udar voluntáriu no iha konsiénsia.
4. Asegura possibilidade verifikasaun ba prestasaun konsentimentu tuir número liubá nian, hosi ajente konsulár ka funsionáriu seluk ne'ebé hatudu tiha tuir Estadu estranjeiru.

Artigo 115.º
Efeito transferénsia ba Estadu estranjeiru ida

1. Halo transferénsia ema ida ba Estadu estranjeiru suspende ezekusaun sentensa iha Timor-Leste.
2. Bainhira Estadu estranjeiru fó-hatene katak sentensa ne'e rasik konsidera kumpre tiha tan desizaun judisiál, sei hasai possibilidade ezekusaun hosi sentensa iha Timor-Leste, hafoin halo transferénsia ba ema-interesada.
3. Bainhira de'it tribunál aplika amnistia, perdaun ka indulto, fó-hatene ida-ne'e ba Estadu estranjeiru liuhosi Autoridade Sentrá.

SEKSAUN III
HALO TRANSFERÉNSIA MAI TIMOR-LESTE

Artigo 116.º
Pedidu transferénsia mai Timor-Leste

1. Bainhira ema ida-ne'ebé iha kondenasauan laran ka submete ba medida seguransa iha Estadu estranjeiru fó-sai hakaran atu transfere mai Timor-Leste, Prokuradór-Jeral Repúblika fó-hatene ba



Ministro da Justiça os elementos a que se refere o artigo 118.º, enviados por aquele Estado, com vista à apreciação do pedido.

Ministru Justisa elementu sira-ne'ebé temi iha artigo 118.º, ne'ebé Estadu ne'ebá haruka, atu halo apresiasaun ba pedidu.

2. O número anterior aplica-se também ao caso em que o pedido é apresentado pelo Estado estrangeiro.
3. O Ministro da Justiça pode pedir informações, a apresentar no prazo de 10 dias, à Autoridade Central e aos serviços prisionais.

2. Númeru liubá aplika mós ba kazu ne'ebé Estadu estranjeiru maka apresenta pedidu.
3. Ministru Justisa bele husu informasaun, ne'ebé sei apresenta iha loron 10 nia laran, ba Autoridade Sentrál no servisu prizionál sira.

Artigo 117.º

Requisitos especiais da transferência para Timor-Leste

1. Aceite o pedido de transferência para Timor-Leste, o expediente é enviado, pela Autoridade Central, ao Ministério Público junto do Supremo Tribunal de Justiça, para revisão e confirmação de sentença estrangeira.
2. Transitada em julgado a decisão que revê e confirma a sentença estrangeira, a Autoridade Central comunica-a ao Estado que formulou o pedido, para efectivação da transferência.

Artigu 117.º

Rekizitu espesiál sira hodi halo tranferénsia mai Timor-Leste

1. Hafoin aseita tiha pedidu tranferénsia mai Timor-Leste, Autoridade Sentrál haruka espediente ne'e ba Ministériu Públiku hamutuk ho Supremu Tribunál Justisa atu halo revizaun no konfirmasaun ba sentensa estranjeira.
2. Bainhira desizaun ne'ebé hodi reeve no konfirma sentensa estranjeira iha tranzitada-julgadu, Autoridade Sentrál fó-hatene ida-ne'e ba Estadu ne'ebé formula pedidu atu hala'o tranferénsia.

SECÇÃO IV

INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO E TRÂNSITO

Artigo 118.º

Informações relativas à execução

1. São fornecidas ao Estado que pediu a transferência todas as informações relativas à execução da sentença, nomeadamente:
 - a) Quando esta se considere cumprida, por decisão judicial;
 - b) Se a pessoa transferida se evadir antes de terminada a mesma execução.
2. A pedido do Estado que solicitou a transferência, é-lhe fornecido um relatório especial sobre o modo e os resultados da execução.

SEKSAUN IV

INFORMASAUN KONA-BA EZEKUSAUN NO TRÂNZITU

Artigu 118.º

Informasaun sira kona-ba ezekusaun

1. Fó-hatene ba Estadu ne'ebé husu tiha tranferénsia informasaun hotu-hotu kona-ba ezekusaun sentensa nian, liuliu:
 - a) Bainhira ezekusaun sentensa ne'e konsidera kumpri tiha tan desizaun judisiál;
 - b) Bainhira ema ne'ebé hetan tranferénsia halai molok ezekusaun ne'e ramata.
2. Lihosi pedidu Estadu ne'ebé husu tiha tranferénsia, fó-hatene ba nia relatóriu espesiál kona-ba lala'ok no rezultadu sira ezekusaun nian.

Artigo 119.º

Trânsito

Pode ser autorizado o trânsito, por território timorense, de pessoa transferida de um Estado estrangeiro para

Artigu 119.º

Trânzitu

Bele autoriza halo trânzitu, liuhosi territóriu Timór nian, ba ema ne'ebé hetan tranferénsia hosi Estadu



outro, a pedido de qualquer desses Estados, aplicando-se correspondentemente o disposto no artigo 42.º

estranjeiru ida ba ida seluk, liuhosi pedidu Estadu naran ida nian, aplika ho korrespondénsia dispostu iha artigu 42.º nian.

TÍTULO V
VIGILÂNCIA DE PESSOAS CONDENADAS OU
LIBERTADAS CONDICIONALMENTE

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 120.º
Princípios

1. É admitida, nos termos dos artigos seguintes, a cooperação para vigilância de pessoas condenadas ou libertadas condicionalmente que residam habitualmente em território do Estado a quem essa cooperação é pedida.
2. A cooperação a que se refere o número anterior tem por objectivos:
 - a) Favorecer a reinserção social do condenado, através da adopção de medidas adequadas;
 - b) Vigiar o seu comportamento durante a execução da pena.

Artigo 121.º
Objecto

1. A cooperação regulada no presente título pode consistir numa das seguintes modalidades:
 - a) Vigilância da pessoa condenada;
 - b) Vigilância e eventual execução de sentença; ou
 - c) Execução integral da sentença.
2. Formulado pedido relativo a uma das modalidades referidas no número anterior, este pode ser recusado em favor de outra modalidade que, no caso concreto, seja preferível, se a proposta for aceite pelo Estado que formulou o pedido.

Artigo 122.º
Legitimidade

A cooperação depende de pedido do Estado em que for proferida a decisão.

TÍTULU V
VIJILÂNSIA BA EMA SIRA-NE'EBÉ HETAN
KONDENASAUN KA LIBERTASAUN HO
KONDISAUN
KAPÍTULU I
DISPOZISAUN JERÁL

Artigu 120.º
Prinsípiu

1. Tuir termu sira hosi artigu hirak tuirmai, admite atu halo kooperasaun hodi halo vijilánsia ba ema sira-ne'ebé hetan kondenasaun ka libertasaun ho kondisaun ne'ebé baibain hela iha territóriu Estadu ne'ebé husu atu halo kooperasaun ne'e nian.
2. Kooperasaun ne'ebé temi iha número liubá nia objetivu atu:
 - a) Haburas reinsersaun sosiál ema-kondenadu nian, liuhosi adosaun medida sira-ne'ebé adekuada;
 - b) Tau-matan ba ninia komportamentu iha ezekusaun pena nia laran.

Artigu 121.º
Objetu

1. Kooperasaun ne'ebé regula iha título ida-ne'e bele hala'o ba modalidade sira tuirmai:
 - a) Vijilánsia ba ema-kondenada;
 - b) Vijilánsia no eventuál ezekusaun ba sentensa; ka
 - c) Ezekusaun integrál ba sentensa.
2. Hafoin formula tiha pedidu kona-ba modalidade naran ida hosi hirak-ne'ebé temi iha número liubá, ida-ne'e bele la simu hodi simu fali modalidade ida seluk ne'ebé, iha kazu konkretu, hakarak liu, bainhira Estadu ne'ebé formula tiha pedidu aseita karik proposta.

Artigu 122.º
Lejitimidade

Kooperasaun depende ba pedidu hosi Estadu ne'ebé fó-sai desizaun.



Artigo 123.º
Dupla incriminação

A infracção que motiva o pedido de cooperação deve ser punível pela lei do Estado que o formula e pela do Estado a quem o pedido é formulado.

Artigo 124.º
Recusa facultativa

No caso de o pedido ser apresentado a Timor-Leste, a cooperação pode ser recusada quando, para além das condições gerais estabelecidas no presente diploma:

- a) A decisão que motiva o pedido resultar de julgamento na ausência do arguido em que não lhe tenha sido garantida a possibilidade legal de requerer novo julgamento ou de interpor recurso da sentença;
- b) A decisão for incompatível com os princípios que presidem à aplicação d.o direito penal timorense, nomeadamente se o agente da infracção, dada a sua idade, não puder ser sujeito a procedimento penal.

Artigo 125.º
Apresentação de pedido a Timor-Leste

1. O pedido formulado a Timor-Leste é submetido, através da Autoridade Central, a apreciação do Ministro da Justiça.
2. O Ministro da Justiça pode solicitar informações aos serviços competentes para acompanhamento das medidas impostas na sentença.
3. Se o Ministro da Justiça aceitar o pedido, a Autoridade Central transmite-o ao Ministério Público junto do Supremo Tribunal de Justiça, para decisão judicial sobre a sua admissibilidade.

Artigo 126.º
Informações

1. A decisão relativa ao pedido de cooperação é imediatamente comunicada pela Autoridade Central ao Estado requerente, com indicação, em caso de recusa, total ou parcial, dos motivos que a fundamentam.

Artigo 123.º
Dupla inkriminaun

Infrasaun ne'ebé motiva pedidu kooperasaun tenke kastigu tuir lei hosi Estadu ne'ebé formula pedidu no hosi Estadu ne'ebé pedidu ne'e formula ba.

Artigo 124.º
Rekuza fakultativa

Kona-ba pedidu ne'ebá tenke apresenta ba Timor-Leste, bele la aseita kooperasaun bainhira, aleindé kondisaun hirak-ne'ebé hatuur iha diploma ida-ne'e:

- a) Desizaun ne'ebé motiva pedidu hamosu hosi julgamentu ne'ebé arguidu iha auzénsia nia laran be la garante possibilidade legál ba nia atu husu julgamentu foun ka interpór rekursu ba sentensa;
- b) Desizaun la kona-di'ak ho prinsípiu sira-ne'ebé regula aplikasaun direitu penál Timor nian, liuliu bainhira ajente infrasaun, haree ba nia idade, la bele submete ba prosedimentu penál.

Artigo 125.º
Aprezenta pedidu ba Timor-Leste

1. Pedidu ne'ebé formula ba Timor-Leste submete ba Ministru Justisa atu halo apresiasaun, liuhosi Autoridade Sentrá.
2. Ministru Justisa bele husu informasaun ba servisu competente atu halo akompañamentu ba medida hirak-ne'ebé hatuur iha sentensa.
3. Bainhira Ministru Justisa hatán karik pedidu, Autoridade Sentrá haruka pedidu ne'e ba Ministériu Públiku hamutuk ho Supremu Tribunál Justisa, hodi halo desizaun judisiál kona-ba ninia admisibilidade.

Artigo 126.º
Informasaun

1. Desizaun kona-ba pedidu kooperasaun Autoridade Sentrá sei fó-hatene kedas ba Estadu rekerente, ho indikasaun, bainhira la simu, hotu kedas ka balu de'it, hosi motivu sira-ne'ebé fundamenta desizaun.



2. Em caso de aceitação do pedido, a Autoridade Central informa o Estado requerente de qualquer circunstância susceptível de afectar o cumprimento das medidas de vigilância ou a execução da sentença.

CAPÍTULO II VIGILÂNCIA

Artigo 127.º Medidas de vigilância

1. O Estado estrangeiro que solicitar apenas a vigilância dá conhecimento das condições impostas ao condenado e, sendo caso disso, das medidas com que este deve conformar-se durante o período de prova.
2. Aceite o pedido, o tribunal adapta, se necessário, as medidas prescritas às previstas na lei de Timor-Leste.
3. Em nenhum caso as medidas aplicadas em Timor-Leste podem agravar, quer pela sua natureza, quer pela sua duração, as prescritas na decisão proferida no Estado estrangeiro.

Artigo 128.º Consequências da aceitação do pedido

A aceitação do pedido de vigilância implica os seguintes deveres:

- a) De assegurar a colaboração das autoridades e organismos que, em território timorense, têm por função vigiar e assistir as pessoas condenadas;
- b) De informar o Estado requerente de todas as medidas tomadas e sua aplicação.

Artigo 129.º Revogação e cessação

1. No caso do interessado ficar sujeito à revogação de suspensão condicional, por motivo de novo procedimento penal ou de condenação por nova infracção, ou por falta de observância das obrigações impostas, são fornecidas, oficiosamente, e sem demora, ao Estado requerente as informações necessárias.
2. Após a cessação do período de vigilância, são fornecidas ao Estado requerente as

2. Bainhira aseita pedidu, Autoridade Sentral fó-hatene Estadu rekerente kona-ba sirkunstánsia sasá de'it ne'ebé bele atu prejudika kumprimentu medida vijilánsia ka ezekusaun sentensa.

KAPÍTULU II VIJILÁNSIA

Artigu 127.º Medida vijilánsia

1. Estadu estranjeiru ne'ebé husu loos de'it vijilánsia fó-hatene kona-ba kondisaun hirak-ne'ebé hatuur ba ema-kondenadu no, ba ida-ne'e presiza karik, ba medida hirak-ne'ebé ema-kondenadu ne'e tenke armoniza iha períudu prova nia laran.
2. Simu tiha pedidu, bainhira presiza, tribunál adapta medida hirak-ne'ebé preskrita ba hirak-ne'ebé prevee iha lei Timor-Leste nian.
3. Iha kazu ne'ebé de'it, medida hirak-ne'ebé aplika iha Timor-Leste la bele hatodan ba hirak-ne'ebé preskreve iha desizaun ne'ebé fó-sai iha Estadu estranjeiru, tan ninia natureza ka durasaun.

Artigu 128.º Konsekuénsia hosi aseitasaun pedidu

Kona-ba aseita pedidu vijilánsia hamosu devér sira tuirmai atu:

- a) Asegura kolaborasaun ho autoridade no organizmu ne'ebé, iha território Timór nian, iha knaar atu halo vijilánsia no proteje ema-kondenadu;
- b) Fó-hatene Estadu rekerente kona-ba medida hotu-hotu ne'ebé foti tiha no ninia aplikasaun.

Artigu 129.º Revogasaun no sesasaun

1. Bainhira ema-interesadu submete ba revogasaun suspensaun kondisionál, tan prosedimentu penál foun ka kondenasaun ba infrasaun foun, ka tan la iha observánsia ho obrigasaun hirak-ne'ebé hatuur tiha, sei hato'o, ho ofisiozu, no la hakleur, ba Estadu rekerente informasaun hirak-ne'ebé presiza.
2. Hafoin ramata tiha períudu vijilánsia, sei hato'o ba Estadu rekerente informasaun sira-ne'ebé presiza.



informações necessárias.

Artigo 130.º

Competência do Estado que formula o pedido

O Estado estrangeiro que formula o pedido é o único competente para apreciar, em face das informações e pareceres fornecidos, se a pessoa condenada satisfaz ou não as condições que lhe foram impostas e para delas extrair as consequências previstas na sua própria legislação, informando da decisão que tomar.

CAPÍTULO III

VIGILÂNCIA E EXECUÇÃO DE SENTENÇA

Artigo 131.º

Consequência da revogação da suspensão condicional

1. Decidida a revogação da suspensão condicional no Estado estrangeiro, Timor-Leste adquire competência para executar a sentença, se aquele Estado lho pedir.
2. A execução processa-se de acordo com a lei de Timor-Leste, após verificação da autenticidade do pedido e da sua conformidade com as condições fixadas neste diploma para revisão e confirmação de sentença estrangeira.
3. Timor-Leste deve enviar um documento certificativo da execução.
4. O tribunal substituí, sendo caso disso, a reacção criminal imposta no Estado requerente pela pena ou medida previstas na lei de Timor-Leste por uma infracção idêntica.
5. No caso referido no número anterior, a pena ou medida corresponderá, tanto quanto possível, pela sua natureza, à imposta na decisão exequenda, não podendo, porém, exceder o máximo previsto pela lei de Timor-Leste nem agravar, pela sua natureza ou pela sua duração, a reacção criminal imposta na sentença do Estado estrangeiro.

Artigo 132.º

Competência para a liberdade condicional

O tribunal timorense é o único competente em matéria de liberdade condicional.

Artigo 130.º

Estadu ne'ebé formula pedidu nia kompeténsia

Estadu estranjeiru ne'ebé formula pedidu maka iha kompeténsia mesak de'it atu apresia katak emakondenada sente-di'ak ka lae ba kondisaun hirak-ne'ebé hatuur tiha ba nia no ba kondisaun hirak-ne'ebá hasai konsekuénsia sira-ne'ebé prevee iha ninia lejizlasaun rasik, no fó-hatene desizaun ne'ebé foti.

KAPÍTULU III

VIJILÂNSIA NO EZEKUSAUN BA SENTENSA

Artigo 131.º

Konsekuénsia hosi revogasaun suspensaun kondisionál

1. Hafoin decide tiha revogasaun ba suspensaun kondisionál iha Estadu estranjeiru, Timor-Leste hetan kompeténsia hodi ezekuta sentensa, bainhira Estadu ne'ebá husu ba nia.
2. Ezekusaun prosesa tuir lei Timor-Leste nian, hafoin halo verifikasaun ba autenticidade pedidu no haree katak nia la'o-tuir ka lae ho kondisaun hirak-ne'ebé hatuur iha diploma ida-ne'e hodi halo revizaun no konfirmasaun ba sentensa estrangeira.
3. Timor-Leste tenke haruka dokumentu ida ne'ebé hatebes kona-ba ezekusaun.
4. Tribunál troka, ne'ebé prezisa ba ida-ne'e karik, reasaun kriminál be hatuur ba Estadu rekerente tan pena ka medida ne'ebé prevee iha lei Timor-Leste nian ho infrasaun ida-ne'ebé hanesan.
5. Kona-ba kazu ne'ebé temi iha número liubá, pena ka medida sei korresponde, tuir rekursu ne'ebé iha, no liuhosi ninia natureza, ba buat ne'ebé hatuur iha desizaun ezekenda, maibé, la bele liu rohan másimu ne'ebé lei Timor-Leste prevee nomós la hatodan tan, hosi ninia natureza ka durasaun, reasaun kriminál ne'ebé hatuur iha sentensa Estadu estranjeiru nian.

Artigo 132.º

Kompeténsia ba liberdade kondisionál

Tribunál Timór nian maka iha kompeténsia mesak kona-ba liberdade kondisionál.



Artigo 133.º

Amnistia, perdão genérico e indulto

A amnistia, o perdão genérico e o indulto podem ser concedidos tanto pelo Estado estrangeiro como por Timor-Leste.

CAPÍTULO IV

COOPERAÇÃO SOLICITADA POR TIMOR-LESTE

Artigo 134.º

Regime

1. Aceite o pedido formulado por Timor-Leste, a Autoridade Central dá conhecimento do facto aos serviços competentes, para acompanhamento das medidas impostas na sentença, com vista ao estabelecimento de contactos directos com os congéneres estrangeiros.
2. Ao pedido de cooperação formulado por Timor-Leste são aplicáveis, com as necessárias adaptações, as disposições dos capítulos anteriores.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES COMUNS

Artigo 135.º

Conteúdo do pedido

1. O pedido de cooperação é instruído nos termos do artigo 21.º, com as especialidades constantes dos números seguintes.
2. O pedido de vigilância deve conter:
 - a) Menção das razões que motivam a vigilância;
 - b) Especificação das medidas de vigilância decretadas;
 - c) Informações sobre a natureza e a duração das medidas de vigilância cuja aplicação é requerida;
 - d) Informações sobre a personalidade do condenado e o seu comportamento no Estado requerente, antes e depois de proferida decisão

Artigo 133.º

Amnistia, perdaun jenériku no indultu

Estadu estrangeiru ka Timor-Leste bele fó amnistia, perdaun jenériku no indultu.

KAPÍTULU IV

KOOPERASAUN NE'EBÉ TIMOR-LESTE HUSU

Artigo 134.º

Rejime

1. Hatán tiha pedidu ne'ebé Timor-Leste formula, Autoridade Sentráf fó-hatene faktu ba servisu competente, hodi halo akompañamentu ba medida hirak-ne'ebé hatuur iha sentensa, ho rohan atu hatuur kontaktu diretu ho konjénere estrangeiru sira.
2. Ba pedidu kooperasaun ne'ebé Timor-Leste formula sei aplika, ho adaptasaun hirak-ne'ebé prezisa, dispozisaun hirak iha kápítulu sira liubá.

KAPÍTULU V

DISPOZISAUN KOMÚN

Artigo 135.º

Pedidu nia konteúdu

1. Pedidu kooperasaun instrui tuir termu artigu 21.º nian, ho espesialidade hirak-ne'ebé prevee iha núemru sira tuirmai.
2. Pedidu vijilánsia tenke iha:
 - a) Referénsia hosi razaun hirak-ne'ebé motiva vijilánsia;
 - b) Espesifikasaun hosi medida vijilánsia sira-ne'ebé dekreta tiha;
 - c) Informasaun kona-ba natureza no durasaun hosi medida vijilánsia ne'ebé husu tiha nia aplikasaun;
 - d) Informasaun kona-ba ema-kondenadu nia personalidade no ninia komportamentu iha Estadu rekerente, molok no hafoin fó-sai



relativa à vigilância.

3. O pedido de vigilância e execução é acompanhado da decisão que impôs a reacção criminal e da decisão que determinar a revogação da condição suspensiva da condenação ou da sua execução.
4. O carácter executório das duas decisões é certificado segundo as formas prescritas pela lei do Estado requerente.
5. Quando a decisão de executar substituir uma outra sem reproduzir a exposição dos factos, deve ser junta a que contenha essa exposição.
6. No caso de se entender que as informações fornecidas pelo Estado requerente são insuficientes para dar satisfação ao pedido, são solicitadas informações complementares, podendo fixar-se um prazo para o efeito.

Artigo 136.º
Tramitação e decisão do pedido

1. Aos pedidos de cooperação regulados no presente título, e em tudo o que nele não estiver especialmente previsto, são aplicáveis, com as devidas adaptações, as disposições relativas à execução de sentenças penais, em particular no que respeita à apreciação do Ministro da Justiça, à competência dos tribunais de Timor-Leste e respectivo processo e aos efeitos da execução.
2. As disposições relativas ao consentimento não têm aplicação quando estiver em causa unicamente um pedido de vigilância.
3. O Ministro da Justiça pode pedir informações à Autoridade Central com vista à decisão sobre o pedido.

Artigo 137.º
Custas e despesas

1. A pedido do Estado requerente, serão cobradas as custas e despesas do processo nesse Estado produzidas, as quais devem ser devidamente indicadas.
2. Em caso de cobrança, não é obrigatório o reembolso ao Estado requerente, com excepção

desizaun kona-ba vijilánsia.

3. Pedidu vijilánsia no ezekusaun akompaña ho desizaun ne'ebé hatuur reasaun kriminál no hosi desizaun ne'ebé determina revogasaun ba kondisaun suspensiva hosi kondenasaun ka hosi ninia ezekusaun.
4. Karáter ezeutóriu hosi desizaun rua ne'ebá sei hatebes tuir forma ne'ebé preskreve iha lei Estadu rekerente nian.
5. Bainhira desizaun hodi ezekuta troka ida seluk hodi la prodús filafali espozisaun faktu sira nian, tenke tau-hamutuk ho ida-ne'ebé iha espozisaun ne'e.
6. Bainhira hatene katak informasaun sira-ne'ebé Estadu rekerente hato'o la natoon hodi hatán ba pedidu, sei husu informasaun kplementár sira, no bele hatuur prazu ida ba ninia efeitou.

Artigu 136.º
Tramitasaun no desizaun ba pedidu

1. Ba pedidu kooperasaun sira-ne'ebé regula iha título ida-ne'e, no ba buat hotu ne'ebé seidak prevee liuliu ba nia, sei aplika, ho adaptasaun rasik, dispozisaun hirak kona-ba ezekusaun sentensa penál, liuliu ba buat ne'ebé kona-ba Ministru Justisa nia apresiasaun, kona-ba kompeténsia tribunál sira iha Timor-Leste no prosesu rasik no ba efeitou sira ezekusaun nian.
2. Dispozisaun hirak kona-ba konsentimentu la iha aplikasaun bainhira pedidu vijilánsia ida mesak maka iha lia nia laran.
3. Ministru Justisa bele husu informasaun ba Autoridade Sentrál ho rohan atu foti desizaun kona-ba pedidu.

Artigu 137.º
Kusta no despeza

1. Lihosi Estadu rekerente nia pedidu, sei simu filafali kusta no despeza prosesu nian ne'ebé prodús iha Estadu ne'e, ne'ebé buat rua ne'e tenke hatudu ho loloos.
2. Kona-ba kobransa, la obriga atu selu fila-fali ba Estadu rekerente, ho exesaun ba onoráriu ne'ebé



dos honorários devidos a peritos.

3. As despesas com a vigilância e a execução não são reembolsadas pelo Estado requerente.

TÍTULO VI AUXÍLIO JUDICIÁRIO MÚTUO EM MATÉRIA PENAL

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES COMUNS ÀS DIFERENTES MODALIDADES DE AUXÍLIO

Artigo 138.º Princípio e âmbito

1. O auxílio compreende a comunicação de informações, de actos processuais e de outros actos públicos admitidos pelo Direito de Timor-Leste, quando se afigurarem necessários à realização das finalidades do processo, bem como os actos necessários à apreensão ou à recuperação de instrumentos, objectos ou produtos da infracção.
2. O auxílio compreende, nomeadamente:
 - a) A notificação de actos e entrega de documentos;
 - b) A obtenção de meios de prova;
 - c) As revistas, buscas, apreensões, exames e perícias;
 - d) A notificação e audição de suspeitos, arguidos, testemunhas ou peritos;
 - e) O trânsito de pessoas;
 - f) As informações sobre o Direito de Timor-Leste ou estrangeiro e as relativas aos antecedentes penais de suspeitos, arguidos e condenados.
3. Quando as circunstâncias do caso o aconselharem, mediante acordo entre Timor-Leste e o Estado estrangeiro ou entidade judiciária internacional, a audição prevista na alínea d) do n.º 2 pode efectuar-se com recurso a meios de telecomunicação em tempo real, nos termos da legislação processual penal de Timor-Leste, sem prejuízo do disposto no n.º 10.

tenke selu ba peritu sira.

3. Estadu rekerente la selu filafali despeza sira-ne'ebé hala'o ho vijilánsia no ezekusaun.

TÍTULO VI AUXÍLIU JUDISIÁRIU MÚTUU IHA MATÉRIA PENÁL

KAPÍTULU I DISPOZISAUN KOMÚN BA MODALIDADE AUXÍLIU NE'EBÉ LAHANESAN

Artigu 138.º Prinsípiu no âmbito

1. Iha auxiliu ne'e inklui komunikasaun ba informasaun, aktu prosesual no aktu públiku sira seluk ne'ebé Direitu Timor-Leste admite, bainhira hree katak presiza hodi hala'o finalidade prosesu nian, hanesan mós ba aktu sira-ne'ebé presiza hodi tahan ka dada-hikas instrumentu, objetu ka produktu infrasaun nian.
2. Inklui liuliu iha auxiliu maka:
 - a) Notifikasaun hosi aktu no entrega dokumentu sira;
 - b) Obtensaun meiu hodi halo prova;
 - c) Revista, buka, apreensaun, ezame no perísia sira;
 - d) Notifikasaun no audisaun hosi suspeitu, arguidu, testemuña ka peritu sira;
 - e) Tránsito ba ema sira;
 - f) Informasaun sira kona-ba Direitu Timor-Leste ka estranjeiru nian no hirak-ne'ebé kona-ba suspeitu, arguidu no kondenadu sira-nia antesedente penál.
3. Bainhira sirkunstánsia kazu nian akonsella pedidu, liuhosi akordu entre Timor-Leste no Estadu estranjeiru ka entidade judisiária internasionál, hodi rona buat ne'ebé prevee iha alínea d) n.º 2 bele hala'o ho rekursu meiu telekomunikasaun iha tempu réal, tuir termu lejizlasaun prosesual penál Timor-Leste nian, hodi la sakar dispostu n.º 10 nian.



4. No âmbito do auxílio, mediante autorização do Ministro da Justiça ou em conformidade com o previsto em tratados internacionais de que Timor-Leste seja parte, pode haver comunicação directa de simples informações relativas a assuntos de carácter penal entre autoridades timorenses e estrangeiras que actuem como auxiliares das autoridades judiciais.
5. O Ministro da Justiça pode autorizar a deslocação com vista à participação de autoridades judiciais e de órgãos de polícia criminal estrangeiros em actos de carácter processual penal que devam realizar-se em território timorense.
6. A participação referida no número anterior é admitida exclusivamente a título de coadjuvação da autoridade judicial ou da polícia criminal timorense competente para o acto, onde a sua presença e direcção é sempre obrigatória, observando-se as disposições da lei processual penal, e sob condição de reciprocidade, de tudo se fazendo referência nos autos.
7. O disposto no artigo 27.º é extensivo às diligências da competência das autoridades de polícia criminal, realizadas nas condições e dentro dos limites definidos pelo Código de Processo Penal.
8. A competência a que se refere o n.º 5 pode ser delegada na Autoridade Central ou, quando a deslocação respeitar exclusivamente à autoridade ou órgão de polícia criminal, no director da polícia de investigação.
9. O disposto no n.º 5 é correspondentemente aplicável aos pedidos de auxílio formulados por Timor-Leste.
10. O disposto neste artigo não prejudica a aplicação de disposições mais favoráveis de tratados de que Timor-Leste seja parte.
4. Iha âmbito auxiliu nian, liuhosi Ministru Justisa nia autorizasaun ka hodi la'o-tuir buat ne'ebé prevee iha tratadu internasionál be Timor-Leste hola parte, bele iha komunikasaun direta hodi fó informasaun ne'ebé simples kona-ba asuntu sira ho karáter penál entre autoridade Timór nian ho estranjeira sira-ne'ebé serbisu nu'udar auxiliár ba autoridade judisiária sira.
5. Ministru Justisa bele autoriza halo deslokasaun ho rohan atu autoridade judisiária no órgaun hosi polísia kriminal estranjeiru sira partisipa iha aktu ho karáter prosesuál penál ne'ebé tenke hala'o iha territóriu Timór nian.
6. Partisipasaun ne'ebé temi iha número liubá admite de'it ba tulun ne'ebé mai hosi autoridade judisiária ka polísia kriminal Timór nian be iha kompeténsia ba aktu, ne'ebé sempre iha obrigasaun ba nia prezensa no diresaun, hodi haree-lehat dispozisaun lei prosesuál penál nian, no hala'o ho kondisaun resiprosidade, nune'e buat hirak ne'e hotu sei halo referénsia iha auto sira.
7. Dispostu iha artigu 27.º nian bele aplika ba dilijénsia hosi kompeténsia autoridade polísia kriminal nian, ne'ebé hala'o ho kondisaun no tuir limite sira-ne'ebé Kódigu Prosesu Penál define tiha.
8. Kompeténsia ne'ebé temi iha n.º 5 bele delega iha Autoridade Sentrál ka, bainhira deslokasaun kona de'it ba autoridade ka órgaun polísia kriminal, iha diretór polísia investigasaun.
9. Dispostu iha n.º 5 sei aplika ho korrespondete ba pedidu auxiliu ne'ebé Timor-Leste formula.
10. Dispostu iha artigu ida-ne'e la prejudika aplikasaun dispozisaun sira-ne'ebé favoravel liu hosi tratadu ne'ebé Timor-Leste hola parte.

Artigo 139.º
Direito aplicável

1. O pedido de auxílio solicitado a Timor-Leste é cumprido em conformidade com a lei timorense.

Artigu 139.º
Direitu aplikável

1. Pedidu auxiliu ne'ebé husu ba Timor-Leste sei kumpre tuir lei Timór nian.



2. Quando o Estado estrangeiro o solicite expressamente, o auxílio pode ser prestado em conformidade com a legislação desse Estado, desde que não contrarie os princípios fundamentais do Direito de Timor-Leste e não cause graves prejuízos aos intervenientes no processo.
3. O auxílio é recusado se respeitar a acto não permitido pela legislação timorense ou susceptível de implicar sanções de carácter penal ou disciplinar.
2. Bainhira Estadu estrangeiru husu pedidu ne'e ho rohan ne'ebé klaru, bele fó auxílio ne'e tuir lejzlasaun Estadu ne'ebá nian, naran la la'o-hasouru prinsípiu fundamentál Direitu Timor-Leste nian no la hamosu prejuízu ne'ebé grave ba interveniente sira iha prosesu nia laran.
3. Auxíliu ne'ebá sei la hatán bainhira ko'alia kona-ba aktu ne'ebé lejzlasaun Timór nian la permite ka fásil atu hamosu sansaun ho karáter penál ka dixiplinár.

Artigo 140.º
Medidas de coacção

1. Quando os actos visados implicarem recurso a medidas de coacção, apenas podem ser praticados se os factos expostos no pedido constituírem infracção também prevista no Direito de Timor-Leste e são cumpridos em conformidade com este.
2. As medidas de coacção são ainda admitidas em caso de não punibilidade do facto em Timor-Leste, se se destinarem à prova de uma causa de exclusão de culpa da pessoa contra a qual o procedimento foi instaurado.

Artigo 141.º
Proibição de utilizar as informações obtidas

1. As informações obtidas para utilização no processo indicado no pedido do Estado estrangeiro não podem ser utilizadas fora dele.
2. Excepcionalmente, e a pedido do Estado estrangeiro, ou de entidade judiciária internacional, o Ministro da Justiça, mediante parecer do Procurador-Geral da República, pode consentir na utilização das informações noutros processos penais.
3. A autorização de consultar um processo timorense, conferida a um Estado estrangeiro que nele intervém como lesado, está sujeita às condições referidas nos números anteriores.

Artigo 142.º
Confidencialidade

Artigo 140.º
Medida koasaun

1. Bainhira aktu sira-ne'ebé temi tiha hamosu rekursu ba medida koasaun, bele pratika de'it bainhira faktu sira-ne'ebé hatada iha pedidu nu'udar nfrasaun ne'ebé prevee mós iha Direitu Timor-Leste nian no kumpre tuir ida-ne'e.
2. Sei nafatin admite medida koasaun sira ba kazu ne'ebé la hetan kastigu ba faktu iha Timor-Leste, bainhira destina karik hodi halo prova ba kauza ida-ne'ebé hasai ema nia sala hasouru ida-ne'ebé instaura tiha prosedimentu.

Artigo 141.º
Bandu atu uza informasaun sira-ne'ebé hetan tiha

1. Informasaun sira-ne'ebé hetan tiha hodi uza iha prosesu ne'ebé Estadu estrangeiru hatudu iha pedidu la bele uza sees hosi prosesu.
2. Ho exesaun, no liuhosi pedidu Estadu estrangeiru, ka entidade judisiária internasionál nian, Ministru Justisa, liuhosi paresér Prokuradór-Jerál Repúblika nian, bele hatán atu uza informasaun sira ne'ebá iha prosesu penál sira seluk.
3. Autorizasaun hodi halo konsulta ba prosesu Timor nian, ne'ebé fó ba Estadu estrangeiru ida ne'ebé, iha prosesu, nia intervein nu'udar lezadu, submete ba kondisaun sira-ne'ebé temi iha número hirak liubá.

Artigo 142.º
Konfidensialidade



1. Se um Estado estrangeiro ou uma entidade judiciária internacional o solicitar, é mantida a confidencialidade do pedido de auxílio, do seu conteúdo e dos documentos que o instruem, bem como da concessão desse auxílio.
2. Se o pedido não puder ser cumprido sem quebra da confidencialidade, a autoridade timorense informa a autoridade interessada para que decida se o pedido deve, mesmo assim, ser executado.

CAPÍTULO II PEDIDO DE AUXÍLIO

Artigo 143.º Legitimidade

Podem solicitar auxílio as autoridades ou entidades estrangeiras competentes para o procedimento segundo o direito do respectivo Estado ou da respectiva organização internacional.

Artigo 144.º Conteúdo e documentos de apoio

Além das indicações e documentos a que se refere o artigo 21.º, o pedido é acompanhado:

- a) No caso de notificação, de menção do nome e residência do destinatário ou de outro local em que possa ser notificado, da sua qualidade processual e da natureza do documento a notificar;
- b) Nos casos de revista, busca, apreensão, entrega de objectos ou valores, exames e perícias, de uma declaração certificando que são admitidos pela lei do Estado requerente ou pelo estatuto da entidade judiciária internacional;
- c) Da menção de determinadas particularidades do processo ou de requisitos que o Estado estrangeiro ou entidade judiciária deseje que sejam observados, incluindo a confidencialidade e prazos de cumprimento.

Artigo 145.º Processo

1. Os pedidos de auxílio que revistam a forma de

1. Bainhira Estadu estrangeiru ka entidade judisiária internasionál ida husu, mantein konfidensialidade hosi pedidu auxiliu, hosi ninia konteúdu no dokumentu sira-ne'ebé fó instrusaun ba nia, hanesan mós ba fó auxiliu ida-ne'e.
2. Bainhira pedidu la bele kumpre laho sakar konfidensialidade, autoridade Timór nian fó-hatene ba autoridade interesada atu, maske nune'e, deside katak pedidu ne'ebá tenke ezekuta ka lae.

KAPÍTULU II PEDIDU AUXÍLIU

Artigu 143.º Lejitimidade

Bele husu auxiliu ba autoridade ka entidade estrangeira sira-ne'ebé iha kompeténsia ba prosedimentu tuir direitu hosi Estadu ka organizasaun internasionál ne'ebá nian.

Artigu 144.º Konteúdu no dokumentu apoiu nian

Aleindé indikasaun no dokumentu sira-ne'ebé temi iha artigu 21.º, pedidu ne'ebá mai-hamutuk ho:

- a) Kona-ba notifikasaun, referénsia hosi destinatáriu nia naran no rezidénsia ka fatin seluk ne'ebé bele halo notifikasaun, ninia kualidade prosesuál no natureza hosi dokumentu ne'ebé atu notifika;
- b) Kona-ba revista, buka, apreensaun, entrega objetu ka valór, ezame no perísia, deklarasaun ida-ne'ebé hatebes katak lei Estadu rekerente nian ka estatutu entidade judisiária internasionál nian admite tiha;
- c) Referénsia hosi partikularidade prosesu nian balu ka rekizitu sira-ne'ebé Estadu estrangeiru ka entidade judisiária hakarak atu halo lalehat, inklui konfidensialidade no prazu kumprimentu nian.

Artigu 145.º Prosesu

1. Pedidu auxiliu hirak-ne'ebé fó liuhosi karta rogatória bele haruka diretamente entre autoridade



- carta rogatória podem ser transmitidos directamente entre autoridades judiciais competentes, sem prejuízo da possibilidade de recurso às vias previstas no artigo 27.º
2. A decisão de cumprimento das cartas rogatórias dirigidas a autoridades timorenses é da competência do juiz ou do Ministério Público, nos termos da legislação processual penal.
 3. Recebida carta rogatória que não deva ser cumprida pelo Ministério Público, é-lhe dada vista para opor ao cumprimento o que julgar conveniente.
 4. O cumprimento das cartas rogatórias é recusado nos casos seguintes:
 - a) Quando a autoridade rogada não tiver competência para a prática do acto, sem prejuízo da transmissão da carta rogatória à autoridade judiciária competente, se esta for timorense;
 - b) Quando a solicitação se dirigir a acto que a lei proíba ou que seja contrário à ordem pública timorense;
 - c) Quando a execução da carta rogatória for atentatória da soberania ou da segurança do Estado;
 - d) Quando o acto implicar execução de decisão de tribunal estrangeiro sujeita a revisão e confirmação e a decisão se não mostrar revista e confirmada.
 5. Os restantes pedidos, nomeadamente os relativos ao envio de certificado de registo criminal, à verificação de identidade ou à simples obtenção de informações, podem ser directamente transmitidos às autoridades e entidades competentes e, uma vez satisfeitos, comunicados pela mesma forma.
 6. O disposto no n.º 4 é aplicável, com as devidas adaptações, aos pedidos que não revistam a forma de carta rogatória.
 7. O disposto no n.º 3 é correspondentemente aplicável às rogatórias dirigidas às autoridades
- judiciária sira-ne'ebé competente, hodi la sakar possibilidade atu halo rekursu ba meu hirak-ne'ebé prevee iha artigo 27.º
2. Desizaun kona-ba kumprimentu karta rogatória hirak-ne'ebé dirije ba autoridade Timor nian tama ba juís ka Ministériu Públiku nia kompeténsia, tuir termu sira lejislasaun prosesuál penál nian.
 3. Simu tiha karta rogatória ne'ebé Ministériu Públiku la bele kumpre, fó ba nia atu haree hodi hatuur-hasouru ba kumprimentu buat ne'ebé konsidera kona-loos.
 4. Kumprimentu ba karta rogatória la simu iha kazu sira tuirmai:
 - a) Bainhira autoridade ne'ebé husu-tulun la iha kbiit atu pratika aktu, laho sakar hala'ok haruka karta rogatória ba autoridade judisiária competente, bainhira autoridade judisiária competente ne'e nu'udar autoridade Timor;
 - b) Bainhira hahusuk kona ba aktu ne'ebé lei bandu ka la'o-hasouru orden públika Timór nian;
 - c) Bainhira ezekusaun karta rogatória la'o-hasouru soberania ka seguransa Estadu nian;
 - d) Bainhira aktu impede ezekusaun desizaun tribunál estranjeiru nian ne'ebé submete ba revizaun no konfirmasaun no bainhira desizaun la hatudu katak halo ona revizaun no konfirmasaun.
 5. Ba pedidu sira seluk, liuliu kona-ba haruka sertifikadu rejistu kriminál, verifikasaun ba identidade ka atu hetan loos de'it informasaun sira, bele haruka direktamente ba autoridade no entidade competente no, bainhira hatán-loos ona, fó-hatene ho dalan hanesan.
 6. Dispostu iha n.º 4 aplika duni, ho adaptasaun rasik, ba pedidu sira-ne'ebé la fó liuhosi karta rogatória.
 7. Dispostu iha n.º 3 sei aplika duni ba rogatória sira-ne'ebé haruka ba autoridade estranjeira sira, ne'ebé



estrangeiras, emitidas pelas autoridades judiciais timorenses competentes, sendo passadas sempre que estas entidades entenderem que são necessárias à prova de algum facto essencial para a acusação ou para a defesa.

autoridade judisária Timór be kompetente maka fó-sai, no sempre liuhosi entidade sira-ne'e atu hatene katak presiza duni atu halo prova ba faktu esensial balu hodi bele halo akuzasaun ka defeza.

CAPÍTULO III ACTOS PARTICULARES DE AUXÍLIO INTERNACIONAL

KAPÍTULU III AKTU PARTIKULÁR AUXÍLIU INTERNASIONAL NIAN

Artigo 146.º

Notificação de actos e entrega de documentos

1. A autoridade timorense competente procede à notificação de actos processuais e de decisões que lhe forem enviadas, para o efeito, pela autoridade estrangeira.
2. A notificação pode fazer-se por simples comunicação ao destinatário por via postal ou, se a autoridade estrangeira o solicitar expressamente, por qualquer outra forma compatível com a legislação nacional.
3. A prova da notificação faz-se através de documento datado e assinado pelo destinatário ou por declaração da autoridade timorense que certifique o facto, a forma e a data da notificação.
4. Considera-se efectuada a notificação se a aceitação ou recusa do acto forem confirmadas por escrito.
5. Se a notificação não puder ser efectuada, a autoridade estrangeira é disso informada, indicando-se as razões.
6. O disposto nos números anteriores não obsta à notificação directa de pessoa que se encontre no território do Estado estrangeiro, nos termos previstos em tratado internacional de que Timor-Leste seja parte.

Artigo 147.º

Notificação para comparência

1. O pedido de notificação destinado a comparência de uma pessoa em processo estrangeiro na qualidade de suspeito, arguido, testemunha ou perito não obriga o destinatário da notificação.

Artigu 146.º

Halo notifikasaun ba aktu no entrega dokumentu

1. Autoridade Timór nian ne'ebé kompetente hala'o notifikasaun ba aktu prosesual no desizaun sira ne'ebé autoridade estrangeira, ba efeito ne'e, haruka tiha ba nia.
2. Notifikasaun bele halo liuhosi komunikasaun ne'ebé simples ba destinatáriu liuhosi karta postal ka, bainhira autoridade estrangeira husu loloos duni, liuhosi meu seluk ne'ebé kona-di'ak ho lejlzasaun nasional.
3. Prova kona-ba notifikasaun halo liuhosi dokumentu ne'ebé tau data no destinatáriu maka asina ka deklarasaun hosi autoridade timorense ne'ebé hatebes faktu, forma no data notifikasaun.
4. Konsidera hala'o tiha notifikasaun bainhira hala'ok simu ka la simu aktu hatebes liuhosi hakerek.
5. Bainhira notifikasaunla la bele atu hala'o, fó-hatene ida-ne'e ba autoridade estrangeira, no hatudu razaun sira.
6. Dispostu iha número sira liubá la taka-dalan atu halo notifikasaun direta ba ema ne'ebé hela iha territóriu Estadu estrangeiru, tuir termu sira-ne'ebé prevee iha tratadu internacional be Timor-Leste hola parte.

Artigu 147.º

Notifikasaun hodi marka prezensa

1. Pedidu notifikasaun ne'ebé fó ba ema ida atu marka prezensa iha prosesu estrangeiru nu'udar suspeito, arguido, testemuña ka peritu la obriga atu fó-hatene ba destinatáriu.



2. A pessoa notificada é advertida, no acto da notificação, do direito de recusar a comparência.
 3. A autoridade timorense recusa a notificação se esta contiver cominação de sanções ou quando não estiverem asseguradas as medidas necessárias à segurança da pessoa.
 4. O consentimento para a comparência é dado através de declaração livre escrita.
 5. O pedido de notificação indica as remunerações e indemnizações, bem como as despesas de viagem e estada a conceder, e deve ser transmitido com antecedência razoável, de forma a ser recebido até 50 dias antes da data em que a pessoa deve comparecer.
 6. Em caso de urgência, pode admitir-se o encurtamento do prazo referido no número anterior.
 7. As remunerações, indemnizações e despesas a que se refere o n.º 5 são calculadas em função do lugar da residência da pessoa que aceita comparecer e conforme as tarifas previstas pela lei do Estado em cujo território a diligência deve efectuar-se.
2. Ema ne'ebé hetan notifikasaun sei fó-hatene, iha aktu notifikasaun, kona-ba direitu atu la aseita hodi marka prezénsa.
 3. Autoridade Timór nian la aseita notifikasaun bainhira ida-ne'e iha ameasa atu hetan sansaun ka bainhira la asegura medida hirak-ne'ebé presiza hodi halo seguransa ba ema ne'ebá.
 4. Konsentimentu hodi marka prezensa fó liuhosi deklarasaun livre eskrita.
 5. Pedidu notifikasaun hatudu remunerasaun no indemnizasaun, hanesan mós despeza viajen no hela nian ne'ebé sei fó, no tenke transmite ho antesedénsia ne'ebé razoável, nu'udar dalan atu simu to'o loron 50 molok data ne'ebé ema ne'ebá tenke marka prezensa.
 6. Bainhira urjente, bele fó-dalan atu habadak prazu ne'ebé temi iha número liubá.
 7. Remunerasaun, indemnizasaun no despeza ne'ebé temi iha n.º 5 sei sura tuir fatin rezidénsia ema ne'ebá nian be hatán atu marka prezensa no tuir tarifa ne'ebé prevee iha lei Estadu ne'ebé iha nia territóriu tenke hala'o dilijénsia.

Artigo 148.º

Entrega temporária de detidos ou presos

1. Uma pessoa detida ou presa em Timor-Leste pode ser entregue temporariamente a uma autoridade estrangeira para os fins do artigo anterior, desde que dê o seu consentimento e estejam garantidas a manutenção da detenção e a sua restituição às autoridades timorenses na data por estas estabelecida ou quando a comparência da pessoa já não for necessária.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a entrega não é admitida quando:
 - a) A presença da pessoa detida ou presa for necessária num processo penal timorense;
 - b) A entrega puder implicar o prolongamento da prisão preventiva;

Artigu 148.º

Entrega ema-detidu ka ema-prezu sira ho temporária

1. Ema ida-ne'ebé detein ka sulan iha Timor-Leste bele entrega ho temporáriu ba autoridade estrangeira ida hodi hetan rohan ba artigu liubá, naran katak nia fó ninia konsentimentu no fó garantia hodi halo manutensaun ba detensaun no entrega fali nia ba autoridade timorense tuir data ne'ebé hatuur tiha ba hirak-ne'e ka bainhira ema ne'e nia prezensa la presiza ona.
2. Hodi la sakar dispostu iha número liubá, sei la hatán atu entrega bainhira:
 - a) Presiza ema ne'ebé detein ka sulan nia prezénsa iha prosesu penál ida Timór nian;
 - b) Entrega bele impede atu hanaruk prizaun prventiva;



- c) Atentas as circunstâncias do caso, a autoridade judiciária timorense considere inconveniente a entrega.
 3. Ao pedido a que se refere o presente artigo aplica-se o disposto no artigo 19.º
 4. O tempo em que a pessoa estiver fora de Timor-Leste é computado para efeitos de prisão preventiva ou de cumprimento de reacção criminal imposta no processo penal timorense.
 5. Se a pena imposta à pessoa entregue nos termos deste artigo expirar enquanto ela se encontrar no território de um Estado estrangeiro, será a mesma restituída à liberdade, passando, a partir de então, a gozar do estatuto de pessoa não detida.
 6. O Ministro da Justiça pode subordinar a concessão de auxílio a determinadas condições, que especificará.
- c) Lehat didi'ak sirkunstánsia kazu nian, autoridade judisiária Timór nian konsidera hala'ok entrega ne'e la loos.
 3. Ba pedidu ne'ebé temi iha artigu ida-ne'e aplika dispostu iha artigu 19.º nian.
 4. Tempu ne'ebé ema ne'ebá la hela iha Timor-Leste sei sura ba efektu prizaun preventiva ka kumprimentu reasaun kriminál ne'ebé hatuur iha prosesu penál Timór nian.
 5. Bainhira pena ne'ebé hatuur tiha ba ema ne'ebé entrega tuir termu artigu ida-ne'e nian hotu maibé nia hela nafatin iha territóriu Estadu estranjeiru ida nian karik, sei fó fila-fali liberdade ba ema ne'e, hahú hosi ne'e, nia goza estatutu nu'udar ema la detida.
 6. Ministru Justisa bele hatún orden hodi fó tulun ba kondisaun balu, ne'ebé sei spesifika.

Artigo 149.º

Transferência temporária de detidos ou preso para efeitos de investigação

1. O disposto no artigo anterior é ainda aplicável aos casos em que, mediante acordo, uma pessoa detida ou presa em Timor-Leste seja transferida para o território de outro Estado, para fins de realização de acto de investigação em processo timorense.
2. Ao pedido de auxílio formulado a Timor-Leste é correspondentemente aplicável o disposto no número anterior.

Artigo 150.º **Salvo-conduto**

1. A pessoa que comparecer no território de um Estado estrangeiro, nos termos da presente lei, não pode ser:
 - a) Detida, perseguida ou punida, nem sujeita a qualquer outra restrição da sua liberdade individual, por factos anteriores à sua partida do território nacional diferentes dos determinados no pedido de cooperação;

Artigo 149.º

Halo transferénsia temporária ba ema-detidu ka ema-prezu hodi halo investigasaun

1. Dispostu iha artigu liubá mós sei aplika ba kazu sira-ne'e, tuir akordu, ema ne'ebé detein ka sulan iha Timor-Leste sei transfere ba territóriu Estadu seluk nian, hodi hala'o aktu investigasaun iha prosesu Timór nian.
2. Ba pedidu auxiliu ne'ebé formula ba Timor-Leste sei aplika duni dispostu iha número liubá.

Artigo 150.º **Salvu-kondu**

1. Ema ne'ebé marka prezensa iha territóriu Estadu estranjeiru ida nian, tuir termu lei ida-ne'e nian, la bele:
 - a) Detein, persege ka kastigu, nomós la bele atu taka-metin nia liberdade individuál, tan faktu sira ne'ebé hamosu uluk liu molok sai hosi territóriu nasional ne'ebé lahanesan ho hirak-ne'ebé hatuur iha pedidu kooperasaun nian;
 - b) Obriga, laho ninia konsentimentu, atu fó-sai



- b) Obrigada, sem o seu consentimento, a prestar depoimento ou declaração em processo diferente daquele a que se refere o pedido.
2. A imunidade prevista no número anterior cessa quando a pessoa permanecer voluntariamente no território do Estado estrangeiro por mais de 45 dias após a data em que a sua presença já não for necessária, ou, tendo-o abandonado, a ele regressar voluntariamente.
3. O disposto nos números anteriores é correspondentemente aplicável à pessoa que resida habitualmente no estrangeiro e que entre em Timor-Leste em consequência de uma notificação para acto de processo penal.
- depoimentu ka deklarasaun iha prosesu ne'ebé lahanesan ho ida-ne'ebé temi iha pedidu.
2. Imunidade ne'ebé prevee iha número liubá ramata bainhira ema ne'ebá marka prezensa ho voluntária iha territóriou Estadu estranjeiru liu loron 45 hafoin data ne'ebé haree katak ninia prezensa la presiza ona, ka, husik hela nia, atu nia fila-fali ho voluntária.
3. Dispostu iha número hirak liubá sei aplika ho korrespondente ba ema ne'ebé baibain hela iha estranjeiru no tama iha Timor-Leste tanba notifikasaun ida atu hala'o aktu prosesu penál.

Artigo 151.º
Trânsito

1. Ao trânsito de pessoa detida num Estado estrangeiro que deva comparecer num terceiro Estado para participar em acto ou diligência processual é correspondentemente aplicável o disposto no artigo 42.º
2. A detenção da pessoa em trânsito não se mantém se o Estado que autorizou a transferência pedir, entretanto, a sua restituição à liberdade.

Artigo 152.º
Envio de objectos, valor, documentos ou processos

1. A pedido das autoridades estrangeiras competentes, os objectos, em especial os documentos e valores susceptíveis de apreensão segundo o Direito de Timor-Leste, podem ser colocados à disposição daquelas se se revelarem de interesse para decisão.
2. Os objectos e valores provenientes de uma infracção podem ser restituídos aos seus proprietários, mesmo sem dependência de procedimento instaurado no Estado requerente.
3. Pode ser autorizado o envio de processos penais ou outros, com fundado interesse para um processo estrangeiro, invocado no pedido de auxílio, com a condição de serem restituídos no prazo que for estabelecido pela autoridade

Artigo 151.º
Trânsito

1. Atu halo trázitu ba ema ne'ebé detein iha Estadu estranjeiru ida ne'ebé tenke marka prezensa iha Estadu datoluk hodi partisipa iha aktu ka dilijénsia prosesual nian sei aplika ho korrespondente dispostu iha artigo 42.º.
2. Detensaun ba ema ne'ebé iha trázitu nia laran la halo nafatin bainhira Estadu ne'ebé autoriza transferénsia husu, maibé, atu fó hikas ninia liberdade.

Artigo 152.º
Haruka objektu, valór, dokumentu ka prosesu sira

1. Liuhosi autoridade estranjeira sira competente nia pedidu, objektu sira, liuliu dokumentu no valór sira-ne'ebé fásil atu tahan tuir Direitu Timor-Leste nian, bele fó ba autoridade sira-ne'ebá bainhira hatudu katak iha interese karik hodi foti desizaun.
2. Objektu no valór sira-ne'ebé maihosi infrasaun ida bele fó-fila ba ninia na'in sira, maske laho dependénsia hosi prosedimentu ne'ebé instaura iha Estadu rekerente.
3. Bele fó autorizasaun hodi haruka prosesu penál sira ka selu-seluk tan, ho interese ne'ebé iha fundamentu ba prosesu estranjeiru, hodi husu pedidu auxílio, ho kondisaun katak sei fó-fila tuir prazu ne'ebé autoridade timorense competente



timorense competente.

4. O envio de objectos, valores, processos ou documentos pode ser adiado se estes forem necessários para as finalidades de um processo em curso.
5. Em substituição dos processos e documentos pedidos podem ser enviadas cópias autenticadas; no entanto, se a autoridade estrangeira pedir expressamente o envio dos originais, o pedido é satisfeito na medida do possível, observada a condição de restituição a que se refere o n.º 3.

Artigo 153.º

Produtos, objectos e instrumentos do crime

1. A pedido de autoridade estrangeira competente, podem ser efectuadas diligências destinadas a averiguar se quaisquer produtos do crime alegadamente praticado se encontram em Timor-Leste, comunicando-se os resultados dessas diligências.
2. Na formulação do pedido, a autoridade estrangeira informa das razões pelas quais entende que esses produtos se podem encontrar em Timor-Leste.
3. A autoridade timorense providencia pelo cumprimento de decisão que decreta a perda de produtos do crime, proferida pelo tribunal estrangeiro, observando-se correspondentemente o disposto no título IV, na parte aplicável.
4. Quando a autoridade estrangeira comunicar a sua intenção de pretender a execução da decisão a que se refere o número anterior, a autoridade timorense pode tomar as medidas permitidas pelo Direito de Timor-Leste para prevenir qualquer transacção, transmissão ou disposição dos bens que sejam ou possam ser afectados por essa decisão.
5. As disposições do presente artigo são aplicáveis aos objectos e instrumentos do crime.

Artigo 154.º

Entregas controladas ou vigiadas

hatur tiha.

4. Kona-ba haruka objetu, valór, prosesu ka dokumentu sira bele adia bainhira hirak-ne'e presiza hodi hakotu prosesu ida-ne'ebé la'o hela.
5. Hodi troka prosesu no dokumentu hirak-ne'ebé husu tiha bele haruka kópia auténtikada sira; maibé, autoridade estranjeira husu tebes duni atu haruka orijinál sira, pedidu hatán tuir dalan ne'ebé bele, hodi lehat kondisaun restituisaun ne'ebé temi iha n.º 3.

Artigo 153.º

Produ, objetu no instrumentu krime nian

1. Lihosi autoridade estranjeira competente nia pedidu, bele hala'o dilijénsia hodi buka-hatene keta produu krime sasá de'it ne'ebé alega katak pratika tiha hetan iha Timor-Leste, no sei fó-hatene rezultadu hosi dilijénsia ne'e.
2. Iha formulasaun pedidu, autoridade estranjeira fó-hatene razau ne'ebé halo nia hatene katak produu hirak-ne'ebá bele hetan iha Timor-Leste.
3. Autoridade timorense providensia kumprimentu **ba** desizaun ne'ebé dekreta lalakon produu krime nian, ne'ebé tribunál estranjeiru fó-sai, hodi observa ho korrespondénsia dispostu iha título IV, parte aplikável nian.
4. Bainhira autoridade estranjeira fó-hatene ninia intensaun hodi hala'o ezekusaun ba desizaun ne'ebé temi iha número liubá, autoridade timorense bele foti medida hirak-ne'ebé Direitu Timor-Leste fó-dalan hodi hatau transasaun, transmisaun ka dispozisaun sasá de'it hosi soin ne'ebé desizaun ne'ebá afeta ka bele afeta.
5. Dispozisaun sira iha artigu ida-ne'e aplika duni ba objetu no instrumentu sira krime nian.

Artigu 154.º

Entrega ema sira-ne'ebé hetan kontrolu ka vijilánsia



1. Pode ser autorizada, caso a caso, pelo Ministério Público, perante o pedido de um ou mais Estados estrangeiros, nomeadamente se previsto em instrumento convencional, a não actuação dos órgãos de polícia criminal, no âmbito de investigações criminais transnacionais relativas a infracções que admitam extradição, com a finalidade de proporcionar, em colaboração com o Estado ou Estados estrangeiros, a identificação e responsabilização criminal do maior número de agentes da infracção.
 2. O direito de agir e a direcção e controlo das operações de investigação criminal conduzidas no âmbito do número anterior cabem às autoridades timorenses, sem prejuízo da devida colaboração com as autoridades estrangeiras competentes.
 3. A autorização concedida nos termos do n.º 1 não prejudica o exercício da acção penal pelos factos aos quais a lei timorense é aplicável e só é concedida quando:
 - a) Seja assegurado pelas autoridades estrangeiras competentes que a sua legislação prevê as sanções penais adequadas contra os agentes e que a acção penal será exercida;
 - b) Seja garantida pelas autoridades estrangeiras competentes a segurança de substâncias ou bens em causa contra riscos de fuga ou extravio; e
 - c) As autoridades estrangeiras competentes se comprometam a comunicar, com urgência, informação pormenorizada sobre os resultados da operação e os pormenores da acção desenvolvida por cada um dos agentes da prática das infracções, especialmente dos que agiram em Timor-Leste.
 4. Ainda que concedida a autorização mencionada anteriormente, os órgãos de polícia criminal intervêm se as margens de segurança tiverem diminuído sensivelmente ou se se verificar qualquer circunstância que dificulte a futura detenção dos agentes ou apreensão de substâncias ou bens; se esta intervenção não tiver sido
1. Ministériu Públiku, tuir kazu ida-idak, no liuhosi Estadu estrangeiru ida ka liu nia pedidu, liuliu ne'ebé prevee iha instrumentu konvensionál, bele autoriza atu órgaun polísia kriminál la halo atuasaun, tuir âmbito investigasaun kriminál transnasionál sira kona-ba infrasaun hirak-ne'ebé loke-dalan atu halo estradisaun, ho rohan atu proporsiona identifikasaun no responsabilizasaun kriminál hosi ajente infrasaun ne'ebé barak liu, liuhosi kolaborasaun ho Estadu ka Estadu estrannjeiru sira.
 2. Autoridade sira Timór nian maka iha responsabilidade kona-ba direitu atu halo asaun no hala'ok diriye no kontrola nian hosi operasaun investigasaun kriminál ne'ebé hala'o tuir âmbito número liubá nian, laho sakar kolaborasaun ho autoridade estrangeira sira-ne'ebé competente.
 3. Autorizasaun ne'ebé fó tuir termu sira n.º 1 nian la prejudika atu ezerse asaun penál tan faktu sira ne'ebé aplika duni lei Timór nian no fó de'it bainhira:
 - a) Autoridade estrangeira competente asegura katak ninia lejislasaun prevee sansaun penál adequada hasouru ajente sira no sei ezerse asaun penál;
 - b) Autoridade estrangeira competente asegura seguransa ba substánsia ka soin sira-ne'ebé iha lia nia laran hasouru perigu hodi halai ka estraviu; no
 - c) Autoridade estrangeira sira-ne'ebé competente promete fó-hatene, ho lalais, informasaun purmenór kona-ba rezultadu operasaun nomós ba asaun ne'ebé hala'o tiha hosi ajente ida-idak ne'ebé prátika infrasaun sira, liuliu ba sira-ne'ebé hala'o iha Timor-Leste.
 4. Maske fó tiha autorizasaun ne'ebé temi liubá, órgaun polísia kriminál halo intervensaun bainhira marjen seguransa menus ho sensível ka bainhira hatebes karik katak iha situasaun balu ne'ebé hasusar atu, iha oinmai, halo detensaun ba ajente sira ka atu tahan substánsia ka soin sira; bainhira intervensaun ne'e la fó-hatene uluklai ba entidade ne'ebé fó autorizasaun karik, sei fó-hatene ne'e iha



comunicada previamente à entidade que concedeu a autorização, é-o nas vinte e quatro horas seguintes, mediante relato escrito.

5. Por acordo com o país de destino, quando se estiver perante substâncias proibidas ou perigosas em trânsito, estas podem ser substituídas parcialmente por outras inócuas, de tal se lavrando o respectivo auto.
 6. O não cumprimento das obrigações assumidas pelas autoridades estrangeiras pode constituir fundamento de recusa de autorização em pedidos futuros.
 7. Os contactos internacionais são efectuados através da polícia de investigação criminal, pelo Gabinete Nacional da INTERPOL.
 8. Qualquer outra entidade que receba pedidos de entregas controladas, nomeadamente entidades alfandegárias, e sem prejuízo do tratamento da informação de índole aduaneira, deve dirigir imediatamente esses pedidos à polícia de investigação criminal, para efeitos de execução.
5. Lihosi akordu ho país destinu, bainhira hasoru substância sira-ne'ebé bandu ka ho perigu iha trázitu nia laran, hirak-ne'e bele, ho parsial, troka ho hirak seluk ne'ebé la halo estragu, hosi buat ne'e hotu sei hakerek iha auto rasik.
 6. Kona-ba la kumpre obrigasaun ne'ebé autoridade estrangeira sira assume bele harii fundamentu hodi la simu autorizasaun iha pedidu sira oinmai.
 7. Gabinete Nasionál INTERPOL maKontaktu internasionál sira ne'ebé hala'o liuhosi polísia investigasaun kriminál.
 8. Naran entidade seluk ne'ebé simu pedidu hosi entrega kontrolada sira, liuliu entidade alfandegária, no hodi la prejudika tratamentu informasaun índole aduaneira nian, tenke haruka kedas pedidu sira-ne'e ba polísia investigasaun kriminál, hodi hala'o ezekusaun.

Artigo 155.º **Acções encobertas**

1. A polícia de investigação criminal de outros Estados pode desenvolver acções encobertas em Timor-Leste, com estatuto idêntico ao dos polícias de investigação criminal timorenses, nos termos da legislação aplicável.
2. A actuação referida no número anterior depende de pedido baseado em tratado internacional e da observância do princípio da reciprocidade, nos termos da legislação aplicável.
3. É competente para a recepção dos pedidos de acções encobertas a polícia de investigação criminal, que os apresentará ao Supremo Tribunal de Justiça, para autorização.

Artigo 156.º **Intercepção de telecomunicações**

1. Pode ser autorizada a intercepção de

Artigo 155.º **Asaun enkoberta sira**

1. Polísia investigasaun kriminál hosi Estadu sira seluk bele dezenvolve asaun enkoberta sira iha Timor-Leste, ho estatutu ne'ebé hanesan ho polísia investigasaun kriminál Timor-Leste nian, tuir termu lejizlasaun aplikável.
2. Atuasaun ne'ebé temi iha número liubá depende ba pedidu ne'ebé bazeia iha tratadu internasionál no iha observância prinsípiu resiprosidade nian, tuir termu lejizlasaun aplikável.
3. Polísia investigasaun kriminál maka iha kompeténsia hodi simu pedidu asaun enkoberta nian, ne'ebé sei apresenta ba Supremu Tribunál Justisa, hodi fó autorizasaun.

Artigo 156.º **Intersepsaun ba telekomunikasaun sira**

1. Bele autoriza halo intersepsaun ba



telecomunicações realizadas em Timor-Leste, a pedido das autoridades competentes de Estado estrangeiro, desde que tal esteja previsto em tratado internacional e se trate de situação em que tal interceptação seria admissível, nos termos da lei processual penal, em caso nacional semelhante.

2. É competente para a recepção dos pedidos de interceptação a polícia de investigação criminal, que os apresentará ao Supremo Tribunal de Justiça, para autorização.
3. O despacho referido no número anterior inclui autorização para a transmissão imediata da comunicação para o Estado requerente, se tal procedimento estiver previsto no tratado internacional com base no qual é feito o pedido.

Artigo 157.º

Informações constantes do registo criminal

A comunicação de pedidos de registo criminal é efectuada aos serviços de identificação criminal.

Artigo 158.º

Informações sobre sentenças

1. Podem também ser solicitadas informações ou cópias de sentenças ou medidas posteriores, bem como de qualquer outra informação relevante com as mesmas relacionadas, relativamente a nacionais do Estado requerente.
2. Os pedidos efectuados nos termos do número anterior são comunicados através da Autoridade Central.

Artigo 159.º

Encerramento do processo de cooperação

1. Quando a autoridade encarregada da execução do pedido a considerar finda, envia os autos e outros documentos à autoridade estrangeira que o formulou.
2. Se a autoridade estrangeira considerar incompleta a execução do pedido, pode devolvê-lo para ser completado, especificando as razões da devolução.
3. O pedido é completado se a autoridade timorense considerar procedentes as razões indicadas para a

telecomunikaun ne'ebé hala'o iha Timor-Leste, ho pedidu hosi autoridade Estadu estranjeiru ne'ebé competente, naran katak ida-ne'e prevee iha tratadu internasionál no ko'alia kona-ba situasaun ne'ebé bele admite intersepsaun ne'ebá, tuir termu lei prosesuál penál, ba kazu nasionál ne'ebé hanesan.

2. Polísia investigasaun kriminál maka iha kompeténsia hodi simu pedidu intersepsaun, ne'ebé sei apresenta ba Supremu Tribunál Justisa, hodi fó autorizasaun.
3. Despaxu ne'ebé temi iha número liubá inklui autorizasaun hodi fó-hatene kedas komunikaun ba Estadu rekerente, bainhira prosedimentu ne'ebá prevee iha tratadu internasionál haktuir ba baze ne'ebé iha hodi halo tiha pedidu.

Artigo 157.º

Informasaun sira-ne'ebé prevee iha rejistu kriminál
Komunikaun ba pedidu rejistu kriminál hala'o ba servisu sira identifikasaun kriminál nian.

Artigo 158.º

Informasaun kona-ba sentensa sira

1. Bele husu mós informasaun ka kópia hosi sentensa ka medida posteriór sira, nune'e mós kualkér informasaun seluk ne'ebé relevante ho hirak-ne'ebé iha relasaun, kona-ba ema sira ho nacionalidade Estadu rekerente.
2. Pedidu hirak-ne'ebé hala'o tuir termu número liubá nian sei fó-hatene liuhosi Autoridade Sentrá.

Artigo 159.º

Taka prosesu kooperasaun nian

1. Bainhira autoridade encarregada ba ezekusaun pedidu konsidera kooperasaun hotu ona, haruka auto no dokumentu sira seluk ba autoridade estranjeira ne'ebé formula pedidu.
2. Bainhira autoridade estranjeira konsidera ezekusaun pedidu la kompletu, bele fó-fila hodi kompletu, no espesifika razaun fó-fila nian.
3. Sei kompletu pedidu bainhira autoridade timorense konsidera katak maihosi razaun sira-ne'ebé hatudu



MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA

DNAJL - Departamento de
Tradução

devolução.

**TÍTULO VII
DISPOSIÇÃO FINAL**

**Artigo 160.º
Entrada em vigor**

O presente diploma entra em vigor 60 dias após a sua publicação.

Aprovado em 16 /08/2011.

O Presidente do Parlamento Nacional,

Fernando La Sama de Araújo

Promulgada em 18 / 10 /2011.

Publique-se.

O Presidente da República,

José Ramos-Horta

tiha hodi halo devolusaun.

**TÍTULU VII
DISPOZISAUN FINÁL**

**Artigu 160.º
Hala' o knaar ho kbiit legál**

Diploma ida-ne'e hahú hala' o knaar ho kbiit legál iha loron-60 hafoin ninia publikasaun.

Aprova iha 16 /08/2011.

Prezidente Parlamentu Nasionál,

Fernando La Sama de Araújo

Promulga iha 18 / 10 /2011.

Bele publika.

Prezidente Repúblika,

José Ramos-Horta